

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES Y PROYECCIONES AGRARIAS

San José, Costa Rica, 10 - 11 April 1978

• SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica

• SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA-CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

C.V. -F. 1.

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLOGICAS

A INFORMAÇÃO AGRÍCOLA E O PEQUENO PRODUTOR
DE SUÍNOS EM CONCÓRDIA-SC. - BRASIL

PAULO TARCÍSIO MAYRINK

Bibliotecário do Centro
Nacional de Pesquisa de Suínos
EMBRAPA

S U M Á R I O

RESUMO

1 . INTRODUÇÃO	01
2 . NECESSIDADE DA INFORMAÇÃO	03
3 . A INFORMAÇÃO RURAL	04
4 . VEÍCULOS DA COMUNICAÇÃO RURAL	06
5 . OS PEQUENOS PRODUTORES DE CONCÓRDIA	08
6 . OS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL NA COMUNIDADE	09
7 . CONCLUSÕES	11
8 . BIBLIOGRAFIA	12
ABSTRACT	13

637

PAULO TARCÍSIO MAYRINK

Bibliotecário do Centro
Nacional de Pesquisa de Suínos
EMBRAPA
Concórdia, Santa Catarina
Brasil

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITÁRIO
DE INVESTIGAÇÕES
BIBLIOTECOLÓGICAS

RESUMO:

Descrição dos métodos utilizados pela extensão rural para levar novas tecnologias a pequenos criadores de suínos no município de Concórdia, Santa Catarina, Brasil, com algumas considerações sobre a informação rural.

ABSTRACT

Description of the agricultural extension-methods for transerring new technologies to small swine breeders in Concórdia, SC., Brasil, with few considerations about agricultural information.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende descrever os métodos utilizados por serviços de extensão rural para se levar novas tecnologias a pequenos produtores de suínos no município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, Brasil. A abordagem do trabalho limita-se ao aspecto puramente descritivo da situação focalizada, como contribuição informativa de como a comunicação rural ven sendo feita no setor de suinocultura até então. O exemplo de Concórdia, podemos assegurar, representará sem dúvida a realidade brasileira desse aspecto, uma vez que seu rebanho suíno corresponde a uma média de oito a dez por cento do brasileiro, sendo ainda o município de maior concentração de suínos do país e onde se obtém atualmente o maior desfrute do produto, numa porcentagem superior a oitenta e cinco por cento, enquanto o do Estado de Santa Catarina é de oitenta e três por cento, e o do Brasil, de quarenta por cento. Além disso, o serviço de extensão é prestado por um órgão de alcance estadual, segundo diretrizes do Governo Federal, e por empresas privadas com características pouco diferentes das de outras que prestam assistência a seus criadores ou fornecedores, em diferentes regiões.

Além do trabalho dos extensionistas, que atuam mais diretamente junto aos produtores, a informação rural no Brasil é realizada também por suplementos e cadernos especiais agrícolas da grande imprensa e por jornais e revistas especializadas, de iniciativa privada e governamental e, em menor escala, por programas de rádio e televisão.

2. NECESSIDADE DA INFORMAÇÃO

Faz-se a distinção, na atividade científica, entre o trabalho teórico e o experimental. No entanto, a média do desenvolvimento da pesquisa científica e, conseqüentemente, o aumento do volume da informação científica registrada em publicações proporcionam a separação de mais um estágio do processo científico. Isto é, o aparecimento da informação científica.

Identificamos, pois, a informação científica como sendo um setor autônomo do trabalho científico, correlacionado diretamente com outros setores do processo científico, como as pesquisas teóricas e experimentais. O trabalho da informação científica usa a seleção, a elaboração e a comunicação da informação necessária a equipes de cientistas e pesquisadores envolvidos com problemas definidos. (8)

A informação primária - a matéria prima do processo de tratamento e difusão da informação - constitui uma unidade mínima de fácil manejo direto para o usuário. Ela aparece sob diversas formas: livros, artigos de periódicos, teses, patentes, normas, relatórios, trabalhos de congressos, etc., e seu volume cresce assustadoramente a cada dia.

Essa matéria prima - informação -, mesmo sofrendo em parte uma transformação que a torna mais acessível ou manipulável, permanece ao mesmo tempo em seu estado primário, a disposição de quem deseje utilizá-la. Entretanto, com todas as limitações já mencionadas, mas também com as vantagens, como é o caso da

comunicação pessoal e direta entre pesquisadores. Em outras palavras, o usuário tem duas opções para chegar à informação: propriamente dita, utilizando os meios e serviços que facilitem o acesso, ou então procurar a informação por seus próprios meios, utilizando método pessoal.

Mas, qualquer que seja o meio utilizado, é necessário que o usuário esteja plenamente consciente de sua necessidade de informação. Pesquisas realizadas para medir a necessidade de informação entre seus pesquisadores, por órgãos de documentação científica, levaram a conclusões desalentadoras, com respostas, grosso modo, desse tipo: "não tenho nenhuma necessidade de informações; em meu limitado campo de ação estou em relação direta e constante com colegas que trabalham na mesma área, conheço seus problemas e eles me comunicam seus resultados muito antes de que sejam publicados oficialmente. . . e o resto é literatura!" (Piganiol, Conferência para o UNISIST) (2)

3. A INFORMAÇÃO RURAL

A UNESCO dedicou grande parte de sua 19ª Conferência Geral, realizada em Nairobi, Quênia, em outubro-novembro de 1976, à informação. Os debates mundiais giraram em torno da comunicação da informação, sobre quem detém atualmente a informação e sobre "as exigências dos países do Terceiro Mundo no sentido de que estejam intrinsecamente ligados às noções de "liberdade de informação e de "fluxo equilibrado de informação". Na verdade, o problema da comunicação da informação é por demais complexo, os países ricos desenvolveram tal processo sofisticado de comunicação de massa, que têm em suas mãos o controle da informação, cabendo aos países pobres o papel de simples receptores, sem direito de réplica à fluxibilidade, sempre num mesmo sentido, da informação. E a UNESCO se preocupa com essa má distribuição do poder informativo, concentrando-se cada vez mais nos países que possuem meios altamente desenvolvidos para produzir, estocar e transmitir informações. E por mais de quinze anos tem desenvolvido programas de assistência técnica para o desenvolvimento dos meios de comunicação, como por exemplo, promoção do rádio como meio de desenvolvimento das zonas rurais (Índia, Gana, Senegal) ou a criação de jornais-diários rurais (Togo, Mali, Quênia, Gana, Tanzânia, Trinidad-Tobago). (4). Ainda na África, especialmente na zona rural, onde mais se sente a necessidade de estimular o desenvolvimento, a informação pode desempenhar papel de destaque. Apesar de enormes dificuldades, a imprensa rural passou por um grande desenvolvimento em muitas regiões africanas, onde, desde 1972, a UNESCO ajudou a criar mais de doze jornais, além de apoiar iniciativas nacionais ou resultantes de programas de cooperação bilaterais. O jornais, escritos nas línguas da região, revelaram-se eficazes, não só como meio de alfabetização, mas também como meios de comunicação. Uma das reflexões formuladas no **Plano a Médio Prazo da Unesco (1977-1982)** diz: "Apesar de o conceito de 'livre circulação da informação' existir há aproximadamente cinquenta anos, sua formulação teórica. . . data somente do final da Segunda Guerra Mundial. . . Embora a palavra "comunicação" já fosse empregada em texto de língua inglesa, na realidade tratava-se sempre de uma "difusão de informação", até certo ponto unilateral. Só muito mais tarde surgiria o verdadeiro conceito de comunicação (do latim *communicare*: tornar comum, partilhar) que não supõe somente um emissor ativo e um receptor passivo, mas leva em conta uma reação do segmento que pode modificar o comportamento do primeiro, ou melhor, exige a participação ativa de todos os envolvidos no processo de comunicação, transformando-se então em um fluxo pluridimensional de informações com múltiplas reações". (6).

No Brasil, a informação rural foi tema de um painel promovido pela revista AGRICULTURA HOJE e a ABIR - Associação Brasileira de Informação Rural-, em maio de 1977, reunindo técnicas dos serviços de extensão rural oficiais e de empresas privadas e jornalistas especializados, tendo-se chegado à conclusão que "a ausência de um pleno conhecimento quanto ao verdadeiro sentido da comunicação rural, é, sem dúvida, responsável pelo pouco desenvolvimento da classe, que, conseqüentemente, não consegue estabelecer importantes mecanismos de impacto sobre o público". Nos seus estudos, os responsáveis pela informação rural no Brasil reunidos no painel salientaram diversos fatores que têm influenciado no pouco desenvolvimento dessa forma de comunicação em nosso país. Citaram, por exemplo, o fato de a estrutura agrária compartmentada, muitas vezes arcaica do Brasil, interferir na informação rural, que irá atingir uma classe de pessoas de baixos índices educacional e de renda. A conseqüência será uma influência dessas deficiências nos hábitos de recepção direta, pelos técnicos de extensão rural, quer seja imprensa ou radioeletrônica. Fatores como baixo índice de leitura da população rural e a infra-estrutura de comunicação (estradas, correio, redes de transmissão) insuficiente, fazem com que seja bastante reduzido o número de publicações e programas que realmente atingem o setor rural com informações práticas. "Forma-se, pois, um amplo círculo vicioso, onde a oferta de veículos ou programas de comunicação rural não aumenta devido aos baixos índices de leitura/audiência, que por sua vez, não recebem estímulos à ampliação, em vista de existência de poucos veículos/programas dirigidos ao homem do campo". (3)

A informação rural, no Brasil, como sistema, é realizada basicamente pelas entidades oficiais de extensão rural, pelos suplementos ou cadernos agrícolas da grande imprensa e por revistas e jornais especializados.

Segundo ponto de vista defendido pelo representante da EMBRATER - Empresa Brasileira de Extensão Rural- órgão oficial encarregado de promover a comunicação rural no Brasil, "a comunicação rural é mais do

que o uso de veículos disponíveis, aqueles que podemos usar, como rádio, televisão, cinema, é o uso também de alguns outros meios massivos. Todas as instituições de governo informam diretamente aos produtores, emitem mensagens diretas aos produtores. A iniciativa privada também se relaciona diretamente com eles, e os produtores também mantêm intensa comunicação entre si. Isto significa que comunicação não é uma informação pura e simples no sentido de persuadir. Ela tem todo um complexo de relações, todo um complexo de interações que vai levar a tomada de decisões dos produtores”.

Já a empresa privada ou está interessada em informação rural como fornecedora de insumos agropecuários ou se preocupa com a comunicação rural tendo no campo a área de abastecimento dos insumos que lhes são essenciais. Os extensionistas das empresas, os homens que atuam na atividade de assistência técnica, portanto, os que fazem comunicação rural, são agentes de mudança, do mesmo modo que os extensionistas dos serviços oficiais. Mudar Comportamentos é, aliás, o fim último da comunicação. (3).

4. VEÍCULOS DA COMUNICAÇÃO RURAL

A adoção de novas técnicas recomendadas para a agricultura e pecuária, por parte dos pequenos produtores sofre variações causadas por diversos fatores que têm sido objeto de estudo de sociólogos e pesquisadores rurais. Alguns agricultores aceitam qualquer idéia nova que lhes apresente com facilidade, enquanto que outros só as aceitam depois de comprovarem bons resultados obtidos por seus vizinhos. Dentre os fatores que poderão influenciar no processo decisório do pequeno produtor, estarão sem dúvida os métodos usados para se fazer a comunicação da nova tecnologia no meio rural. As diversas e sucessivas etapas que ocorrem na mente humana desde o conhecimento de uma nova idéia ou prática até a sua completa aceitação são conhecidas por processo de difusão. Esse processo é complexo, implica em uma seqüência de considerações e ações visando a difusão de novas idéias, dividida em cinco etapas: conhecimento, interesse, avaliação, ensaio ou experiência e adoção. (7)

A escolha de técnicas para introduzir idéias, depende, em grande parte, do grau de certeza de que um pacote tecnológico se desenvolverá com proveito numa determinada área.

Depois de sofrida a necessária transformação, a informação é levada pelos técnicos extensionistas às diversas comunidades rurais, por processos semelhantes em diversas partes do mundo e que têm se comprovado os mais eficientes. A utilização do rádio-grande veículo para se atingir os ruralistas, visitas, palestras, reuniões, -tem sido meio mais eficiente para se processar a extensão rural.

Na Nigéria, o Projeto ARMDP - Abeokuta Rice and Maize Development - emprega o rádio em seu serviço de extensão rural, visando ensinar novas técnicas de cultivo de arroz em terras áridas, usando-se a mecanização. Os agricultores são entrevistados ao vivo pelos extensionistas em suas propriedades, acerca de seus problemas e sucessos. O programa é levado ao ar quatro vezes por semana, em horários em que os agricultores se encontram em casa, e é um dos mais populares da emissora regional, mas tem limitações de seus efeitos, devido à impossibilidade de executar as práticas ensinadas.

No Quênia, o KTDA - The Kenya Tea Development Authority - utiliza extensionistas do Ministério da Agricultura, dando-lhes treinamento, sendo os mesmos jovens assistentes técnicos em agricultura, para conduzir, por sua vez, sessões de prática e treinamento para novos produtores de chá.

O Projeto Puebla, no México, dá grande importância na consulta e diálogo com pequenos agricultores. Os serviços locais de extensão conduzem não só experimentos sobre sementes, fertilizantes e espaçamento no plantio de milho híbrido e nativo, como também idéias testadas e problemas sugeridos pelos pequenos agricultores. São utilizados elementos do meio, filhos de agricultores, para auxiliar os extensionistas, contratados para supervisionar experimentos de campo e comunicar o retorno ou resultado obtido pelos agricultores no emprego da tecnologia testada. Esse projeto pretende ensinar duas práticas: como assistir pequenos agricultores na adoção da nova tecnologia e como a adoção pode ser avaliada e quais benefícios pode gerar (produção, renda, bem estar). (5)

Inúmeros outros exemplos poderiam ser escolhidos ao acaso e a modalidade usada para se fazer a comunicação rural teria pouca variação. Certo é que o assunto tem sido estudado e pesquisado, e novas práticas são introduzidas, e outras eliminadas, com bases em experiências adquiridas, e o que visa, realmente, é a mudança de comportamentos, para se obter uma maior produtividade.

5. OS PEQUENOS PRODUTORES DE CONCORDIA

O município de Condiórdia situa-se no sul do Brasil e no oeste do Estado de Santa Catarina, numa área de 1.196 Km², com uma população de 51.223 habitantes, sendo 11.368 na zona urbana e 39.850 na zona rural. Sua população rural é de origem europeia, sendo descendentes de alemães, e italianos da segunda geração. Caracteriza-se por ser muito receptiva à tecnologia e muito trabalhadora. O município possui 5.450 propriedades rurais, com um tamanho médio de 10 ha. cada uma, sendo portanto, municípios, onde é

emprego da mão de obra familiar. A eletrificação rural já atinge cinquenta por cento das propriedades, o uso de rádio e televisão é generalizado. Em 1974 foi registrado um movimento econômico médio de R\$ 78.389,00, o que representa 7.100 dólares de renda bruta por família rural, ou 1.000 dólares por pessoa, considerando-se que a renda per capita no Brasil está em torno de 500 dólares e 350 dólares para o agricultor. Pode-se dizer que o nível de vida do agricultor e mesmo do habitante de Concórdia é relativamente bom. Em oitenta e nove por cento das propriedades rurais a principal fonte de renda é a suinocultura, embora já esteja se disseminando a avicultura, que tem no município uma grande produção. A localização no município da sede do segundo maior frigorífico do país garante ao criador mercado certo para o seu produto, além da assistência técnica e financeira, que lhe é prestada também pela cooperativa local e pela ACARESC. Órgão de assistência técnica oficial a nível de Estado. E a localização, em Concórdia, da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos evidencia sua posição de importante centro produtor de suínos no país, além de concorrer para uma concentração cada vez maior do produto na região.

6. OS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL NA COMUNIDADE

A Associação do Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC – é uma associação civil sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, e executa um programa de assistência técnica e assistência rural, visando o aumento da produção agrícola em Santa Catarina e a elevação da produtividade e renda do trabalhador rural. Atualmente são atendidos mais de 40 mil produtores rurais e suas famílias pelo Serviço de Extensão e através de treinamento e convênios com a Secretaria de Mão de Obra do Ministério do Trabalho. Os treinamentos contemplam desde técnicas de cultivo e/ou criação, armazenamento, comercialização, até a administração das propriedades. Esse serviço de Extensão Rural atua ainda como interveniente junto à rede bancária oficial e privada, proporcionando aos produtores os recursos financeiros necessários para execução dos projetos de modernização das propriedades rurais. A ACARESC segue diretrizes e orientações coordenadas pela EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, vinculada ao Ministério da Agricultura.

No município de Concórdia, a ACARESC mantém um escritório regional, com 16 técnicos, agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, e executa serviços de extensão de aspecto massal e específico aos produtores cadastrados, que está em torno de 120 famílias por técnico, em média. E são esses técnicos que irão levar a informação rural até o produtor, depois de receberem cursos de treinamento e atualização, pelos coordenadores. Esses, por sua vez, estarão executando a tarefa da transformação da informação, para passá-las aos extensionistas. Seus cursos são baseados em novas informações, através de bibliografias e experiências práticas. Os treinamentos são dados na sede estadual da Associação e a introdução de novas técnicas vindas da informação será definida a nível de diretoria, ao traçar o programa a ser seguido em determinado período. Sempre que se quer levar uma nova informação ao produtor adota-se também uma metodologia que implica em treinamento de alto nível na sede para líderes e/ou produtores que já usam a tecnologia, com excursões a unidades físicas onde esteja implantado o projeto, no Estado.

O trabalho de extensão rural da ACARESC segue um roteiro de ação baseado na experiência adquirida nos anos anteriores, almejando atingir os objetivos da extensão rural fundamentado no envolvimento e participação do povo, ou o seu público. Este roteiro divide-se em planejamento do trabalho, com as etapas: (identificação de pessoas influentes, elaboração de um roteiro para entrevistas, entrevista, reuniões e diagnóstico de campo de ação) e execução do trabalho. Dentro desse esquema, o escritório regional de Concórdia desenvolve seu trabalho, usando como veículos rádio, num programa semanal de 10 minutos muito simples, mais informativo e de utilidade pública, mas que fornece elementos importantes, como o preço por exemplo, do porco, da soja, do milho, etc., são usados ainda a imprensa, através do jornal quinzenal da cidade, palestras, encontros, reuniões, folhetos. (1)

No caso do criador de suínos, as informações e assistência fornecidas abordam os aspectos de melhoramento zootécnico, alimentação e nutrição, manejo, sanidade e reprodução. Procura-se convencer o criador a substituir o plantel comum e cruzado por raças tipo carne, como a Landrace Large White e Duroc. Orienta-se na utilização de uma alimentação na base da ração balanceada, com a utilização de concentrados protéicos para se obter um melhor rendimento do produto. Na sanidade, a assistência é dada para se fazer testes de doenças, como a brucelose e leptospirose, prevenção de anemia de leitões, etc. e nos demais aspectos, enfim, procura-se sempre ensinar a estimular a adoção de novas práticas que levam o criador a obter uma produtividade maior.

No setor privado, quase a mesma assistência técnica e financeira são prestadas, para seus associados, pela Sadia Concórdia Indústria e Comércio Ltda., através de seu serviço de fomento, e pela Coopêrdia – Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda, que utilizam dos mesmos veículos – imprensa, palestras, reuniões. A Sadia possui um corpo técnico composto de 6 agrônomos, 6 veterinários, 1 zootecnista, 1 engenheiro florestal e 23 técnicos agropecuários. Esses técnicos recebem informações através de revistas (a grande maioria nacionais), índices como Current Contents e Páginas de Conteúdo, havendo grande participação em cursos, congressos, seminários de interesse. Não possui biblioteca, mas já está organizando um serviço de documentação. Seu atendimento se destina a 1.700 produtores cadastrados, usa o rádio diariamente para comunicações

rápidas e semanalmente para comunicações técnicas. A Coopêrdia possui uma equipe de 1 agrônomo, 2 veterinários e 2 técnicos agropecuários, (há previsão de contratação de mais 2 técnicos), que se atualizam por meio de cursos e literatura nacional. Presta assistência técnica indireta e direta, treinamento sobre técnicas de cooperativismo. Seu serviço atinge 3.500 agricultores associados e inclui plano de financiamento através de bancos.

7. CONCLUSÕES

A informação rural no Brasil tem sido feita pelas entidades oficiais de extensão rural, e por empresas do setor privado, estas ou buscando fornecer insumos agropecuários ou o abastecimento de insumos que lhes são essenciais. Há também um número considerável de revistas, jornais e suplementos agrícolas da grande imprensa dedicando-se à informação rural. Os técnicos extensionistas recebem a informação e novas técnicas através de cursos, reuniões e congressos, cabendo ao pessoal de escala diretiva a transformação da informação e a decisão de novas técnicas a serem levadas aos pequenos produtores. Os veículos utilizados para se efetuar a comunicação rural são palestras, reuniões, contatos pessoais, rádio, imprensa, folhetos e, em alguns casos, treinamento especial para líderes de produtores, com visitas a projetos implantados.

8. BIBLIOGRAFIA

1. ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DE SANTA CATARINA. *Estratégia de ação*. Florianópolis, 1977. 42 p.
2. GIETZ, Ricardo A. La formación y el adiestramiento del investigador como usuário de la información. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, México, D.F., 1972. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 275-84.
3. INFORMAÇÃO rural como fator de desenvolvimento agrícola. *Agricultura de Hoje*, Rio de Janeiro, 3(26):54-9, jul. 1977.
4. MAKAGIANSKAR, Makaminan. A Unesco e os problemas da comunicação. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 5(6):4-10, jun. 1977.
5. MORSS, Elliot R. "Transferring knowledge to small farmers". In: — *Strategies for small farmer development*. Boulder, Westview Press, 1976, Section B, p. 117-45.
6. NAJAR, Ridha. Por uma nova ordem mundial da informação. *O Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, 5(6):21-3, jun. 1977.
7. RIBEIRO, Osmar. *Manual de metodologia*. Viçosa, M.G., Universidade Federal de Viçosa, 1971. 123 p.
8. VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. Aspectos teóricos e interdisciplinares na comunicação da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO, México, D.F., 1972. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1972. p. 219-26.

LAT
637

3131

5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTARISTAS: AGRICOLAS

San José, Costa Rica, 10-14 abril 1978

C.C. II. A.

MODELO MODULAR CONVERGENTE PARA IDENTIFICAR
EL UNIVERSO DE USUARIOS POTENCIALES
DE UN SISTEMA DE INFORMACION

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLOGICAS

Jaime Robredo
Director del Proyecto
PNUD/FAO/BRS/72/020
(Sistema Nacional de Información)y
Documentación Agrícola)
Brasilia, D.F., Brasil

1. INTRODUCCION

Es un hecho bien conocido que numerosos fenómenos siguen, en su proceso evolutivo, una curva en forma de S; es decir, el número de elementos característicos computados crece primero con rapidez ascendente hasta que, a partir de un cierto momento, aparece un punto de inflexión en la curva y el crecimiento se hace progresivamente mas lento (fig. 1).

De Solla Price, en un conocido trabajo (1) rico de filosofía y no carente de cierto humor, muestra la validez de este principio para fenómenos extremadamente variados, llegando a la conclusión de que los fenómenos que presentan una curva de crecimiento inicial logarítmico deben presentar, en algún momento, un punto de inflexión que marca el comienzo de la desaceleración del proceso de crecimiento.

Digamos de pasada que este tipo de análisis nos tranquiliza de cierta manera, porque significa que la llamada explosión documentaria deberá también un día comenzar a presentar síntomas de desaceleración, prometiéndonos tiempos más fáciles en los que podremos, utilizando tecnologías más avanzadas, controlar toda la nueva información que se produce.

En un trabajo anterior (2), realizamos un análisis de la evolución del número de patentes registradas en un cierto período y en una determinada área, llegando a la conclusión de que era posible detectar, aproximadamente, los períodos en que el esfuerzo innovador de la investigación industrial se orientaría en nuevas direcciones, una vez aseguradas las condiciones de lanzamiento de un nuevo producto, o debería reforzarse el desarrollo de determinados procesos, entreabriendo así una puerta al análisis prospectivo de la competencia industrial.

La curva que representa el crecimiento del número de usuarios de un sistema de información debe también, si no existen factores de interferencia que modifiquen el proceso evolutivo, presentar un punto de inflexión, a partir del cual podría estimarse, con razonable probabilidad, el número de usuarios potenciales del sistema.

En este trabajo vamos a presentar un modelo de cálculo que puede ayudar a evaluar el número de usuarios potenciales de un sistema de información. Se trata de un modelo simple, que denominamos modelo modular convergente porque se basa en el análisis del comportamiento evolutivo y de la interferencia de varios módulos o conjuntos grupales, con características diferenciadas, de tal manera que se puede determinar una tendencia convergente hacia un resultado mas probable.

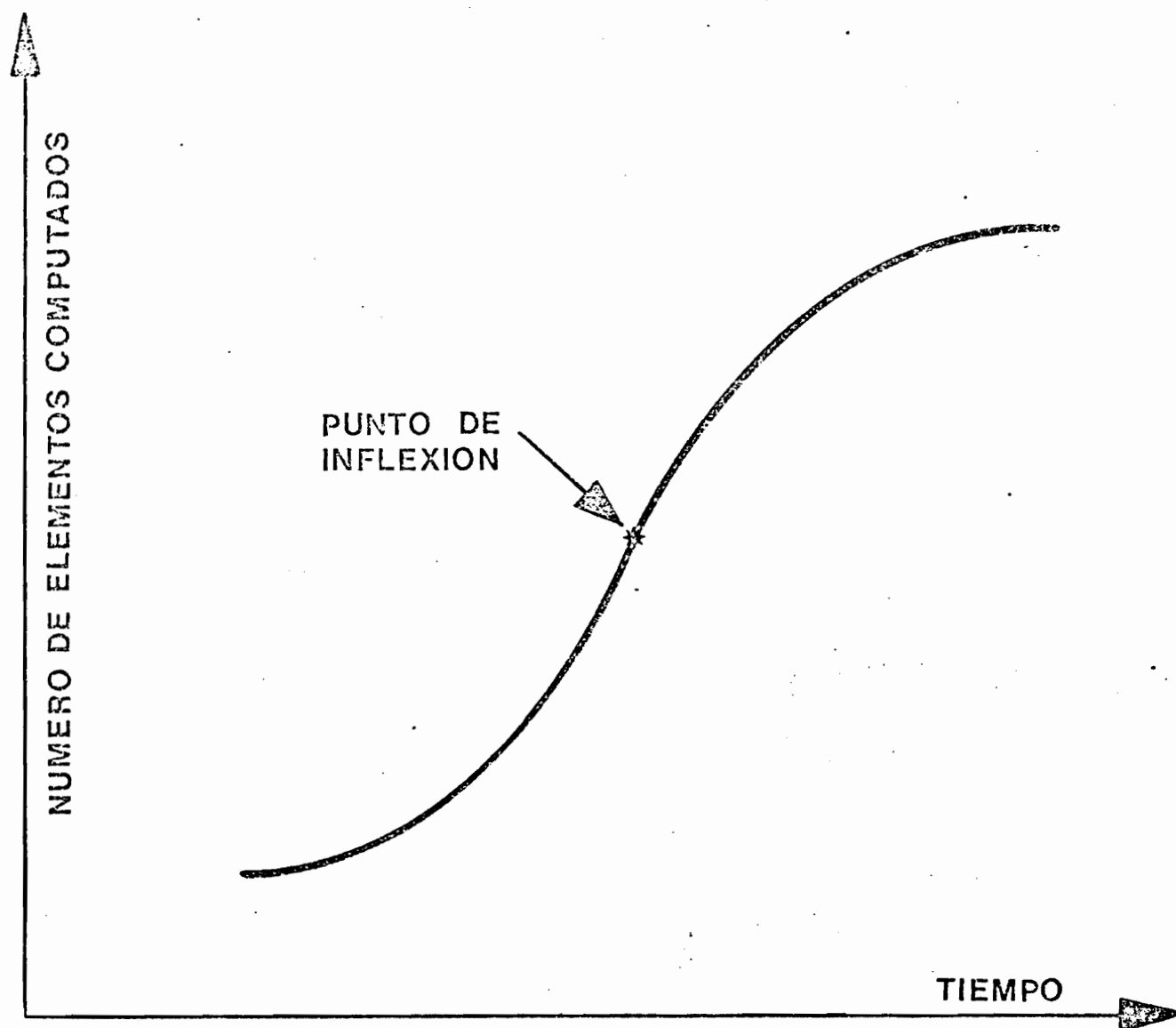


FIG.1

2. DESCRIPCION DEL MODELO

En un sistema de información, al cabo de cierto tiempo de operación, es fácil identificar diversos tipos de servicios y, como consecuencia, diversos grupos de usuarios o, de manera mas general, diversos módulos grupales. Pueden identificarse, por ejemplo, los siguientes módulos:

- usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información,
- usuarios del servicio de copias,
- usuarios que adquieren publicaciones del sistema,
- usuarios que solicitan levantamientos bibliográficos, etc.

Obsérvese que, en varios casos, algunos de los usuarios pertenecientes a un módulo pueden también pertenecer a otro. De esta manera, el total de usuarios en un momento dado no será simplemente la suma de los usuarios integrantes de cada módulo, mas una cantidad menor, resultante de deducir de la suma los usuarios comunes de cada par de módulos.

Para poder establecer una fórmula general que nos permita evaluar el número de usuarios en un momento dado, adoptaremos el siguiente simbolismo:

X_1 : Total de usuarios del módulo 1,

X_2 : Total de usuarios del módulo 2,

X_n : Total de usuarios del módulo n.

Designaremos también el número de usuarios comunes de dos módulos de la manera siguiente:

$x_{1,2}$: Total de usuarios comunes en X_1 y X_2 ,

$x_{1,3}$: Total de usuarios comunes en X_1 y X_3 ,

$x_{2,3}$: Total de usuarios comunes en X_2 y X_3 ,

$x_{1,n}$: Total de usuarios comunes en X_1 y X_n .

La figura 2 permite ver que el número total de usuarios diferentes sería:

$$X_1 + X_2 + X_3 - (X_{1,2} + X_{1,3} + X_{2,3}) - \dots +$$

$$X_{(n-1)} + X_n - (X_{1,n} + X_{2,n} - \dots + X_{(n-2),n} + X_{(n-1),n})$$

Generalizando el total de usuarios diferentes, en un cierto momento, sería:

$$\sum_i^n X_i - \sum x_{i,j} \quad (j)_i^n$$

donde i y j representan números cualesquiera comprendidos entre 1 y n (*)

* Basta desarrollar las sumas indicadas, para cada valor de i y j entre 1 y r, para verificar la validez de la fórmula. En efecto:

$$X_1 - [x_{1,1} + x_{1,2} + \dots + x_{1,n}] +$$

$$X_2 - [x_{2,2} + x_{2,3} + \dots + x_{2,n}] +$$

$$\dots$$

$$X_{n-1} - [x_{(n-1), (n-1)} + x_{(n-1), n}] +$$

$$X_n - [x_{n,n}]$$

$$\sum_i^n X_i - \sum x_{i,j} \quad (j)_i^n$$

El primer término, dentro de los paréntesis, que representaría el número de usuarios comunes dentro de un módulo, es naturalmente nulo.

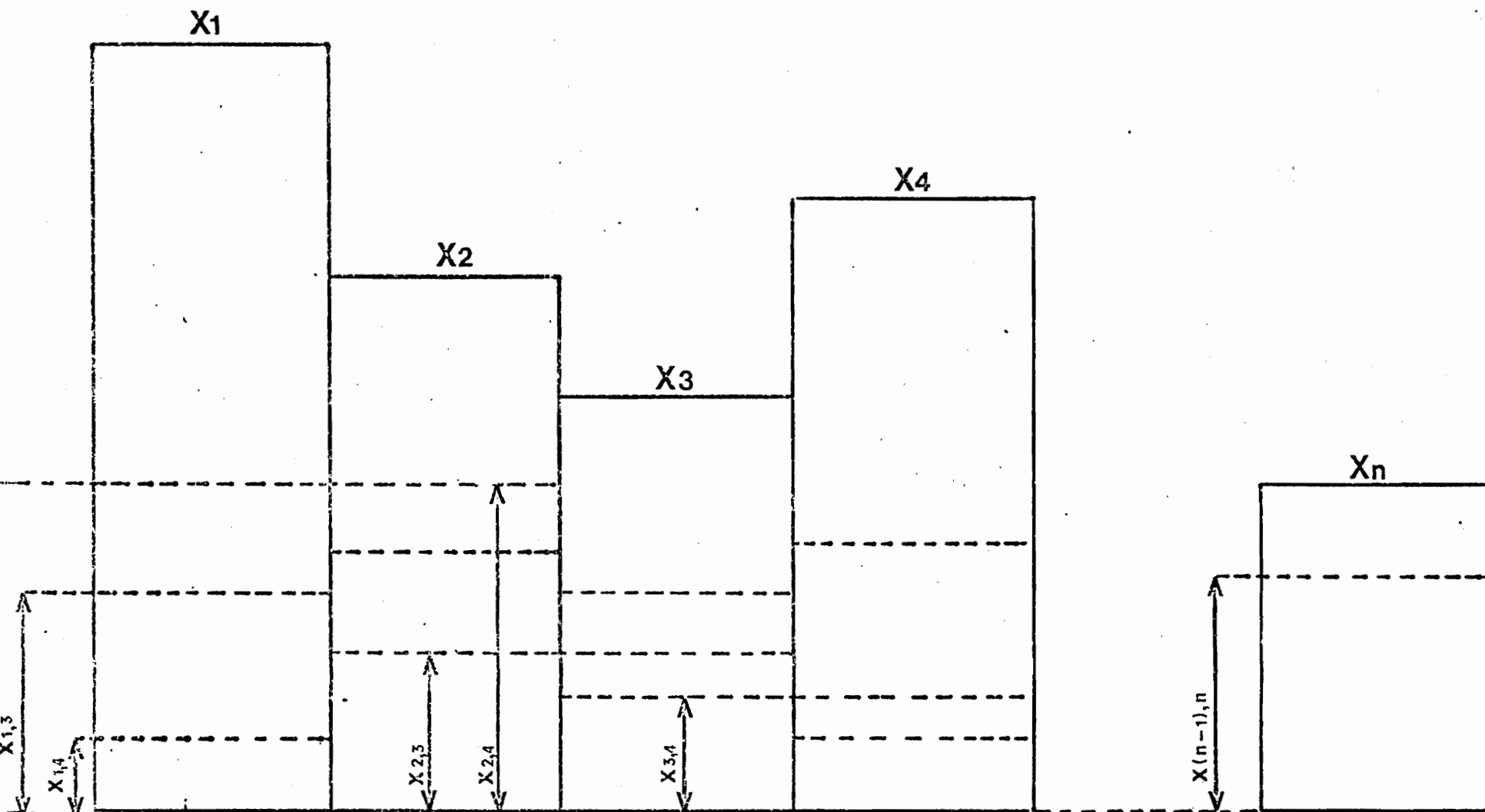


FIG. 2

3. EVALUACION DEL NUMERO DE USUARIOS POTENCIALES

Para poder extrapolar los valores de que disponemos en un momento dado, con la finalidad de obtener los valores más probables del número de usuarios potenciales en un futuro relativamente próximo, precisaríamos conocer algunos valores que nos permitieran situarnos sobre la curva en forma de S, verificando si ya alcanzamos o estamos próximos del punto de inflexión.

Naturalmente, la previsión será tanto más arriesgada cuanto más lejos estemos del punto de inflexión.

Analizando con cuidado la evolución con el tiempo del comportamiento de diversos módulos grupales, es posible detectar cuáles alcanzaron o se encuentran más próximos del punto de inflexión y, a partir de un estudio de las interferencias intergrupales, establecer ciertos criterios de convergencia comportamental evidentes que permitirán proveer el comportamiento de los otros módulos. Podrá, entonces, realizarse la suma de acuerdo con la fórmula anterior, para conocer aproximadamente el total de usuarios potenciales del sistema.

4. APLICACION DEL MODELO MODULAR CONVERGENTE AUN CASO ESPECIFICO

El Ministerio de Agricultura del Brasil está implantando, en convenio con EMBRATER (*), el Sistema Nacional de Información y Documentación Agrícola (SNIDA(**)), que es un amplio sistema de información documentaria agrícola de ámbito nacional. El SNIDA lanzó en los últimos dos años numerosos servicios que llegan actualmente a un número importante de usuarios.

(*) Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

(**) La implantación del SNIDA cuenta con el apoyo del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), a través del Proyecto PNUD/FAO/BRA/72/020. La operación del SNIDA compete a la Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), órgano de la Secretaría General del Ministerio de Agricultura, recientemente creado. El SNIDA es el centro de enlace del Brasil para los Sistemas AGRIS, AGRINTER y CARAS. La BINAGRI, a la que se incorpora la antigua Biblioteca Central del Ministerio de Agricultura (BICEN), asegurará, en lugar de esta última, la participación del Brasil en la red AGLINET.

Entre los servicios del SINIDA destacaremos los siguientes:

- Bibliografías nacionales por productos o áreas de interés prioritario,
- Bibliografías internacionales por productos o áreas de interés prioritario,
- Bibliografía brasileña corriente de agricultura,
- Servicio de disseminación selectiva de la información,
- Servicio de copias,
- Servicio de información sobre proyectos de investigación en curso,
- Servicio de levantamientos bibliográficos y búsqueda retrospectiva,
- Intercambio y empréstito bibliotecario,
- Servicio de fichas catalográficas,
- Información sobre nuevas adquisiciones.

Para verificar la validez del modelo, se analizó detalladamente la evolución de dos módulos grupales de usuarios:

- Servicio de disseminación selectiva de la información (módulo X_1),
 - Servicio de información sobre proyectos de investigación en curso (módulo X_2),
- complementándose el estudio con un análisis mas sumario de los módulos:
- Publicaciones del Sistema (módulo X_3),
 - Servicio de copias (módulo X_4),
- dejando de lado el análisis de los módulos restantes (X_5) por estar los usuarios de éstos comprendidos en un o varios de los módulos anteriores.

4.1 Evolución comportamental del módulo X_1 (disseminación selectiva de la información)

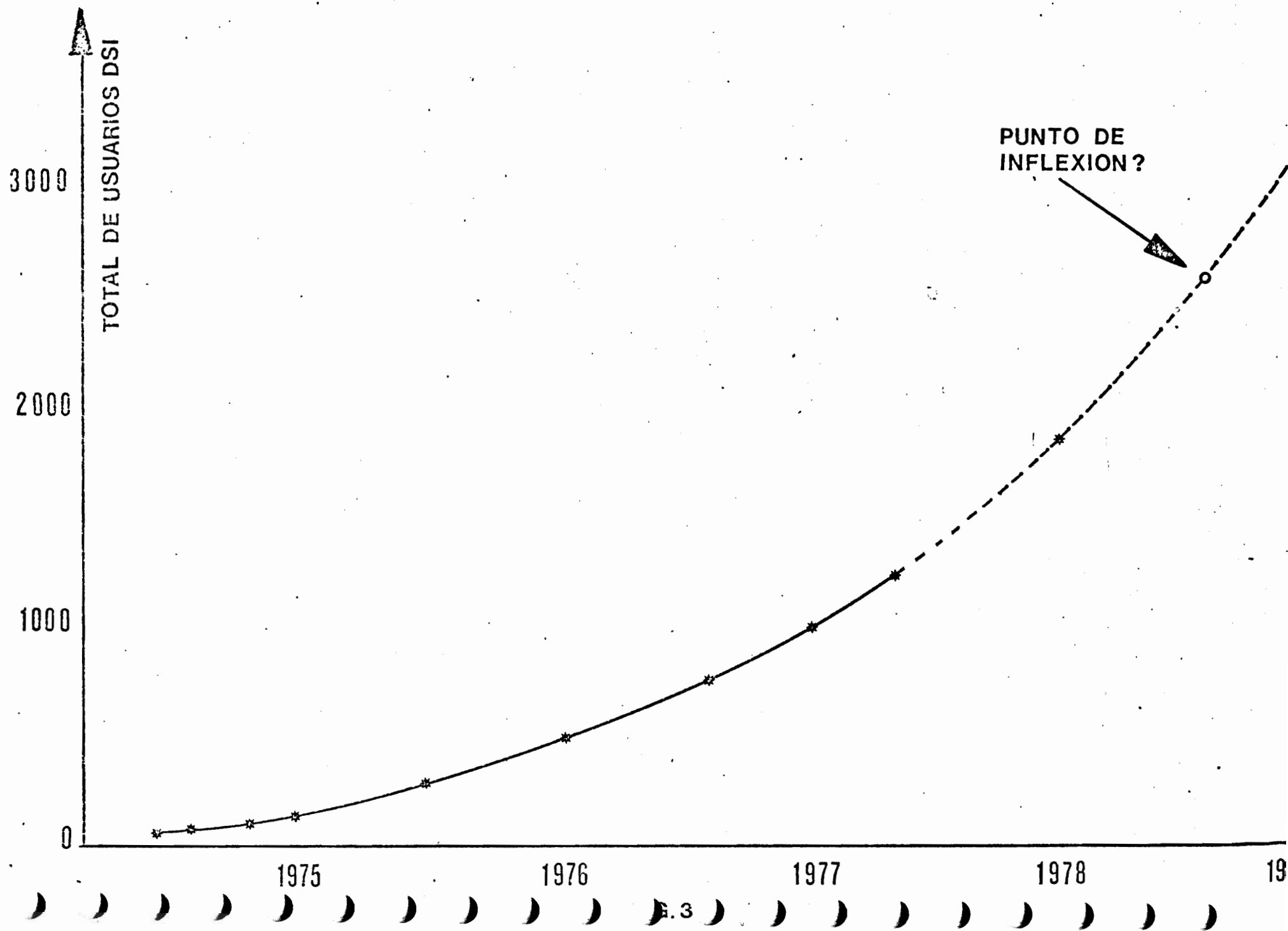
En un trabajo anterior (3) analizamos la evolución del número de usuarios del servicio de disseminación selectiva de la información (*). La situación, en mayo de 1977 está resumida en el cuadro 1. En marzo de 1978, el número total de usuarios atendidos se eleva a un poco más de 1300 (aproximadamente 700 en la misma fecha del año pasado), mientras que 700 nuevos usuarios (de los cuales 450 son técnicos ligados

(*) Se trata de un servicio mensual de perfiles a partir de las bandas magnéticas AGRIS, conocido con el nombre de Bibliografías Personalizadas en Agricultura (BIP/AGRI) (4).

a asistencia técnica/ extensión) ya inscritos comenzarán a ser atendidos en los próximos meses.

Los datos reunidos en el referido trabajo, actualizados con los datos actualmente disponibles, se presentan en la figura 3., considerando el número de usuarios actualmente atendidos (más de 1300) e inscritos (aproximadamente 700, de los cuales más de 400 son técnicos de asistencia técnica/extensión), es evidente que este servicio sobrepasará en los próximos meses los 2000 usuarios. Lo que es menos evidente a partir de los datos disponibles, es saber si estamos o no cerca del punto de inflexión de la curva de crecimiento del número de usuarios.

De cualquier manera puede concluirse que, en los próximos meses, será $X_t \geq 2000$, siendo la mayoría de usuarios investigadores (más de 70%) y un poco más de 20% técnicos de asistencia técnica/extensión. El cuadro 1 permite ver los tipos de usuarios atendidos por este servicio en mayo de 1977.



4.2 Evolución comportamental del módulo X_2 (investigaciones en curso)

En dos trabajos recientes (5), (6) se publicaron datos referentes al inventario bastante exhaustivo realizado por el SNIDA sobre instituciones de investigación y sobre programas y proyectos de investigación en curso, incluyendo también datos sobre los investigadores responsables. Los datos completos fueron publicados recientemente(7). El Cuadro 2 da una situación resumida de los datos levantados hasta los primeros meses de 1977. En el momento de redactar este trabajo se está trabajando activamente en la actualización de los datos anteriores, debiéndose resaltar que, en esta nueva fase, se están identificando también los investigadores que colaboran en los proyectos, junto a los responsables de los mismos. En el Cuadro 3 se puede apreciar la situación comparativa del inventario en 1977 y 1978.

Algunas conclusiones parecen evidentes. En primer lugar, el hecho de que el número de responsables identificados en la fase de actualización sea solo de un poco más de 600 (frente a 2400 identificados en el primer inventario) indica que el universo de investigadores responsables está razonablemente cubierto y que la cantidad de nuevos nombres que serán identificados en inventarios posteriores no deberá ser muy elevada. En otras palabras, la curva de crecimiento del número de usuarios del sistema de información sobre investigaciones en curso (al nivel de responsables de programas/proyectos) debe estar actualmente por encima del punto de inflexión.

En segundo lugar, a partir de los datos levantados en la fase de actualización, parece que el número de investigadores colaboradores es, aproximadamente, dos veces mayor que el número de investigadores responsables.

Se puede establecer, pues, que $X_2 \simeq 9000$, debiendo ser este valor próximo del máximo que se puede alcanzar en un futuro próximo.

4.3 Interferencia mutua de los módulos X_1 y X_2

Fueron identificados los usuarios comunes del servicio de diseminación selectiva de la información (módulo X_1) y del servicio de información sobre investigaciones en curso (módulo X_2), a partir de los datos actualmente disponibles. Los resultados pueden resumirse de la manera siguiente:

CUADRO 1

TIPOS DE INSTITUCIONES EN QUE TRABAJAN LOS USUARIOS
DEL SERVICIO DE DISEMINACION SELECTIVA DE LA INFORMACION
(DATOS CORRESPONDIENTES A MAYO DE 1977)

TIPOS DE INSTITUCION	TOTAL DE INSTITUCIONES	TOTAL DE USUARIOS
INVESTIGACION	34	482
UNIVERSITARIA (ENSEÑANZA E INVESTIGACION)	20	154
ASISTENCIA TECNICA Y EXTENSION	3	40
ENTIDADES PRIVADAS (PRODUCCION E INVESTIGACION)	8	8
OTROS	11	12
TOTAL	76	696

CUADRO 2

DISTRIBUCION DE LAS ACTIVIDADES DE INVESTIGACION POR REGION Y POR ESTADO
(DATOS CORRESPONDIENTES A 1976/77)

REGION/ESTADO	INSTITUCIONES	INVESTIGADORES RESPONSABLES	PROGRAMAS	PROJETOS
NORTE				
ACRE	1	—	—	—
AMAZONAS	4	52	24	85
PARA	7	111	46	236
RONDONIA	1	—	—	—
TOTAL REGION/ NORTE	13	163	70	321
NORDESTE				
ALAGOAS	3	—	—	—
BAHIA	17	119	90	366
CEARA	5	9	3	11
MARANHÃO	2	—	—	—
PARAÍBA	3	—	—	—
PERNAMBUCO	6	73	31	161
PIAUÍ	1	—	—	—
R. G. DO NORTE	1	—	—	—
SERGIPE	1	—	—	—
TOTAL REGION/ NORDESTE	40	200	124	538
SUDESTE				
ESP. SANTO	3	41	17	78
MINAS GERAIS	45	464	187	724
RIO DE JANEIRO	17	112	36	242
SÃO PAULO	105	794	430	2 365
TOTAL REGION/ SUDESTE	170	1 412	670	3 409
CENTRO — OESTE				
DIST. FEDERAL	16	119	25	193
GOIÁS	3	82	19	129
MATO GROSSO	7	16	7	31
TOTAL REGION/ CENTRO—OESTE	26	217	51	353
SUR				
PARANÁ	28	74	25	176
R. G. DO SUL	20	272	63	462
SANTA CATARINA	10	60	22	111
TOTAL REGION/ SUR	58	406	110	749

CUADRO 3

SITUACION COMPARATIVA DEL INVENTARIO SOBRE INVESTIGACIONES EN CURSO

	1977	1978 (MARZO)
<u>INSTITUCIONES</u>		
IDENTIFICADAS	307	409 (+102)
CON PROYECTOS IDENTIFICADOS	285	314 (+29)
<u>INVESTIGADORES</u>		
RESPONSABLES	2 398	3 029 (+ 631)
COLABORADORES	(DATO NO DISPONIBLE)	≈ 6 000 (+ 1 102) (ESTIMADO)
TOTAL INVESTIGADORES		≈ 9 000 (ESTIMADO)

NOTA: LOS DATOS DISPONIBLES INDICAN LA RELACION
RESPONSABLES/COLABORADORES ≈ 1/2

- investigadores comunes en los módulos X_1 y X_2	
es decir $x_{1,2}$	910
- investigadores responsables en $x_{1,2}$	387
- investigadores colaboradores en $x_{1,2}$	523

Como es lógico, del equipo que trabaja en un mismo proyecto de investigación solamente un individuo solicita la inscripción al servicio de diseminación selectiva de la información, lo cual reduce el número potencial de usuarios de este servicio a, aproximadamente:

$$\frac{X_2}{3} \approx \frac{9\ 000}{3} = 3000$$

pudiendo ser éstos tanto investigadores responsables como colaboradores.

Si consideramos, por otra parte, de acuerdo con lo expuesto en el párrafo 4.1, que del total de usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información aproximadamente 30% son usuarios que no pertenecen al módulo de investigación (de los cuales la mayoría son técnicos de asistencia técnica/extensión y el resto usuarios del ámbito político, de planeamiento o industrial) el número total de usuarios potenciales diferentes del sistema, que resultan de aplicar el modelo propuesto a los módulos X_1 sería:

$$X_1 + X_2 - x_{1,2} \approx 3900 + 900 - 3000 = 9900$$

que se distribuirían de la siguiente forma:

- usuarios del servicio de información sobre investigaciones en curso (X_2)	9000
- usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información (X_1)	3900
- usuarios comunes de los dos servicios ($x_{1,2}$)	3000

4.4 Evolución comportamental de los módulos X₃, X₄, X₅

El análisis de los módulos referentes a:

- publicaciones del sistema (X₃)
- servicio de copias (X₄)
- otros servicios (X₅)

no aporta nuevos datos que modifiquen significativamente las conclusiones anteriores. El estudio de las listas de distribución y venta de las publicaciones del Sistema no permite identificar muchos nuevos usuarios.

La publicación "Guia Brasileiro de Pesquisa Agropecuária em Andamento" (7) se distribuye a las instituciones de investigación y planeamiento y es comprada, en su mayor parte, por los propios investigadores. Las "Bibliografías" se distribuyen o se venden a instituciones o individuos ya identificados, generalmente, en los módulos X₁ y X₂. Incluyendo entidades extranjeras, no parece que el módulo X₃, que abarca aproximadamente 3000 usuarios, pueda aportar más de 500 nuevos usuarios diferentes de los ya identificados (v. Cuadro 4).

La mayoría de los usuarios del servicio de copias son usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información, investigadores e individuos u órganos del sector político o de planeamiento, incluidos en su mayoría en los módulos anteriormente considerados. Otros son usuarios que solicitan copias después de publicarse una nueva bibliografía, o como consecuencia de un levantamiento bibliográfico. Aunque es previsible que el número de usuarios del servicio de copias continúe aumentando a medida que crece el número de usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información y se expanden los demás servicios (puede preverse X₄ $\simeq$ 5000 en un futuro próximo), no parece que los nuevos usuarios identificados a partir de X₄ y no identificados en los módulos anteriormente considerados, pueda ser mucho mayor de 500, en los dos próximos años.

CUADRO 4
PUBLICACIONES

TIPO PUBLICACION	TIRADA	DISTRIBUCION / VENTA
GUIA INVESTIGACIONES EN CURSO	3 000	2 000 – 2 500
BIBLIOGRAFIAS NACIONALES POR PRODUCTO / AREAS INTERES	2 000	1 500 – 2 000
BIBLIOGRAFIA NACIONAL AGRICULTURA	2 000 (PREVISTA)	(DATOS NO DISPONIBLES)
BIBLIOGRAFIAS INTERNACIONALES POR PRODUCTOS / AREAS INTERES	150	150
INFORMACION NUEVAS AQUISICIONES	300	300
TOTAL USUARIOS DIFERENTES		≈ 3 000

CUADRO 5

EVALUACION DEL NUMERO DE USUARIOS POTENCIALES

MODULO	SERVICIO	USUARIOS PREVISTOS (1979/80)	USUARIOS COMUNES A DOS MODULOS	
X1	DISEMINACION SELECTIVA INFORMACION	3 900	x1,2	3 000
			x1,3	2 000 (ESTIMADO)
X2	INFORMACION INVESTIGACIONES EN CURSO	9 000	x1,4	2 000 (ESTIMADO)
			x1,5	—
X3	PUBLICACIONES	3 000	x2,3	1 000 (ESTIMADO)
X4	COPIAS	5 000	x2,4	2 000 (ESTIMADO)
X5	OTROS	(NO CONSIDERADO)	x2,5	—
			x3,4	500 (ESTIMADO)
			x3,5	—
			x4,5	—
	TOTAL $\sum_{i=1}^n X_i$	20 900	TOTAL $\sum_{i=1}^n x_{i,(j)}_i$	
			10 500	

TOTAL USUARIOS DIFERENTES:

$$\sum_{i=1}^n X_i + \sum_{i=1}^n x_{i,(j)}_i \approx 20\,900 - 10\,500 \approx 10\,400$$

5. CONSIDERACIONES FINALES Y CONCLUSIONES

Con el fin de verificar, aunque sólo sea aproximadamente, la validez de nuestras conclusiones previsionales sobre el número de usuarios potenciales del SNIDA, examinamos con mayor detalle quiénes son y dónde se localizan los usuarios actuales del servicio de diseminación selectiva de la información, al mismo tiempo que analizamos los datos disponibles a partir del inventario de investigaciones en curso, complementando lo expuesto en el párrafo 4.3.

Este estudio complementario nos permitió concluir que la mayoría de los investigadores actualmente atendidos por el servicio de diseminación selectiva de la información trabajan en los diversos centros de la EMBRAPA (*) (casi 70%). En el estado de Sao Paulo, donde el número de centros de esta empresa es limitado y donde se concentran, aproximadamente, 30% de los investigadores del país (v. Cuadro 2), la penetración del servicio de diseminación selectiva de la información es todavía relativamente pequeña. Considerando la incorporación próxima de los usuarios del estado de Sao Paulo (**) y de otras áreas de elevada concentración de investigadores (Rio Grande do Sul, M^onas Gerais), la previsión de un aumento de 1.000 nuevos usuarios, en 1978/79, parece, pues, perfectamente razonable.

El valor estimado en el Cuadro 5, para el número de usuarios del servicio de copias (naturalmente más elevado que el registrado actualmente) se basa, como ya dijimos antes, en la expansión prevista del número de usuarios del servicio de diseminación selectiva de la información y parece ser también un valor razonablemente probable para el período 1978/79.

En fin, el número de usuarios potenciales del servicio de información sobre investigaciones en curso se estima, para los dos próximos años, como aproximadamente coincidente con el número de investigadores identificados (responsables

(*) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuaria

(**) Se está estudiando en estos momentos, dentro del convenio existente entre EMBRATER/SNIDA y la Secretaría de Agricultura del Estado de Sao Paulo, la incorporación al servicio de diseminación selectivo de la información de un importante número de investigadores de los institutos a ella ligados. Actualmente, solo el Instituto de Tecnología de Alimentos (ITAL), cuenta con un número importante de usuarios de ese servicio.

o colaboradores) ya que una gran parte de ellos se dirigirán al sistema para obtener información en uno u otro momento, sobre los proyectos realizados en el país o en el extranjero. La diferencia con el total de investigadores probablemente identificados se compensará aproximadamente con los usuarios actuales y futuros de los sectores políticos y de planeamiento.

El modelo presentado en este trabajo parece, pues, adecuado para el cálculo aproximado de los usuarios potenciales de un sistema de información, en un plazo relativamente próximo, a partir de los datos generalmente disponibles después de un cierto tiempo de operación.

El conocimiento de los usuarios potenciales de un sistema de información tiene gran importancia para poder optimizar la gestión del mismo. A partir del conocimiento del número de usuarios potenciales de cada servicio pueden establecer previsiones presupuestarias adecuadas en el área de procesamiento de datos, pueden dimensionarse adecuadamente las necesidades de personal y de equipos. Al nivel operativo y organizacional también pueden resultar considerables ventajas del conocimiento del número de usuarios potenciales ya que se puede organizar adecuadamente el esquema de distribución y de promoción, pueden calcularse con más exactitud las tiradas de las publicaciones, etc. El establecimiento de una política de precios de los servicios, también estará altamente favorecido.

6. BIBLIOGRAFIA

- (1) DE SOLLA PRICE, J.D. Science since Babylone. Newhaven & London, Yale University Press, 1962.
- (2) ROBREDO, J. La documentation scientifique et technique en tant qu'ontil pour une prospective en matiere de recherche. París, Institut du Verre, 1970 (Rapport IV/DOC/Rapp/Inf/70/01).
- (3) ROBREDO, J. et alii. Uma avaliação do serviço de Bibliografías Personalizadas em Agricultura (BIP/AGRI). Brasília, EMBRATER/SNIDA, 1977. (DOC/TEC/77/033). Comunicación presentada al 9º Congreso Brasileiro e 5a. Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e documentação, Porto Alegre, 3-8 jul, 1977.

- (4) ROBREDO J. et alii. The AGRIS data base as a support for the selective Dissemination of information service BIP/AGRI. Brasília, EMBRATER/SNIDA, 1976 (DOC/TEC/76/019). V. También LAALD Bulletin, 23, 1977, p. 3-28.
- (5) ROBREDO, J. & CURVO, P.F. O Projeto BRACARIS como base do Sistema Brasileiro sobre Pesquisa Agrícola em Andamento. Brasília, EMBRATER/SNIDA, 1977 (DOC/TEC/77/036). Comunicación presentada al 9º Congreso Brasileiro e 5a. Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomía e Documentação, Porto Alegre, 3-8 jul. 1977.
- (6) CHASTINET, Y.S. et alii. A implantação do Projeto PNUD/FAO/BRA/72/020 (Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola-SNIDA) e algunos aspectos de sua descentralização operativa no Estado de São Paulo. Brasília, EMBRATER/SNIDA, 1977 (DOC/TEC/77/037). Comunicación presentada al I Congreso Paulista de Agronomía, São Paulo, 5-9 set. 1977.
- (7) Guia Brasileiro de Pesquisa Agrícola em Andamento. Brasília, EMBRATER/SNIDA 1977 (DOC/TEC/77/018 y DOC/TEC/77/019).

- 5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS
AGRICOLAS, San José, Costa Rica, 10-14 Abril, 1978

PAPEL DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES EN EL DESARROLLO DE ES
PECIALISTAS Y USUARIOS DE LA INFORMACION.

Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigadores
Agrícolas

III C

ITALO JOSE MARTINEZ Q.
PRESIDENTE DE ALEAS
UNIVERSIDAD DEL ZULIA
FACULTAD DE AGRONOMIA
APARTADO 526
MARACAIBO - VENEZUELA

Las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigadores Agrícolas pueden jugar un papel muy importante en el desarrollo de Especialistas y Usuarios de la Información a través de las siguientes actividades: Promover y Participar en los cambios necesarios dentro de los diseños curriculares para lograr un enfoque diferente en la formación a nivel de Pre-grado, sustentados sobre nuevos criterios instruccionales - curriculares y acciones de auto-desarrollo. Organización de cursos de actualización o ampliación de conocimientos en el area de la información. Promover la creación de Centros Regionales de Información. Promover la implantación de planes de formación de especialistas en las diferentes Instituciones Educativas e Investigativas dentro del sector agropecuario.

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLOGICAS

I N T R O D U C C I O N

En los últimos años se ha venido notando que las Facultades y/o Escuelas relacionadas con la Educación Agrícola Superior, Investigación y Extensión Agrícola, desean incrementar todas aquellas actividades relacionadas con la formación de Recursos Humanos para la información. Aunque no se haya alcanzado el nivel de importancia requerido, la misma organización de este evento permite expresar la anterior afirmación. Sin embargo es indispensable insistir ante las diferentes Organizaciones que de alguna manera están conectadas con el sector Educativo, Investigación y Extensión sobre la necesidad de dedicar grandes esfuerzos para lograr la formación de los Recursos Humanos indispensables en el área de la información, de tal manera que con una acción conjunta se pueda lograr un mayor y mejor uso de los Recursos existentes y un mejoramiento en los usuarios. Esta es quizás una de las tareas más urgentes en el campo de la información, ya que es posible demostrar, con un análisis muy sencillo, que no solo existe una carencia de Recursos Humanos, físicos y económicos dentro de este campo, sino que las deficiencias presentes en los usuarios influyen notablemente en el uso eficiente de los recursos presentes, admitiendo que estos sean escasos. Por eso, el planteamiento de que se requiere una acción conjunta para alcanzar un mejoramiento sustancial y esta acción conjunta no se refiere únicamente al desarrollo de especialistas y mejorar los usuarios sino también a la participación de las diferentes Instituciones y Asociaciones interesadas en el problema. Es acá donde

las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigadores Agríco
las tienen su papel importante que juega en el desarrollo de Recursos
Humanos para la información, es decir, dentro de un plan conjunto, in
terinstitucional, con el objetivo fundamental de mejorar la formación
de sus asociados en el campo de la información e influir con decisión
en la formación de especialistas, consideraciones que se presentan en
la continuación de este trabajo.

PAPEL DE LAS ASOCIACIONES DE ESPECIALISTAS, DOCENTES E INVESTIGADORES AGRICOLAS, EN EL DESARROLLO DE ESPECIALISTAS Y USUARIOS DE LA INFORMACION.

1.- Participación en la elaboración de Planes de Estudios

Es común escuchar discusiones sobre las deficiencias que presentan los egresados de las Facultades y/o Escuelas de Agronomía, Veterinaria y Zootecnia Latinoamericanas. Se ha organizado una serie de Seminarios y otros eventos con el propósito de analizar la situación presente y lógicamente han surgido proposiciones que en buena parte no se han implementado. Una de las deficiencias evidente es la debilidad en cuanto al uso de los recursos existentes en el área de la información. Pero esta debilidad no surge quizás por la ausencia de cursos formales dentro de los planes de estudio, sino porque no existe conciencia en el personal Docente y de Investigación acerca de la necesidad de implementar un nuevo enfoque de enseñanza-aprendizaje que se sustente sobre acciones de auto-desarrollo, de esfuerzo personal para lo cual se requiere inevitablemente tener formación como usuario de la información. Esto implica que cualquier intento por mejorar o desarrollar Recursos Humanos para la información debe iniciarse por un cambio radical en los criterios a aplicarse en el diseño curricular, conjuntamente con criterios instruccionales diferentes a los que se han venido utilizando. Entre estos criterios curriculares-instruccionales se pueden mencionar los siguientes:

- a) Constituir un proceso educativo vital para la realización de la personalidad de los estudiantes de acuerdo con sus propios valores

e intereses

b) Generar una interacción permanente entre estudiantes-profesores-grupos sociales de los procesos Docentes, Investigativos y de Ex ten sión Agropecuaria, sobre los problemas básicos y objetivos del sec tor.

c) Incorporar la interdisciplinaridad de las ciencias en el ám bito físico, biótico y social, para abordar y tratar los objetos del conocimiento y de las alternativas de solución de los problemas pro prios del sector agropecuario, a través de procesos continuos preferi blemente y superar con ésto, la simultaneidad e interdisciplinaridad basada en la concepción epistemológica de la ciencia per se.

d) Establecer la participación directa y permanente de los estu diantes en los procesos sociales, económicos, educativos y culturales de la población dedicada a actividades agropecuarias, definiendo cla ramente el papel de los estudiantes en la aplicación y elaboración, en cada contexto social, de conocimientos tecnológicos, científicos y críticos.

e) Determinar un balance curricular entre la información progra mada y la información auto-seleccionada por los estudiantes.

f) Emplear eficaz y permanentemente métodos experimentales y au dio-visuales en el desarrollo de los Planes de Estudio.

g) Conformar dentro de la estructura curricular experiencias de comunicación y divulgación mediante trabajos de grupos, exposiciones

conferencias, artículos, programas audio-visuales, discusiones, cursos, por parte de estudiantes y profesores, sobre los problemas y alternativas de solución de problemas del sector agropecuario, para la población dedicada al sector agropecuario.

h) Ponderar el valor, papel y contenido de las diferentes disciplinas de las áreas del conocimiento científico, tecnológico y critico en los ámbitos físicos, biótico y social y determinar su equivalencía entre sí, con el objeto de que los estudiantes puedan auto- programar su proceso formativo.

i) Evaluar las experiencias institucionales y curriculares de los estudiantes con respecto a la capacidad y comprensión y solución de problemas, clases de problemas y sistemas de problemas por parte de estudiantes, de suerte que el análisis, diseño y soluciones prácticas experimentales y teoricas constituyan el objeto de la evaluación. Estos son algunos de los criterios planteados dentro del Programa de Regionalización de la Universidad del Zulia en Venezuela.

Desde este punto de vista las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigadores Agrícolas, pueden colaborar con las Instituciones de Educación Superior, tratando de lograr los cambios necesarios dentro del diseño curricular, que permitan a su vez cambios positivos en los usuario de la información. Esta acción puede concretarse teniendo representación en las Comisiones de Planes de Estudio que comunmente existen en dichas Instituciones. Es, también, la labor más difícil pero indudablemente con mayores efectos en el logro de los objetivos perse

guidos

2.- Organización de Cursos de Actualización y Ampliación de conocimientos

A nivel de egresados universitarios y en virtud de las deficiencias presentes, es conveniente la organización de cursos intensivos, llamados en algunos países cursos de actualización, pero que en todo caso serían mejor designados como de Ampliación de Conocimientos. Estos son cursos intensivos, de corta duración, cuyo único requisito es el de asistencia, otorgándose un certificado si se ha asistido a clases a un porcentaje del total por encima del 75%. En Latinoamérica existen diferentes ejemplos de esta naturaleza y en el caso venezolano se pueden mencionar: el Programa de Mejoramiento Profesional del Colegio de Ingenieros de Venezuela y los programas de la Universidad del Zulia y la Universidad Central de Venezuela, organizaciones que desde hace algún tiempo han venido trabajando en la implementación de cursos intensivos en tópicos especializados, bien con el propósito de actualizar o bien con el objetivo de ampliar conocimientos. Luego de la experiencia adquirida, quizás sea conveniente en dejar estas actividades bajo la responsabilidad de las Asociaciones Gremiales o de Especialistas, Docentes e Investigadores Agrícolas, tratando así de que las Instituciones Universitarias dediquen o concreten sus mayores esfuerzos en la organización de cursos formales de Post-Grado con el objetivo de alcanzar el Título de Magister o de Doctorado. Lógicamente que los cursos discutidos anteriormente pudieran permitir

el mejoramiento de los usuarios, quienes de hecho influirían sobre los diferentes Centros de Información, debido a la demanda de mayores y mejores servicios y de allí la característica fundamental de aquellos organizados específicamente para el área de la información, en el sentido de que deberán basarse en el uso de los recursos existentes, es decir, con un enfoque utilitario para que los usuarios puedan sentirse atraídos por los beneficios que se generan al conocer con alguna propiedad la forma de usar los Servicios de Información.

Esta acción deberá ser permanente, continua, con un enfoque interdisciplinario y recurriendo a los Recursos Humanos y físicos que están presentes en las Instituciones de Educación Agrícola Superior, y para lo cual las Asociaciones de Especialistas, Docentes y de Investigadores Agrícolas se encargarían de la organización y coordinación de los cursos, garantizando de alguna manera la participación de sus asociados. Además tendría vigencia hasta tanto se comience a egresar de la Educación Superior con una formación suficiente, que le permita a los usuarios desenvolverse con eficiencia.

3.- Centros Regionales de Información

Conjuntamente con la organización de estos cursos de mejoramiento profesional, las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigadores Agrícolas deben convertirse en líderes de la creación de Centros Regionales de Información, para el sector agropecuario, centros que deben organizarse con la participación de las diferentes Instituciones del sector existentes en la región. Indudablemente que se debe pen

sar entonces, en la necesidad de formar especialistas de la Información. Además, estos Centros Regionales de Información, tendrían como uno de sus objetivos básicos la producción de información y la determinación de los mecanismos de mayor efectividad para que esta información llegue a los diferentes usuarios, entre los cuales hay que incluir a los productores, de lo contrario se pueden repetir las deficiencias existentes en el presente, cuando la información generada - no llega a los distintos niveles de usuarios. Por supuesto, como se mencionó anteriormente todas estas actividades requieren de un alto número de Especialistas de la Información, de donde surge como determinante la necesidad de implementar algún plan de formación de tales especialistas.

4.- Plan de Formación de Especialistas

Es en los últimos años donde se ha dado importancia a todos los aspectos relacionados con la información. Quizás, por ello no existe el número adecuado de especialistas que puedan manejar con propiedad, mejor dicho, con conocimiento los recursos de que se disponen en este campo, aún cuando sean escasos. De acá que las Instituciones u organizaciones conectadas directa o indirectamente con el - sector agropecuario deben iniciar o fortalecer el desarrollo de Especialistas en Información, tanto para mejorar la situación actual como para facilitar la creación de los Centros Regionales de Informa-ción, buscando así que los usuarios puedan obtener las respuestas - adecuadas cuando deseen recurrir a los diferentes medios de informa.

ción.

En este sentido las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investi
gadres Agrícolas deben detectar la importancia del desarrollo de Es
pecialistas en Información, para luego insistir, promover en los dife
rentes niveles sobre la conveniencia, quizás la urgencia, de implemen
tar un programa concreto de formación de dichos especialistas. Esta -
tarea no es difícil por cuanto los asociados son los que recibirían -
el efecto positivo directo para concluir una buena docencia y una me
jor investigación agrícola.

En resumen, las Asociaciones de Especialistas, Docentes e Investigado
res Agrícolas, pueden jugar un papel muy importante en el desarrollo
de Especialistas y Usuarios de la Información, a través de las siguien
tes actividades:

- 1.- Promover y participar en los cambios necesarios dentro de los dise
ños curriculares para lograr un enfoque diferente en la formación a ni
vel de Pre-grado, sustentado sobre nuevos criterios instruccionales-cu
rriculares y acciones de auto-desarrollo.
- 2.- Organización de cursos de actualización o ampliación de conocimien
tos en el área de la Información.
- 3.- Promover la creación de Centros Regionales de Información.
- 4.- Promover la implantación de planes de formación de especialistas -
en las diferentes Instituciones Educativas e Investigativas dentro -
del sector agropecuario

PAPEL DE LAS ASOCIACIONES PROFESIONALES EN EL

DESARROLLO DE LOS RECURSOS HUMANOS

A título de Delegado de la ASTED encargado de representar a la IFLA en los encuentros de su asociación internacional, el autor de este comunicado considera inoportuno utilizar esta tribuna para el cuestionamiento de las asociaciones profesionales. Si, a lo largo de su discurso, lanza unas flechas, no es más que una expresión desde el interior, es decir en la base de una larga participación en las actividades de estas mismas asociaciones.

Conviene reconocer con R. Ellsworth que "the relationship between a practicing professional and his... national association is not easy to understand, nor does it remain constant from decade to decade, nor can it be divorced from the factor of size, nor can it escape the consequences of the impact of personalities or specific events"¹. Esta constatación del autor, refiriéndose a los cambios de carácter de un profesional en diferentes fases de su carrera, es probablemente aplicable a las asociaciones internacionales.

El tiempo que hemos podido consagrar a la elaboración de este comunicado y la documentación que nos fue accesible no nos han permitido constituir, para explotarlo después, el expediente negro de las reacciones en función de las asociaciones profesionales. Este expediente es seguramente impresionante tanto por el número de escritos como por la diversidad de las críticas que ahí se expresan.

Ciertos miembros eminentes de la profesión, entre los líderes de las asociaciones profesionales, han subrayado sin temor ciertos problemas a los cuales deben hacer frente las asociaciones. El Sr. Herman Liebaers, antiguo presidente de la IFLA y hombre dinámico, no recordaba él periódicamente la lentitud proverbial de la acción de las asociaciones

internacionales? Otros, de una manera más humorística, se encargaron de caricaturar ciertos comportamientos, así por ejemplo Robert Lester, quien, al regresar de Midwinter de la ALA, llamaba a estas reuniones "peregrinación religiosa":

"Yes, but you must understand that the American Library Association meetings are a kind of religious experience to them. At home they work hard, are unrewarded, not appreciated, and they aren't getting any place. They come here in the spirit of a religious pilgrimage. They pay 25 cents for a cup of coffee, and they listen to the big shots, and they decide things in their committee things, and they feel that they have done things. The process becomes a thing of importance in itself"².

Es conveniente recordar que las asociaciones profesionales viven tiempos difíciles: se insertan en una coyuntura de economía de medios (que necesariamente frena la planificación de proyectos por renovadores que ellos sean) y en un contexto social que conduce a la super especialización de las actividades, y todo esto en un momento en que la profesión conoce transformaciones profundas. Estas mutaciones traen inevitables cuestionamientos en el seno de las asociaciones profesionales.

1. Información e Investigación sobre la asociación profesional

A propósito de esto, queremos mostrar delante de una audiencia internacional ciertas carencias demasiado evidentes de la información y de la investigación relativa a la asociación profesional.

La información corriente sobre las asociaciones profesionales en el mundo es bastante pobre aunque mejor asegurada estos últimos años, debido a los esfuerzos de la UNESCO³, de la American Library Association y a esfuerzos de ciertos individuos⁴. Por otra parte, ciertos países publican periódicamente el repertorio de sus asociaciones profesionales (por ejemplo el caso del Canadá) y la IFLA, en el IFLA Annual, difunde el informe de las actividades de las asociaciones miembros. A pesar de ello, en su conjunto, la documentación permanece superficial y dispersa, y esto, debido a que ningún organismo de carácter internacional se dió como misión constituir un centro encargado de la recopilación, del tratamiento y de la difusión sistemáticas de las informaciones sobre las asociaciones profesionales.

Las condiciones existentes de la documentación y de la información producen efectos negativos en el desarrollo de la investigación que se refiere al fenómeno de la asociación profesional. Si es verdad que las asociaciones profesionales ejercen un papel determinante en la evolución de las bibliotecas y de la profesión en un medio dado, hay lugar de interrogarse sobre la ausencia casi total de estudios en profundidad con carácter histórico o sociológico, sobre el objeto mismo de la asociación profesional. Tales trabajos, pertinentes en sí mismo, tendrían además la ventaja de ayudar a los países en vías de desarrollo sobre la elección de las opciones en materia de organización de la profesión en sus países.

Sin perder de vista la importancia que corresponde dar al desarrollo de sistemas mundiales de información documental haciendo un llamado a nuevas tecnologías, los organismos y las asociaciones internacionales tendrían interés, según nosotros, en favorecer investigaciones llevadas a cabo sobre estructuras permanentes de nuestra profesión: la asociación profesional, por subvenciones adecuadas concedidas a especialistas de estudios comparativos, si ellos se ponen de acuerdo con anticipación sobre el concepto mismo y los métodos de investigación de este campo de la biblioteconomía.

2. Características de la evolución de las asociaciones profesionales

Sin querernos situar en lo abstracto, por el simple deseo de hacerlo, nos parece adecuado intentar delimitar en grandes rasgos la evolución presente de las asociaciones para mejor entender el impacto de esta evolución en el desarrollo de los recursos humanos. Esta ojeada podría también considerarse válida en un aspecto más general provocando reflexiones fundamentales sobre los pro y los contra de esta profesión para los decenios futuros.

2.1 Multiplicidad de las asociaciones profesionales

En el contexto de la vertiginosa evolución del conocimiento y de la investigación en todos los sectores de actividades y de la toma de conciencia general de la escolarización o, a lo mejor, de la formación permanente, el crecimiento de las asociaciones profesionales es en sí un factor positivo en el sentido que permite multiplicar el número de los eventuales interventores en un país dado en materia de desarrollo de los recursos humanos. Es sabido, y esto tiende a convertirse en regla general que la universidad, enfrentada a estructuras bastante rígidas y de recues-

tionamiento constante de sus programas para adaptarse a la evolución del saber y de los métodos pedagógicos, no puede responder sola a las necesidades de formación del especialista o del profesional en diferentes etapas de su carrera.

Agnes L. Reagan, en su estudio sobre las relaciones entre las asociaciones profesionales, escuelas de biblioteconomía y bibliotecas, señala que "the number of associations with interests in library education and with units developed to it has been increasing as specializations have developed and as new groups have been formed"⁵. Sin embargo, añade que a pesar de los esfuerzos de acercamiento y de coordinación entre estos organismos, la constatación es la misma que aquella establecida por H. Lancour en 1.948: "There is a discernible overlapping of interests, a failure to achieve purposes and to fulfill needs, duplication of activity, and to a not-inconsiderable extent a confusion as to which agency is charged with what responsibilities"⁶.

La dificultad de articular acciones de concertación a nivel de organismos múltiples implicados en la formación profesional aparece como una realidad que convendría examinar de más cerca.

2.2 La eclosión de las asociaciones profesionales

El congreso de la IFLA que tuvo lugar en Liverpool en 1.971 y que trataba de la organización de la profesión de bibliotecarios cubrió de manera bastante substancial este asunto. Los representantes de diversos países que presentaron comunicados han expresado en profundidad el estado de la evolución que se observa en numerosos países sobre todo desarrollados, no sin interrogarse sobre las repercusiones a largo término de tal tendencia, si ésta se acentuará en los decenios futuros.

Podemos notar facilmente, en muchos países, un número impresionante de asociaciones (además de las asociaciones nacionales y/o provinciales) que obran en sectores especializados: formación profesional, categorías de bibliotecas, documentación especializada, cuestiones técnicas, etc. Podemos constatar también la eclosión de corporaciones profesionales reservadas exclusivamente a los detentores de un diploma universitario, de asociaciones agrupando técnicos de biblioteca o de la documentación.

Este estallido de las asociaciones en organizaciones distintas, unido al paralelismo de la acción entre bibliotecarios y documentalistas, provoca múltiples interrogantes:

- La viabilidad misma de estas asociaciones en un nivel administrativo en la época actual de economía de medios
- La posibilidad financiera para los profesionales y las instituciones de adherir y participar a muchas de ellas
- La unidad misma de la profesión.

Esta dispersión de la actividad de las asociaciones profesionales conlleva interrogantes más fundamentales que aquellas de las relaciones entre éstas últimas a nivel del desarrollo de los recursos humanos. Es de desear que, además de la organización de encuentros internacionales alrededor de este tema, los especialistas prosigan estudios apropiados inspirándose en experiencias vividas en otras profesiones.

2.3 Desarrollo de las asociaciones a nivel internacional

Encontramos las mismas características tanto a nivel internacional como nacional: la multiplicidad y la eclosión de las asociaciones profesionales. Así es como existen paralelamente, por una parte, la Federación

internacional de las asociaciones de bibliotecarios, la Federación internacional de documentación y otros organismos internacionales cuyas actividades se extienden al conjunto de estas interrogaciones y, por otro lado, un número bastante importante de asociaciones internacionales de bibliotecarios y de bibliotecas especializadas, siendo una de las últimas la Asociación internacional de las Escuelas de las Ciencias de la Información (AIESI).

Antiguamente, si hemos podido afirmar, bromeando, que las asociaciones internacionales se limitaban a favorecer el turismo biblioteconómico, corresponde reconocer hoy día que estas mismas asociaciones desempeñan un papel importante en la promoción y el desarrollo de las bibliotecas.

Las grandes orientaciones determinadas por estas asociaciones (por ejemplo el control bibliográfico universal) traen repercusiones profundas tanto a nivel de prácticas nacionales como de la actividad de las asociaciones al interior de cada país. De ahí la importancia que todos los países puedan participar en los trabajos y en las bases de estas asociaciones delegando al mismo tiempo a bibliotecarios ocupando puestos claves y a aquellos que poseen una competencia en unos sectores dados. Lamentablemente, no sea siempre el caso: estas asociaciones estando en buen número de casos lugares seleccionados por conservadores y directores de grandes bibliotecas.

3. Objetivos y actividades de las asociaciones profesionales

El estudio de la documentación permite constatar que existe al seno de la profesión un amplio consenso relativo a la importancia que las asociaciones profesionales deben conceder en materia de formación y de perfeccionamiento de sus miembros e igualmente sobre una base más amplia, a los bibliotecarios en general. Este consenso se amplía con la fuerza de los comunicados presentados en el congreso de la FIAB en 1.971 y que se refiere a la organización de la profesión de bibliotecario.

En un estudio sobre las asociaciones de bibliotecarios, H. de S.C. MacLean indica que estas últimas, "si elles veulent être assurées de la loyauté de leurs membres et influer directement sur le fonctionnement des services de bibliothèques et sur le rôle que ces services doivent jouer dans la société... doivent se fixer comme but essentiel de valoriser la profession et d'améliorer la condition de ceux qui l'exercent"⁷. Más lejos en el texto suyo, el autor trata de la interpretación constante de dos objetivos importantes de las asociaciones profesionales; según el, "il est impossible de faire progresser la cause des bibliothécaires si l'on ne fait pas progresser en même temps les services de bibliothèque; inversement, on ne saurait améliorer ces services si les bibliothécaires ont une formation insuffisante et s'ils sont défavorisés du point de vue de la rémunération et du statut professionnel"⁸.

Este imperativo está formulado por los autores en términos más bien generales que específicos. E. Castagna, en Biblioteca y el desafío del cambio, enumera las siguientes responsabilidades entre las cuales asigna a las asociaciones profesionales para los años futuros: "The achievement of professional standing", "The fostering of close association among colleagues"⁹. Dale E. Shaffer por su parte, en La madurez de la biblioteconomía como profesión, reconoce a las asociaciones las siguientes obligaciones específicas: "influence education of professional practitioners", "promote pre-and-post-professional education through seminars, symposia, etc"¹⁰.

De hecho, muchas asociaciones profesionales transpusieron este imperativo bajo forma de objetivos inscritos sea en sus estatutos o en otros documentos oficiales que les dirige. Damos aquí unos ejemplos:

La IFLA "Sus propósitos serán de promover el entendimiento internacional, la cooperación, la discusión, la investigación y el desarrollo en todos los campos de la actividad bibliotecaria, incluyendo biblio_

grafía, servicios de información y la educación del personal"
(Estatutos)

AIBDA "presentar programas educativos para mejorar el estatuto de sus miembros y de otras personas relacionadas con la profesión."

FID "Agrupar en el plano internacional, personas morales o físicas que se interesan en problemas de la documentación; coordinar sus esfuerzos y servir de medio de intercambio internacional de opiniones y experiencias."

"Promover la información en los países en vías de desarrollo"

(Estatuto, art. 2 a & e)

ALA "El objetivo de la American Library Association debe ser el de promover los servicios de biblioteca y bibliotecología"

(Constitución de ALA)

"El apoyo al desarrollo del personal de biblioteca y de los directivos por medio de acciones positivas, de la educación, del bienestar del personal y de su capacitación".

(Metas y objetivos)

Canadian Library Association

"La Asociación debe de trabajar para desarrollar una comunicación significativa y activa entre sus miembros; debe fomentar y fortalecer la ética profesional de sus miembros a un nivel alto (Por ley 1. Metas y objetivos)

Estos objetivos citados como ejemplos, se ponen en evidencia para ilustrar solamente esta preocupación bien general-

zada de parte de las asociaciones de promover la formación de sus miembros.

Corresponde a cada asociación elaborar para ella misma sus propios objetivos tomando en consideración los siguientes factores:

- La situación actual del desarrollo de las bibliotecas y de la profesión
- Las necesidades de las diferentes categorías de personal
- La intervención de los organismos y otras asociaciones que obran o que son activas a nivel local o regional.

La empresa se revela inmensa, por el hecho que pocos países han podido: 1) conducir estudios nacionales con miras a delimitar las necesidades, a corto o largo término, en materia de formación y 2) establecer proyectos nacionales de desarrollo de bibliotecas y de servicios de documentación. A esta dificultad se agrega otra: aquella de una separación a menudo inevitable a nivel local entre los organismos del gobierno y las asociaciones que obran en el campo de la biblioteconomía y de la documentación. Se vuelve entonces de primera importancia que una consultación lo más amplio posible de los miembros y de la profesión preceda a la elaboración de aquellos objetivos.

Una vez establecidos estos últimos deben traducirse normalmente en términos de programas y de actividades concebidas a corto o medio término y es aquí, y la experiencia parece demostrarlo, que las asociaciones pecan de bastante defectos. Ellas alegarán, a menudo para justificar la ausencia de tales programas, que las actividades en sí mismo generalmente reconocidas a las asociaciones, concurren a favorecer el desarrollo de los recursos humanos: seminarios, congresos anuales, publicación de una revista o de obras especializadas, elaboración de normas en materia de bibliotecas etc.

En cuanto a nosotros, consideramos de primera importancia que tales programas se establezcan pues ellos constituyen un cuadro preciso para las acciones a tomar y son destinados a servir de instrumentos que permiten medir sobre una base periódica el grado de prosecución de objetivos.

Ciertas asociaciones se dotaron de estructuras permanentes, tales como secciones o comisiones, encargadas de asegurar la prosecución de programas de formación y de perfeccionamiento. No somos capaz de evaluar si una visión tal aparece a la larga productiva o si no conviene más bien extender esta actividad dentro de grupos especializados (por tipo de bibliotecas o por funciones) que obran en un sector específico al interior de la asociación.

Finalmente, quisieramos recordar un último aspecto que no puede descuidarse a saber que el desarrollo profesional sobrepasa el dominio estrictamente de la biblioteconomía o de la documentación. El bibliotecario, a lo largo de su carrera, está destinado tanto a la prosecución de estudios superiores en el dominio de especialización de su biblioteca o a profundizar sus conocimientos en los campos relacionados a su labor: por ejemplo, la animación cultural, las encuestas sociológicas, administración y gestión, etc. Las autoridades de las bibliotecas tienen una responsabilidad enorme en este campo, siendo el papel de las asociaciones el de establecer normas elevadas de competencia en materia de formación y de informar a sus miembros de las actividades de formación implantadas por los diversos establecimientos universitarios y otros.

El estudio de los documentos oficiales de un gran número de asociaciones es testimonio elocuente de la creciente importancia que estas últimas otorgan al desarrollo profesional de sus miembros. Sin embargo, es conveniente preguntarse si esta evolución en el sentido de una emulación respectiva

(para no hablar de competencia) debe desarrollarse en función de iniciativas locales, sin que, por otra parte, nos interroguemos a nivel de instancias relacionadas en el propósito de una colaboración más acorde y de una concertación en este campo.

4. La IFLA y el desarrollo de los recursos humanos

La IFLA que acaba de celebrar en Septiembre último en Bruselas el cincuenta aniversario de su fundación, puede definirse como una asociación internacional general, en este sentido que ella envuelve en su campo de acción todos los aspectos relativos a la profesión y al desarrollo de las bibliotecas. Este carácter que le es propio se refleja en sus estatutos y en las estructuras que la constituyen.

Formada esencialmente desde sus orígenes de asociaciones internacionales y nacionales que formaban su "membership", ella adquirió después del congreso de Lausanne en 1.976, una nueva categoría de miembros en su totalidad, es decir las instituciones: "bibliotecas, escuelas de biblioteca, bibliografía e institutos de investigaciones y otras instituciones y cuerpos primarios relacionadas con la implantación de los propósitos de la Federación".

Por el conjunto de sus intervenciones y por la diversidad de sus actividades, la IFLA contribuye a favorecer una mejor comprensión internacional, factor en sí muy importante para el desarrollo de las bibliotecas y de la profesión.

Como parte de su contribución específica al estudio de los problemas de formación y al perfeccionamiento profesionales, es conveniente notar entre otros: 1) la organización de dos congresos centrándose específicamente en estas cuestiones: "La educación de la biblioteca y la in_

vestigación en el campo de biblioteconomía" (1.969), "La organización de la profesión de bibliotecaria" (1.971), 2) la elaboración de normas internacionales en materia de formación, 3) los trabajos y estudios de dos de sus secciones especializadas: "Las bibliotecas escolares y otros aspectos de entrenamiento" y "Teoría e investigación en materia de biblioteca".

La acción de la IFLA emprendida desde principios de esta década en vista de asegurar una participación mayor de los países de vías de desarrollo no es ajeno a los propósitos de nuestro comunicado. Aun si esta participación se efectue a un ritmo más bien lento, teniendo en cuenta factores (geográficos y otros) que entran en consideración, hay lugar a creer que las estructuras establecidas ya sea la "división para actividades regionales" con secciones regionales para Africa, Asia, America Latina y el Caribe, favorecerán los intercambios profesionales y permitirán el establecimiento de diversos proyectos destinados a responder a las necesidades más urgentes. En su reunión de Diciembre último, la oficina ejecutiva de la IFLA aprobaba con este objeto un nuevo programa de asistencia para los países en vías de desarrollo, repartido en tres años. Este programa intitulado "Desarrollo y entrenamiento de las bibliotecas en los países del tercer mundo" se dirige a las asociaciones e instituciones miembros, por vía de las estructuras arriba mencionadas. Esta conferencia internacional de Costa Rica podría ventajosamente servir de forum a fin de explorar las posibilidades de beneficiar de este programa a nivel de la formación y del desarrollo de los recursos humanos.

Conclusión

Nuestro propósito en este comunicado, no era ni explorar las soluciones concretas a los problemas corrientes ni intentar resolver los problemas de sus países representados en esta conferencia en materia de desarrollo de recursos humanos. Una ambición tal hubiera ampliamente sobrepasado el campo de nuestra competencia y además testimoniado de una gran suficiencia de nuestra parte.

Hemos elegido a propósito situar la cuestión en una perspectiva mayor que aquella de una reflexión sobre la evolución de las asociaciones profesionales y sobre el papel que deben jugar en tanto que instrumentos esenciales en el avance profesional.

A título de representante de la IFLA, quisiera formular la esperanza de que estos encuentros internacionales aporten nuevas luces en el estudio de la contribución de las asociaciones a nivel del desarrollo profesional.

A 20 de Marzo de 1.978

Referencias

1. R.F. Ellsworth, "Critique of library associations in America", Library Quarterly, 31 (Oct. 1961), p. 382
2. Citado en R.E. Ellsworth..., p. 383
3. Por la publicación, entre otros, de Liste des associations de bibliothécaires et documentalistes (Paris, Unesco, 1972)
4. Como él de A.S.C. Hooper, "National organizations for the library profession; an international comparative study," in South African Library Association. Papers presented at the thirtieth conference (The Association, 1975), pp. 43 - 131
5. Agnes L. Reagan, " The relationships of professional associations to library schools and libraries," in Borko, Harold, comp. Targets for research in library education (Chicago, ALA, 1973), pp.122 - 123
6. Ibid., p. 123
7. H. de S.D. MacLean, " Les associations de bibliothécaires et leurs responsabilités à l'égard de leurs membres," Bulletin de l'Unesco à l'intention des bibliothèques, 25 (mars-avril 1971), p. 77
8. Ibid.
9. E.Castagna, Libraries and the challenge of change (London, Mansell, 1975), pp.229 - 230
- 10.D.E. Shaffer, The maturity of librarianship as a profession (Metuchen, Scarecrow, 1968).

Reunión**Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas**

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

- SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



- SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA-CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica
C. III. A

BIBLIOTECA

CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLÓGICAS

PAPEL DE LAS ASOCIACIONES DE ESCUELAS DE
BIBLIOTECOLOGIA Y CIENCIAS DE LA INFORMA
CION EN EL DESARROLLO DE ESPECIALISTAS Y
USUARIOS DE LA INFORMACION

Lic. Lina Espitaleta de Villegas
Directora Departamento de Biblio
tecología
Facultad de Filosofía y Letras
Pontificia Universidad Javeriana
Bogotá, D.E., Colombia

Directora Biblioteca General
Pontificia Universidad Javeriana

Presidente ALEBCI.

INTRODUCCION

Uno de los campos en los que una Asociación de Escuelas de Bibliotecología puede hacer más por sus miembros es el de la enseñanza de la Bibliotecología, siendo uno de sus objetivos más importantes el de preocuparse por el pleno desarrollo profesional de los bibliotecarios y de la profesión, y por consiguiente, de las bibliotecas.

Realmente existe una acción recíproca entre estos aspectos. No se puede pretender que la causa de los bibliotecarios progrese aisladamente del progreso de los servicios de las bibliotecas, como también es cierta la imposibilidad de mejorar los servicios de las bibliotecas si los bibliotecarios están retrasados desde el punto de vista educativo y profesional.

Así, podemos afirmar que la función directa de las Asociaciones de Escuela de Bibliotecología es procurar que sus miembros impartan una formación bibliotecológica de alto nivel y fomentar directa o indirectamente el desarrollo de la enseñanza de la Bibliotecología.

Por consiguiente, el propósito de este documento es indicar en qué forma ese afán de mejorar la situación de la carrera de bibliotecología puede expresarse en los objetivos de una Asociación y de qué manera una Asociación puede promover esos objetivos y tratar de llegar a una plena identificación de las necesidades reales de una región para la formación de sus propios profesionales.

ASOCIACION LATINOAMERICANA DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGIA Y CIENCIAS
DE LA INFORMACION (ALEBCI)

A raíz de una serie de inquietudes por parte de los profesionales que manejaban el problema de la enseñanza de la bibliotecología en América Latina, nació la idea de organizar una Asociación que velara por el desarrollo de esta disciplina.

Es así, como en Septiembre de 1970 durante la celebración de la 35a. Reunión de la Federación Internacional de Documentación y el Congreso de Documentación efectuados en Buenos Aires, se realizó una Reunión de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Documentación de América Latina, con el fin de estudiar la creación de una Asociación Latinoamericana de Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información, darle estructura administrativa y decidir sobre su sede.

En esta Reunión se fijaron los siguientes objetivos:

1. Mejorar el nivel de las Escuelas existentes y crear nuevas en los países donde no existen.
2. Mejorar el nivel pedagógico de los profesores de Bibliotecología y Documentación a través de cursos regulares de entrenamiento; desarrollar la investigación en el campo de la Bibliotecología y la Documentación y la creación de un Centro de Información.

Se estableció en Belo-Horizonte (Brasil) la sede provisional de la nueva entidad y se nombró una comisión de seis representantes de América Latina presidida por la Profesora María Martha de Carvalho para elaborar los Estatutos y darle estructura administrativa a la Asociación.

Esta Comisión elaboró los primeros estatutos que fueron aprobados durante una Asamblea General efectuada en Lima en Septiembre de 1971.

En esta Asamblea se eligió la Primera Mesa Directiva para el período 1971-1973, nombrando a la Profesora María Martha de Carvalho como Presidente.

Dentro de los estatutos se fijaron los siguientes objetivos para la Asociación:

1. Promover la investigación de los problemas de la educación en Bibliotecología y Ciencias de la Información en función de las necesidades de América Latina.
2. Buscar soluciones para esos problemas y estimular el desarrollo de los conceptos, métodos y medios de enseñanza.
3. Estimular la instalación y desarrollo de centros y cursos de perfeccionamiento científico y docente para profesores e investigadores en los países latinoamericanos; coordinar estas actividades y colaborar en la organización y financiamiento de pro-

gramas para becarios.

4. Elaborar planes de intercambio y adiestramiento de profesores en las diversas Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información y promover la realización combinada de investigación y asistencia.
5. Asesorar a las Escuelas que lo soliciten, a fin de elevar el nivel de sus cursos.
6. Elaborar y propiciar normas mínimas para las Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información, de acuerdo con la evolución de los principios básicos de la especialidad.
7. Fomentar la creación de Escuelas de acuerdo con las necesidades de los países de la región.
8. Mantener relaciones con otras Instituciones y organizaciones Internacionales que tengan finalidades similares.
9. Mantener un servicio de información sobre la enseñanza de la Bibliotecología y Ciencias de la Información.

Se observará que aunque estos objetivos se expresan en términos amplios, tienden concretamente a mejorar la situación de las Escuelas de Bibliotecología y por ende la de los bibliotecarios.

Inmediatamente se pretende iniciar el siguiente programa de trabajo que está dentro de los objetivos estatutarios:

1. Publicación de un Boletín Informativo
2. Directorio de Escuelas de Bibliotecología
3. Organización del Centro de Información, haciendo intercambio de planes y programas de cursos.
4. Preparación de una lista de obras básicas para las Escuelas
5. Iniciar un estudio de producción cooperativa del material audio visual.

En el año 1972 se decide publicar el Boletín Informativo con periodicidad de cuatro números al año. El Colegio de Bibliotecarios y Archivonomía de la Universidad Nacional Autónoma de México se hará cargo de su publicación y distribución.

Aparece el primer número del Boletín en Septiembre de 1972 y se publica hasta Junio de 1976.

En Octubre de 1973, durante la XIII Asamblea Regional de FID/CLA en Bogotá, se realiza la Asamblea General de ALEBCI y se elige nueva Junta

Directiva para el periodo 1973-1975, nombrando como Presidente a la se ñora Judith Licea de Arenas, del Colegio de Bibliotecología de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Durante esta Asamblea se acordó que ALEBCI fuera el vínculo entre FID/CLA y FID/ET en todos los asuntos concernientes a la educación y al a diestramiento en América Latina.

Los Presidentes de FID/CLA, FID/ET y ALEBCI se reúnen y redactan una propuesta de convenio (véase anexo) para regular las acciones de es - tos tres organismos y definir sus responsabilidades.

Estos organismos tienen un objetivo principal común: "Trabajar en actividades de educación y adiestramiento de profesionales de la información y de usuarios:, así:

ALEBCI, directamente con las Escuelas de Bibliotecología.

FID/CLA, con instituciones interesadas en información y por consiguien te, en educación y entrenamiento.

FID/ET, con la asesoría en la elaboración e implementación de progra - mas y proyectos de educación y adiestramiento en el campo de la información, para los miembros de FID.

El mencionado convenio ha sido sometido a constantes revisiones por par te de los organismos interesados y actualmente se está elaborando un

proyecto definitivo para su aprobación.

Durante este período se inicia la publicación de la Guía de Escuelas de Bibliotecología de América Latina, a través de un acuerdo firmado entre ALEBCI y el Instituto Bibliotecológico de la Universidad de Buenos Aires.

La Junta Directiva de ALEBCI propone la organización de un Seminario sobre Educación y Adiestramiento, el cual se celebra en México en Septiembre de 1976, donde se estudiaron los siguientes puntos:

1. Técnicas de enseñanza.
2. Los auxiliares audiovisuales y los programas de sistemas de información con fines educativos.
3. Informes de seminarios especializados para países en vías de desarrollo.
4. Educación y adiestramiento de usuarios.

Teniendo en cuenta que en el año 1965 se efectuó la última reunión sobre educación bibliotecológica latinoamericana, la cual tuvo lugar en la Universidad de Antioquia, (Colombia), y debido a los múltiples cambios que han ocurrido en la tecnología educativa, ALEBCI comienza a organizar en 1974 una Conferencia de Escuelas de Bibliotecología y Cien -

cias de la Información de América Latina, con el objeto de discutir con amplitud y profundidad científica los problemas que tienen las instituciones formadoras de los recursos humanos para la Bibliotecología.

Se propone el siguiente temario:

1. Análisis de los currículos de las Escuelas.
2. Tendencias de la demanda de ingreso a las Escuelas.
3. Causas de la deserción.
4. Condiciones académicas del profesorado.
5. Análisis del costo-beneficio del estudiante.
6. Mercado del ejercicio profesional.
7. Nuevos métodos para el diseño curricular.
8. Unificación de los propósitos y objetivos generales de la carrera.

UNESCO acoge la propuesta y este Encuentro se realiza en Bogotá en Noviembre de 1976, con participación de todas las Escuelas de Bibliotecología de América Latina.

El Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior (ICFES)

asume la responsabilidad por la organización de este Encuentro Latinoamericano con el apoyo del Departamento de Bibliotecología de la Universidad Javeriana, sede de la mencionada Reunión.

Esta Reunión es una acción de UNESCO encaminada a implementar el objetivo del NATIS en lo relacionado con la formación de personal para los Sistemas Nacionales de Información.

Con el fin de orientar los objetivos y desarrollo de la reunión, la UNESCO contrató con la debida anticipación a la Bibliotecóloga chilena, Ana María Pratt, para la elaboración del documento de base "Formación de Bibliotecarios, Documentalistas y Especialistas de la Información en América Latina".

Además se presentaron tres documentos que sirvieron de apoyo a los grupos de trabajo:

"Fundamentos y objetivos de los programas para la enseñanza de la Bibliotecología, por Octavio Rojas Leon.

"El personal docente" por Judith Licea de Arenas, y

"Curriculum y condiciones de las instituciones formadoras de recursos humanos para la Bibliotecología" por Judith Licea de Arenas.

El objetivo general de este Encuentro fué propiciar a las Escuelas de Bibliotecología de América Latina la posibilidad de confrontar a nivel de

la región las tendencias y enfoques que en cada país se están siguiendo para la formación de sus profesionales y establecer las directrices para una acción conjunta de los países y de sus respectivas instituciones.

De los grupos de trabajo salieron un gran número de recomendaciones tanto para ALEBCI como para organismos internacionales como OEA y UNESCO, preocupados por la formación de este tipo de especialistas y que tienden a fortalecer los programas de educación y adiestramiento, de acuerdo con las necesidades específicas de la región.

Durante este Encuentro, se realizó también la Asamblea General de ALEBCI, con el fin de nombrar nueva Junta Directiva, discutir la situación actual de la Asociación y definir programas y acciones futuras.

Colombia fue seleccionado como país sede para el período 1976-1978.

Actualmente se están realizando los siguientes trabajos que surgieron como recomendaciones de este Encuentro para ALEBCI:

1. "Quien es quién en la enseñanza de la bibliotecología en América Latina", proyecto de grado presentado por Herlinda Ayure de Barreto para obtener el título de Licenciada en Bibliotecología, de la Universidad Javeriana.
2. "Lista básica de obras para Escuelas de Bibliotecología de América Latina y criterios mínimos para la formación de estas colecciones

nes", proyecto de grado presentado por Gloria Lizcano de García para obtener el título de Licenciada en Bibliotecología de la Universidad Javeriana.

El primer proyecto contiene la información relacionada con los datos biográficos del personal docente en las áreas de Bibliotecología en América Latina; su capacitación, experiencia, grado de especialización, investigaciones y publicaciones.

Dentro de sus objetivos están:

1. Compilar la información relacionada con los profesores especializados, por asignaturas.
2. Presentar un estado real del número de profesores, con el fin de tener una guía en el caso de necesidades específicas en investigaciones de tipo bibliotecológico.
3. Ofrecer elemento de cooperación entre las diferentes Escuelas en lo concerniente a la preparación y difusión de materiales educativos utilizados en la enseñanza.
4. Registrar las investigaciones que se han realizado en el campo de la Bibliotecología por el personal docente, y
5. Facilitar un intercambio de experiencia de profesores entre las

diferentes Escuelas, por medio de visitas, cursos, seminarios, capacitación en servicio, etc.

El segundo trabajo tiene como principal objetivo, compilar, analizar y seleccionar una lista básica de obras, teniendo en cuenta las diferentes materias según los programas de estudio de las distintas Escuelas de Bibliotecología de América Latina, tomando como marco de referencia las colecciones de países más desarrollados.

Con este trabajo se busca:

1. Actualizar el profesorado, ya que contarán con una fuente más crítica y seleccionada.
2. Fortalecer los planes curriculares, lo cual permite mejorar el nivel de los estudiantes.
3. Servir como base a un estudio comparativo de la producción de la literatura entre dos países latinoamericanos.
4. Establecer criterios mínimos para la formación y actualización de la colección bibliográfica básica.
5. Establecer mecanismos que aseguren la actualización de esta Lista.

Como podemos ver, una de las metas inmediatas de la Asociación es buscar la integración de recursos y la cooperación entre las Escuelas de América

Latina, para lo cual es necesario la realización de trabajos de base que faciliten esta integración.

Lo que se ha expuesto en este trabajo es un resumen de la experiencia de ALEBCI en su breve existencia. No puede pretenderse que se haya conseguido cuanto se deseara. Lo que se trata de afirmar es que los objetivos de la Asociación han proporcionado una estructura lo suficientemente amplia y flexible dentro de la cual puede trabajarse por el mejoramiento del nivel profesional de los bibliotecarios.

Para concluir, podemos decir que los grandes cambios que el mundo ha vivido en el campo político, económico y social, así como los progresos tecnológicos que han surgido, han llevado a un desarrollo sin precedentes en los servicios bibliotecarios y de información y han transformado el desarrollo de las bibliotecas.

Estos factores, por consiguiente han involucrado modificaciones muy importantes en el contenido y en la organización de los sistemas de enseñanza de la Bibliotecología en los países industrializados y han llevado a la creación de nuevas Escuelas en muchos países en vías de desarrollo.

Por lo tanto, el énfasis debe hacerse en el papel activo que las Escuelas de Bibliotecología deben jugar en la organización e investigación de los problemas de información dentro de una sociedad local.

A N E X O

PROYECTO DE COLABORACION ENTRE FID/ET, ALEBCI Y FID/CLA PARA DESARROLLAR PROGRAMAS DE EDUCACION Y ADIESTRAMIEN- TO EN LATINOAMERICA.

Considerando:

1. Que la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información (ALEBCI) es un organismo de carácter educacional y científico, que se propone contribuir, de manera organizada y progresiva al perfeccionamiento de la educación en Bibliotecología y en Ciencias de la Información en América Latina.
2. Que la Federación Internacional de Documentación, Comisión Latinoamericana (FID/CLA) fomenta y apoya las actividades en el campo de la información en los países latinoamericanos, algunos de los cuales están todavía en el proceso de crear su infraestructura.
3. Que el Comité de Educación y Adiestramiento de la Federación Internacional de Documentación, (FID/ET) es el Comité de la FID que asesora a los países miembros y comités de la FID, en materia de educación y adiestramiento en el campo de la información y de la documentación.

4. Que siendo el personal el elemento clave para el manejo de los servicios de información, es urgente que se tomen acciones con --
juntas para capacitarlo y/o actualizarlo, por lo cual se formula el siguiente convenio, a través del cual se asignan a estos tres organismos las responsabilidades que a continuación se mencionan:

a) Corresponden a la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información (ALEBCI) las siguientes responsabilidades:

- Promover la investigación de los problemas de la educación en Bibliotecología y Ciencias de la Información en función de las necesidades de América Latina.
- Buscar soluciones para esos problemas y estimular el desarrollo de los conceptos, métodos y medios de enseñanza, en la región,
- Estimular la instalación y desarrollo de centros y cursos de perfeccionamiento científico y docente para profesores e investigadores en los países latinoamericanos. Coordinar estas actividades y colaborar en la organización y financiamiento de programas para becarios.

- Elaborar planes de intercambio y adiestramiento de profesores de las diversas Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información y promover la realización combinada de investigaciones,
- Mantener relaciones con otras instituciones y organizaciones internacionales que tengan finalidades similares.

b) Compete al FID/ET las siguientes tareas:

- Realizar y/o apoyar investigaciones en el campo,
- Asesorar, apoyar y/o participar en investigaciones de interés para la región que realicen otros organismos,
- Elaborar programas modelos y/o contribuir en la elaboración de los mismos con expertos del Comité,
- Propiciar una mejor colaboración y comunicación internacional dentro del área,
- Proporcionar, directa o indirectamente apoyo técnico y económico para llevar a cabo las tareas antes mencionadas,
- Propiciar y colaborar en cursos, seminarios, congresos, etc.

de la especialidad.

c) Son funciones de la FID/CLA:

- Diseminar los objetivos y actividades de la FID en los países de la región,
- Promover la iniciación y el desarrollo de las actividades de documentación e información en los países latinoamericanos,
- Promover la coordinación y colaboración del trabajo de documentación e información en estos países,

5. Con el objeto de asegurar una amplia colaboración, es necesario el apoyo de ~~ls~~ representantes de los miembros nacionales. Para este propósito cada uno de ellos deberá nombrar el organismo, institución o profesional más idóneo para apoyar esta colaboración.

6. La designación de los representantes nacionales ante el Comité FID/ET deberá hacerla el miembro nacional, directamente, mediante comunicación escrita a este Comité, con copia a la Secretaría de la FID/CLA.

7. La representación ante la ALEBCI deberá hacerse en cada país, de común acuerdo entre las escuelas de Bibliotecología existentes, o en su defecto, entre los profesionales involucrados en tareas de educación y adiestramiento.
8. Es deseable que el organismo o institución designado ante el Comité FID/ET, sea también el representante ante ALEBCI para asegurar una total comunicación con ambos organismos cuyos objetivos son similares
9. A fin de asegurar una estrecha colaboración entre estos tres organismos, se buscará la asistencia de los tres representantes a las Asambleas Anuales de la FID/CLA.

El financiamiento de los representantes de FID/ET y de la ALEBCI, correrá por cuenta del primero.

10. El Comité FID/ET tiene facultades para realizar sus propias tareas en la forma en que lo determinen sus objetivos; pero si aquéllas son de interés para la América Latina deberá requerirse la participación de la ALEBCI y la coordinación de la FID/CLA.

.

5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS,
San José, Costa Rica, 10-14 Abril, 1978.

LA FORMACION DE LOS USUARIOS DE LA INFORMACION
UN PROBLEMA PERSISTENTE

CELESTINO BONFANTI
Profesor jubilado
Facultad de Agronomía
Universidad Central de Venezuela
Maracay (Aragua) - Venezuela

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLÓGICAS

COMPENDIO.- La literatura producida sobre el particular pone de relieve como la formación de los usuarios de la información continúa siendo un problema actual. La información es un recurso indispensable para el desarrollo y progreso de los países, y es un deber social impartir y adquirir los conocimientos necesarios para su mejor uso en beneficio de la comunidad. Varían cursos, programas, metodologías y criterios de evaluación, pero el elemento humano queda siempre como el factor determinante de éxitos o fracasos. En el ámbito universitario, la formación, actitud y acción de los docentes, estudiantes y bibliotecólogos se condicionan mutuamente. En Venezuela se ha venido desarrollando una actividad considerable, especialmente en la Facultad de Agronomía de la Universidad Central de Venezuela. Se recomienda la creación de un "banco de datos" relativos a este problema en América Latina.

LA LITERATURA

La importancia de un fenómeno, de un problema o de la situación o momento en el cual ese fenómeno o problema se manifiesta, así como la importancia de las causas que lo mantienen actual y de impacto a través del tiempo, se pueden reconocer también por la cantidad de la literatura que se ha venido produciendo sobre el mismo como un todo, o fragmentado, y articulado a la vez, en sus múltiples y diferentes facetas. Esto puede afirmarse también en relación con el tema que nos ha sido propuesto por el Comité organizador de esta 5a. RIBDA y que da el título a este trabajo; título que, por cierto, hemos especificado con un subtítulo ya usado por otro autor (32) por reflejar una realidad concreta también de nuestro medioambiente.

Tomando como punto de partida cronológico el 1972, fecha de la 3a. RIBDA, en Buenos Aires, durante la cual se leyeron tres trabajos (2, 8, 26) directamente relacionados con el tema (se reanuda así un discurso interrumpido desde entonces, con referencia a una experiencia continua, que nos ha llevado a confirmar en parte, y en parte a corregir o ampliar los conceptos y la acción a los cuales nos referimos en aquella ocasión), en nuestro proceder a la búsqueda de la literatura pertinente encontramos dos artículos de revisión y síntesis (14, 35) y un libro (24) contentivo de ensayos originales y de un trabajo de revisión (37), significativos, a nuestro parecer, por los enfoques, los aspectos cubiertos y la cantidad de referencias bibliográficas señaladas.

Lamentablemente en ninguno de estos trabajos aparece alguna referencia a la actividad desarrollada en el campo en América Latina, a la cual tampoco se refería el trabajo de PIROG (30), ya un poco viejo, por cierto, y anterior a una actividad nuestra tal vez más intensa y de mayor alcance. El problema, sin embargo, ha sido repetidamente considerado también entre nosotros, y algo se ha hecho, y las reflexiones, experiencias y resultados han sido consignados en documentos de varia especie: trabajos presentados a reuniones y seminarios, o discutidos en Mesas Redondas del Programa Interamericano de Desarrollo de Bibliotecas Agrícolas (PIDBA), y artículos publicados en el Boletín para Bibliotecas Agrícolas; aparte las noticias de conferencias, charlas y cursos destinados a los usuarios de la información dictados a diferentes niveles, de los cuales ha venido dando noticia periódicamente el Boletín informativo de la AIBDA,

al informar de las actividades de sus miembros. Pero no disponemos de un instrumento que permita una visión de conjunto, por lo cual adelantamos una recomendación ampliando la hecha también en ocasión de la 3a, RIBDA: que AIBOA promueva y organice un "banco de datos" relativos a la problemática de la formación de usuarios de la información en América Latina con el fin de que sea posible un intercambio de información y un estudio comparativo de los diferentes programas.

Pero volvemos a los artículos y el libro mencionados. Los autores son GIVENS (14), STEVENSON (35) y LUBANS (24).

El propósito principal de GIVENS es explorar, a través de la revisión de la literatura, el desarrollo y progreso del concepto según el cual el saber usar hábilmente las fuentes de información por sí solo no garantiza un aprendizaje real y efectivo; más directamente responsable de la instrucción del usuario es el bibliotecario, el cual a tal fin tiene que asumir el rol de asistente en el proceso total del aprendizaje más bien que quedarse como instructor de destrezas y técnicas básicas, correspondiéndole, en función de ello, la obligación de una actividad propia de educación continua.

El libro de LUBANS "es una colección de ensayos originales, estudios de casos, informes de investigaciones sobre los problemas, expectativas y técnicas de la instrucción de los usuarios y no-usuarios de la biblioteca... en el uso efectivo de las bibliotecas y sus recursos" (24: p.XI); se refiere esencialmente a experiencias norteamericanas.

El artículo de STEVENSON, que cita también los trabajos de GIVENS y LUBANS, se concentra sobre la formación de los usuarios de la información en Gran Bretaña, con una breve referencia a lo que acontece en los Estados Unidos, Rusia, otros países europeos, Australia, India, y algunos países de Africa, y "limita la discusión, aunque no en un sentido absoluto, a las bibliotecas universitarias ya que éstas aparecen, según la literatura, como el área en la cual se ha hecho y se está haciendo el mayor trabajo" (35: p.54).

Una amplia lista de referencias bibliográficas complementa cada una de estas

obras: 114 referencias en GIVENS, 213 en LUBANS (cada capítulo además trae sus propias referencias; el artículo de revisión de YOUNG (37) anota 64 referencias) y 167 en STEVENSON, el cual, en cierto sentido, actualiza la información de los otros autores al publicar su artículo tres años después; la relativa coincidencia o repetición de referencias recalca la importancia que ha venido adquiriendo el problema en sí; importancia y persistencia que pone en evidencia también el aumento de la literatura, determinado esencialmente por el hecho que, en realidad, no se han presentado "soluciones concretas en lo referente a la práctica de una instrucción impartida normalmente, aunque con diferentes planes, programas y metodología", por estar ésta condicionada por diferentes factores locales y subjetivos.

Según KIRK (22: p.84), desde 1883, fecha del "Informe anual del Presidente" de la Columbia University, en el cual ya se reconoce la necesidad de "una pequeña instrucción sistemática", hasta 1971 ha habido un aumento en la producción de la literatura pertinente del 440%, pasando de un promedio de 8 artículos por año a 35; porcentaje aún mayor para los años siguientes, ya que, siempre según el mismo autor, solamente en 1972 se han publicado 52 trabajos. Por otra parte, STEVENSON (35), aunque limitando su discusión, como ya se dijo, a las bibliotecas universitarias y esencialmente a la Gran Breteña, señala 115 trabajos publicados entre 1972 y 1976 inclusive, de los cuales 42 corresponden al bienio 1975-1976.

Estas revisiones de literatura abarcan artículos de revistas, tesis de grado, informes, bibliografías, manuales sobre instrucción, programas de instrucción y evaluación de cursos, trabajos cuyo contenido atañe a instituciones o grupos de usuarios especiales, ya sea estudiantes como graduados. La referencia a trabajos presentados a congresos o reuniones de organismos internacionales, tales como la FID y la IATUL, pone de relieve el interés de los mismos en este problema; ni puede olvidarse la actividad de la UNESCO y de la FAO, en cuyas concepciones del UNISIST y NATIS, por un lado, y el AGRIS por el otro, con el cual está enlazado el AGRINTER con las mismas preocupaciones, la idea fundamen
tal de facilitar e incrementar el acceso a y el uso de la información está en
estricta relación con la exigencia igualmente esencial de ofrecer al usuario
la instrucción indispensable para el uso eficiente y efectivo de las fuentes

de información según las necesidades oportunamente reconocidas y definidas. Y bien conocida es la experiencia del Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas (IICA) (2).

El problema de la formación de los usuarios de las fuentes de información no interesa ni es de competencia solamente de los bibliotecólogos u oficiales de información (15, 23), sino también de investigadores y docentes en las varias ramas del saber; así que al lado del manual de PARKER y TURLEY (28) podemos citar, por ejemplo, los artículos de BAKER (4) y de BOWMAN (11), en los cuales se reconoce la necesidad de esta instrucción, y los manuales de ARNETT (3), BOTTLE y WYATT (10), SMITH y REID (33) y MACLEAN (25), donde el carácter descriptivo o normativo está en función de los objetivos principales: dar a conocer los diferentes tipos de fuentes de información, instruir en su uso efectivo tanto práctica como intelectualmente, e inculcar los conceptos y principios de una correcta comunicación científica.

EL PROBLEMA Y SUS ASPECTOS

Creemos que los múltiples y variados aspectos del problema sean más o menos familiares a todos los participantes en esta Reunión y que, por tanto, resulte innecesario extenderse sobre ellos; nos limitamos a un somero señalamiento, con algunas observaciones que nos parecen fundamentales, aunque suenan a truísmo y, por lo mismo, puedan considerarse superfluas.

Partimos del supuesto que la instrucción del usuario de la información es necesaria por razones básicas tales como:

1 - Son hechos incontestables por un lado el aumento, y por el otro la variedad y lo complejo que caracterizan las fuentes de información en sus aspectos de forma y de contenido (estructura física, sistemas de análisis e indización, separación e integración, especializaciones y extensiones de disciplinas, terminología, etc.), en correspondencia con la continua transformación y aumento del conocimiento, del cual son manifestaciones concretas, y con los cambios provocados en ellas por los avances tecnológicos (4, 11, 19).

2 - La comunicación científica y tecnológica es un apremiante problema para todos los países, y más directa y específicamente para los países en vía de desarrollo. La información, sub-producto y, al mismo tiempo, contenido y alimento de la comunicación, es un recurso nacional e internacional, o sea un bien y patrimonio común, cuya disponibilidad y uso adecuado, según las varias circunstancias y necesidades, condiciona el desarrollo integral y el progreso de los países; "es un singular artículo de consumo, cuesta dinero, pero actuar sin él a menudo cuesta más", alguien dijo; por otra parte, el progreso científico es el resultado de la "organización de la información disponible" y de "la búsqueda activa de datos suplementarios para completar la información necesaria para la demostración de un hecho" (3: p.3).

3 - Por tanto es un deber social tomar conciencia del valor y de la significación de este recurso y aprender a utilizarlo oportuna y efectivamente, con el fin de contribuir a su conservación, aumento y renovación en beneficio de la comunidad; lo cual es factible sólo a través de un proceso continuo de instrucción-aprendizaje y educación (6, 35: p.72), que lleve no solamente a dominar técnicas especiales y tener las destrezas necesarias para el reconocimiento, diferenciación, ubicación y manejo de los diferentes tipos de fuentes de información, y la anotación de los datos derivados de ellas (técnicas y destrezas que son objetos de aprendizaje a través de una experiencia constante más que de enseñanza (35: p.61)), sino también a una habilidad intelectual que permita captar conveniente y oportunamente, con mente abierta e inteligencia crítica, los conocimientos, y participar concienzudamente en la vital y extremadamente compleja actividad de la comunicación científica y tecnológica (31).

¿Cuál es entonces el camino, la metodología y cuales son los instrumentos que permiten lograr o, por lo menos, acercarnos a estos objetivos?

En lo referente a la biblioteca se habla normalmente de guías escritas que informan y orientan acerca de sus servicios y su fondo bibliográfico; de visitas o recorridos iniciales que dan al futuro usuario una idea de la ubicación de la biblioteca y de sus diferentes sectores; charlas y cursos breves para orientar, o introducir o iniciar, al usuario principiante en el conocimiento físico de los diferentes instrumentos documentales y de la estructura y servicios ge

nerales de la biblioteca; de cursos de instrucción en el uso de las fuentes con un enfoque más amplio de sus características de forma y contenido, diferenciando los tipos, fijando las pautas para una estrategia de búsqueda, base conceptual necesaria para un proceder lógico en el uso de las fuentes, y presentando a la biblioteca como "un sistema altamente complicado, o mejor como una red de sistemas interrelacionados, que organiza y controla toda especie de comunicación" (22: p.83); de cursos avanzados de pre- y post-grado, con el estudio de fuentes más específicas, tomando en cuenta también las técnicas más avanzadas de procesamiento, almacenamiento y recuperación de la información.

Por lo general, la intención es la de poner a los usuarios en condiciones de ayudarse a sí mismos, independientemente, en caso de necesidad, y priva el concepto de un proceso continuo de formación desde los años de pregrado al nivel de postgrado (6, 13), transformándose el proceso de instrucción y aprendizaje en un proceso de educación en el sentido más propio de la palabra (14).

Igualmente se habla de cursos autónomos (15), de cursos integrados en el plan de estudio normal como relacionados con los cursos de diferentes disciplinas, o con cursos avanzados en una disciplina (13); de cursos incluidos en el plan de estudio con asignación de créditos, obligatorios o electivos (12, 15, 20); de instrucción individualizada y de instrucción en el uso de una determinada fuente de información (point-of-use instruction) (4, 11, 15, 34, 35).

Los programas naturalmente varían según los objetivos propuestos, los niveles de instrucción establecidos y el tiempo fijado para su desarrollo. Especialmente cuando los cursos están integrados o incluidos en el plan de estudio normal, es lógico que los programas se revisen y renueven no solamente para actualizar su contenido, sino también para adaptarlos a los nuevos métodos pedagógicos que introduzca la Institución.

La metodología didáctica a su vez presenta una amplia serie de procedimientos y la utilización de varios materiales y dispositivos tecnológicos, desde las tradicionales conferencias o charlas, con el eventual apoyo de algún documento descriptivo o diapositiva ilustrativa, y las clases teóricas o teórico-prácticas

ticas con seminarios o talleres a la instrucción programada; desde el uso de la simple transparencia a la docencia impartida con sistemas de circuitos cerrados de televisión y el empleo de otros sofisticados medios audiovisuales, y por ordenadores (1, 15, 19, 35, 37).

Desde el punto de vista práctico, los varios métodos tienen de por sí una efectividad relativa, ni hay una diferencia substancial entre ellos (37), por ser los factores más determinantes la motivación, la actitud, el nivel de preparación, el interés intelectual y práctico, y también el número de participantes y el medio-ambiente en el cual se desarrollan.

Por otra parte, resulta dudosa la ventaja de elaborar manuales o guías según patrones comunes y estereotipados debido a las condiciones y exigencias peculiares de cada ambiente y situación, y a los cambios, o por lo menos revisiones periódicas, del programa y de la metodología didáctica que el desarrollo científico y tecnológico impone también en este campo al provocar que se renueven y diversifiquen los documentos y naturalmente su contenido.

La evaluación de los cursos y programas (7, 37) es práctica tradicional, aunque no siempre realizada por norma, que a través del tiempo se ha venido modificando en concepción y métodos. Recordamos los antiguos "studia" o universidades medievales donde concurrían los estudiantes atraídos por el prestigio de los maestros, que con igual decisión y libertad abandonaban cuando no se sentían satisfechos de sus enseñanzas. Al volverse las instituciones docentes más rígidas y reglamentadas, los "exámenes" vinieron a ser el instrumento típico a los fines de ver en que medida el estudiante capta y asimila los conocimientos impartidos. Los "test", los "coloquios" y "las pruebas de conocimiento" son formas más nuevas con fundamentos psicológicos, de una efectividad relativa, sin embargo, para definir de una manera del todo satisfactoria aptitudes y rendimiento.

La evaluación continua es signo de una concepción pedagógica diferente que exige una participación más directa y activa también del estudiante y acentúa, en el proceso enseñanza-aprendizaje, este último aspecto considerando varios factores: aporte individual en las discusiones en clase de los temas, relacio

nes sobre lecturas pertinentes asignadas o de libre selección, informes escritos de los resultados del análisis del tópico, examen general sobre los diferentes aspectos de los argumentos tratados.

En substancia, es el docente que evalúa lo efectivo del programa de instrucción en relación con los objetivos a conseguirse, cuya formulación previa es de absoluta necesidad, y "raramente los estudiantes son llamados a demostrar en algún modo sistemático su mejorada competencia [en el uso] de la biblioteca" (7: p.VII), o a expresar un juicio formal sobre los puntos del programa, la metodología seguida en su desarrollo, la correspondencia de la instrucción recibida a sus necesidades y obligaciones de estudio; ni se toma en cuenta su actitud hacia la biblioteca y su personal, y los efectos sobre ella de los programas de instrucción (21: p.9). La falta de estos elementos de juicio no permite, por cierto, una evaluación total del éxito de un programa y de los métodos de instrucción seguidos (18). Es difícil captar, y a veces manifestar, factores de carácter puramente subjetivo, sin embargo, a los fines de una evaluación más adecuada es preciso tratar de disponer del mayor número posible de variables.

El elemento humano es, sin duda, el más complejo y el que determina en máxima parte el éxito o el fracaso de cursos y programas. En el ámbito universitario, las autoridades de la institución, el personal docente, los estudiantes y los bibliotecarios, todos tienen atribuciones y funciones específicas, pero la actitud y acción de cada sector tiene siempre efectos decisivos sobre la de los demás por estar estricta e inevitablemente interrelacionados.

Prescindiendo de cualquier consideración acerca del cómo y cuándo es conveniente dictar estos cursos y de las características de contenido de los respectivos programas, por interferir en ello condiciones locales y puntos de vista individuales justificables aunque a veces discutibles, pero, sí, insistiendo sobre su necesidad por las razones señaladas antes, queremos hacer énfasis en algunos aspectos de cuya significación e importancia nos ha convencido la literatura examinada (5, 12-14, 16, 17, 20, 22, 24, 29, 35-37) y nuestra experiencia directa.

Como se ha señalado en la primera parte de este trabajo, también en nuestros países se ha venido desarrollando una actividad considerable en lo que se refiere a la formación de los usuarios de la información; creemos, sin embargo, que podría hacerse mucho más si se lograra modificar una situación de hecho, bastante generalizada, sobre la base de las siguientes consideraciones.

La biblioteca no es solamente un instrumento, o servicio, más o menos bien equipado y complejo, de apoyo a la docencia, sino un organismo dinámico que tiene que integrarse activamente en el proceso de instrucción. Huelga decir que, a tal fin, es preciso que disponga de los medios y recursos humanos suficientes e idóneos, así como de un ambiente arquitectónicamente funcional y acogedor.

El rol del bibliotecólogo es en máxima parte, si no exclusivamente, un rol docente, y él tiene que estar en condiciones de ejercerlo con competencia y responsabilidad. En la medida en que demuestre de saber actuar en este sentido, tendrá aceptación entre los demás docentes, favorecerá su actitud inteligente y positiva hacia la biblioteca, y estimulará una percepción estudiantil más clara y correcta de los roles, deberes y funciones del personal de biblioteca. Lamentablemente no siempre el bibliotecólogo actúa en un ambiente dispuesto a reconocerlo y aceptarlo como docente o como íntimo colaborador en la docencia; por otra parte, también es cierto que a veces no está en condiciones de actuar como tal, o no está dispuesto a hacerlo, debido a que las Escuelas de Bibliotecología no lo preparan para cumplir con esta responsabilidad. por no contemplar en sus planes de estudio aspectos relativos a la instrucción de los usuarios de la biblioteca (5, 14, 16, 17, 29, 36).

De todos modos, cualquiera que sea la preparación y disposición del bibliotecólogo, la formación, las actitudes y las acciones del personal docente constituyen el mayor problema en el desarrollo de programas de instrucción por desempeñar el profesorado un papel fundamental en la motivación de los estudiantes hacia el uso de la biblioteca y la aceptación de cursos tendientes a darles a conocer los instrumentos esenciales para su formación y preparación profesional (29, 37).

La inclusión en el plan de estudio normal de un curso de instrucción en el "uso de la biblioteca", o como quiera llamarse, acreditado y obligatorio, pone de manifiesto un cambio substancial de mentalidad en las autoridades de la institución, que no puede no influir positivamente en la mayoría de los profesores y estudiantes. La denominación del curso puede variar, y si la señalada arriba evidencia el concepto de "la biblioteca como factor básico en el proceso de instrucción", no difiere, sin embargo, substancialmente de otra, "metodología de la investigación documental", por ejemplo, ya que el mismo proceso de instrucción se desarrolla sobre esta base metodológica.

EXPERIENCIA EN VENEZUELA

En Venezuela la idea de la formación de los usuarios de la información es ahora aceptada por varias instituciones con funciones e intereses diferentes; por un lado las instituciones docentes, las cuales conciben la instrucción de los usuarios como un factor importante en su educación (9); por el otro, los organismos, especialmente oficiales, que consideran necesario, o por lo menos útil, que sus técnicos e investigadores adquieran o actualicen conocimientos acerca de las fuentes de información y su uso por ser la información un factor básico y condicionante de cualquier actividad.

Por otra parte, al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICIT), que el Decreto Presidencial n. 1.753 del 7/9/76, relativo a la creación de la Comisión Nacional para la Organización del Sistema Nacional de Servicios de Bibliotecas e Información Humanística, Científica y Tecnológica, hace responsable del Sistema de Servicio de Información Científica y Tecnológica, le corresponde también la tarea de formar recursos humanos, ya sea profesionales de la información como usuarios de la información. A tal fin ha venido organizando o favoreciendo cursos breves o charlas de orientación en diferentes zonas del país, en colaboración, por lo general, con las Corporaciones o Fundaciones regionales o estatales. En su política de apoyo, desarrollo y fortalecimiento de la actividad de los sistemas y redes de información, tales como el Subsistema Nacional de Información en Ciencias Agropecuarias (SININCA), el CONICIT ha incorporado estudiantes de las varias carreras universitarias, con el sistema de becas-trabajo, para que actúen en el campo

bibliográfico y en el servicio de preguntas-respuestas; esto con la finalidad no solamente de facilitar la acción tendiente a satisfacer las necesidades de los usuarios, sino también de ir formando a los mismos estudiantes en el manejo y uso de las fuentes de su interés específico.

En el ámbito universitario hay manifestaciones diferentes en las Facultades que se preocupan por este tipo de instrucción: cursos propedéuticos para los nuevos ingresados; instrucción impartida durante el desarrollo de una disciplina de carácter metodológico más amplio como la Eurística; cursos contemplados en el plan de estudio normal; cursos de post-grado.

Se han publicado también varios manuales sobre "técnicas de investigación documental", "investigación bibliográfica y comunicación", y otros títulos similares, especialmente por miembros de las Facultades de Educación y de Economía y Ciencias Sociales de la Universidad Central de Venezuela (UCV); se refieren al uso de la biblioteca, pero enfocando en mayor parte la técnica del fichaje.

Creemos, sin jactarnos, que la Facultad de Agronomía de la UCV es la institución que ha manifestado el mayor interés en este problema. Nos referimos a ello en el trabajo presentado en la 3a. RIBDA, Buenos Aires 1972 (8); resumimos ahora los puntos esenciales y actualizamos la información.

El curso, que con la denominación "Instrucción en el uso de la biblioteca", ya en 1960 se había incluido en el plan de estudio de la Facultad como asignatura obligatoria del 4^o semestre^{en}, 1963 pasó a ser materia obligatoria del 7^o semestre, con el valor de dos créditos, condicionada por una "orientación" y con la denominación "Investigación bibliográfica y comunicación técnica"; significativo cambio de concepción en lo que se refiere al objetivo de la enseñanza: conocimiento y uso de las fuentes de información como base para la comunicación apropiada de un nuevo contenido.

En estos últimos años, la Facultad de Agronomía, como las demás Facultades de la UCV, ha pasado por un proceso de reestructuración docente que ha modifica-

do la concepción tradicional de un plan de estudio formulado en base a disciplinas y cátedras, introduciendo, junto con nuevas metodologías pedagógicas, un concepto de integración e interrelación disciplinaria en áreas definidas: agroindustria, agronomía, economía agrícola y ciencias sociales, ingeniería agrícola, zootecnia; a todas ellas tienen que dar fundamento conocimientos y técnicas de carácter general adquiridos a través de un proceso de enseñanza-aprendizaje modular, gradual y lógico, y sujeto a una evaluación continua.

En base a estos conceptos, en 1977 el curso, por 6 créditos y 3 horas semanales, se ha incluido en el plan de estudio ubicándolo en el 1er. semestre con esta denominación: "Introducción a la metodología de la investigación científica y documental". El enfoque es en parte diferente, y la intención de la Comisión de Reestructuración Docente de la Facultad se manifiesta en los "objetivos" del curso: "Se trata de lograr que el estudiante adquiriera, de manera introductoria, en base a una discusión filosófico-científica, los conceptos y métodos de la investigación general; y desarrollar los conceptos, métodos y procedimientos de la investigación documental, como fundamento de la investigación científica, así como las destrezas en el uso de las diferentes fuentes de información, y la recopilación de datos documentales necesarios para la interpretación, evaluación y comunicación apropiada de los resultados de la investigación. Esta asignatura permitirá una base metodológica de estudio, la cual debe continuar desarrollándose en el trabajo práctico de las diversas asignaturas y en el trabajo de grado, a fin de lograr una actitud creadora por parte del mismo estudiante, mediante la consulta de fuentes originales".

Con el fin de evitar una exposición demasiado larga, y, por otra parte, por considerar que pueda interesar, anexamos (Anexo 1) una copia del nuevo "Programa" (por cierto ya sujeto a reconsideración "en base a la experiencia adquirida en el semestre anterior" (27), lo cual evidencia la preocupación que tienen al respecto los docentes de la Facultad), agregando sólo algunos datos indicativos de la situación actual.

El curso ubicado en el 7º semestre se dictará, siguiendo la metodología tradicional de clases teóricas y clases prácticas, hasta cuando lleguen a ese se-

mestre los estudiantes que han cursado el primero en 1977. Se dictan así dos cursos contemporaneamente, con una población estudiantil de alrededor de 160-180 elementos en el curso más avanzado, y de 300-350 en el primer nivel. En éste, las clases son teórico-prácticas, dictadas según los criterios expresados en el "programa" a grupos que teóricamente no tendrían que tener más de 20-25 alumnos; lo cual en la actualidad es prácticamente imposible debido a limitaciones de espacio y a escasez de personal docente; a pesar de todo se hace lo posible para tener grupos al máximo de 30 estudiantes.

La asignatura queda adscrita al Departamento de Economía Agrícola y Ciencias Sociales de la Facultad y la dictan tres profesores a tiempo completo y cuatro a tiempo convencional: cuatro ingenieros agrónomos, un graduado en letras y filosofía, un sociólogo y una bibliotecóloga. El jefe de cátedra, designado por la Jefatura del Departamento y escogido entre los docentes de la asignatura, tiene también la responsabilidad de coordinar la acción de los profesores responsables, de una manera autónoma, del desarrollo del mismo programa en los diferentes grupos con el fin de mantener una cierta uniformidad en la exposición de los argumentos y en la metodología didáctica.

Una evaluación de la aceptación, por parte de los estudiantes, del curso, el contenido del programa y la metodología ha sido hecha por los psicólogos y educadores de la Sección de Orientación Educativa de la Facultad mediante un formulario ad hoc (Anexo 2); los resultados han sido, por lo general, positivos y alagadores.

Es muy significativo el hecho que en varios cursos de post-grado organizados por la Facultad se incluya entre los "cursos de nivelación de conocimientos" un curso de "investigación documental y comunicación técnica" o "técnicas de investigación documental"; tal ha sido el caso de los cursos de post-grado en Desarrollo rural y Entomología.

Es preciso mencionar también que la Facultad de Agronomía de la UCV ha aceptado dictar cursos análogos a los peritos agropecuarios diplomados, tomando en cuenta, por supuesto, su formación básica y los tipos y niveles de información que puedan necesitar en el ejercicio de su profesión. Estos cursos, ya

institucionalizados, están a cargo de los profesores que integran nuestra cátedra.

La asignatura ha sido incluida también en los "Cursos interamericanos de elaboración de libros de texto" que se dictan periódicamente en el Instituto de Mejoramiento Educativo (El Mácaro, Edo. Aragua); y charlas de orientación se tienen en los "Cursos de mejoramiento de maestros rurales", siempre, hasta la fecha, bajo la dirección y coordinación de la misma cátedra y con la colaboración de la Bibliotecóloga y la Biblioteca de la Facultad.

Todo esto demuestra que el concepto de "formación del usuario" está bastante claro en la mente de buena parte del profesorado, de los profesionales y de los estudiantes; es lamentable que aún no sea así para todos.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

En la compleja sociedad moderna el uso sensato, oportuno y efectivo de la información condiciona, en amplia medida, las tomas de decisiones a todos los niveles, y es siempre un factor vital para el desarrollo científico y tecnológico, económico y social de los países. Pero lo complicado, variado y abultado de las fuentes de información requiere que no solamente se conozca su existencia, sino que se aprenda a manejarlas y a interpretar y evaluar su contenido (15a). La "formación de los usuarios de la información" es una necesidad de la cual no puede eximirse ningún país, y, en este sentido, un rol principal les corresponde a los organismos responsables de la organización de los sistemas de información humanística, científica y tecnológica, y a las instituciones docentes.

En América Latina se ha hecho bastante, pero aún falta mucho por hacer; tal vez un conocimiento más concreto de los hechos y un intercambio de experiencias tengan un efecto más persuasivo y rindan más fácil la tarea; a tal fin reiteramos la recomendación que AIBDA promueva y organice un "banco de datos" relativo a la problemática de la formación de usuarios de la información en

nuestros países, recogiendo y dando a conocer los respectivos programas y estudios.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 - ARBOLEDA-SEPULVEDA, ORLANDO y ALVEAR, ALFREDO. Métodos audiovisuales en la instrucción de usuarios de la información. Bol.Bibl.Agríc. (Costa Rica) 9(4):271-288. 1972.
- 2 - ARBOLEDA-SEPULVEDA, ORLANDO y MALUCANI, MARIA DOLORES. Educación continuada de especialistas en el uso de la literatura agrícola; una experiencia del IICA. En Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas. 3a., Buenos Aires, 1972. Actas y trabajos. Buenos Aires, 1972. II-6. 39p. + apéndice. 61 refs.
- 3 - ARNETT, jr., ROOS H. Entomological information storage and retrieval. Baltimore, Mar., The Bio-Rad Foundation, 1970. 210p.
- 4 - BAKER, DALE B. Communication or chaos; effective transfer of scientific and technical information continues to be a pressing national problem. Science 169(2947):739-742. Aug. 21, 1970.
- 5 - BARBOZA DE LA TORRE, P. El bibliotecario universitario; un docente. Bol.Bibl.Agríc. (Costa Rica) 5(1):16-31. 1969.
- 6 - BEARDSLEY, VERNA MELUM. Library instruction in colleges and universities in the seventies; a viewpoint. In Ref. 24. pp.111-114.
- 7 - BEELER, RICHARD J., ed. Evaluating library use instruction; papers presented at the University of Denver Conference on the Evaluation of Library Instruction, Dec. 13-14, 1973. Ann Arbor, Mich., Pierian Press, 1975. 97p.
- 8 - BONFANTI, CELESTINO. Adiestramiento del universitario en el uso de la literatura agrícola. In Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas, 3a., Buenos Aires, 1972. Actas y trabajos. Buenos Aires, 1972. II-6. 12p. 18refs.
- 9 - _____. Función formativa de la información científica. Bol.Bibl. Agríc. 7(1):1-7. 1970.
- 10 - BOTTLE, R.T. and WYATT, H.V. The use of biological literature. 2d ed. Hamden, Conn., Archon Books, 1971. 379p.
- 11 - BOYMAN, C.M. A look at the Division of Chemical Information. J.Chem. Inform.Comp.Sc. 17(1):1-2. Feb. 1977.

- 12 - DUDLEY, MIRIAM. Teaching library skills to college students. Adv. Librar. 3:83-105. 1972.
- 13 - FARBER, EVAN I. Library instruction throughout the curriculum; Earlham College program. In Ref. 24. pp.145-162.
- 14 - GIVENS, JOHNNIE. The use of resources in the learning experience. Adv.Librar. 4:149-174. 1974. 114 refs.
- 15 - GOGGIN, MARGARET K. Instruction in the use of the university library. In Ref. 24. pp. 104-110.
- 15a- GRAY, JOHN and PERRY, BRIAN. Scientific information. London, Oxford University Press, 1975. 62p.
- 16 - HERNON, PETER and PASTINE, MAUREEN. Student perceptions of academic librarians. Coll.Res.Lib. 38(2):129-139. Mar. 1977.
- 17 - HORTON, JOHN J. Library liaison with social scientist; relationship in a university context. ASLIB Proc. 29(4):146-157. Apr. 1977.
- 18 - JOHNSON, RICHARD R. Library instruction; the mythology of evaluation. In Ref. 7. pp. 31-41.
- 19 - KENNEDY, H.E. and FISHER, D.A. Information technologies as aids in learning and research. In DAY, STACEY B., ed. Communication of scientific information. Basel, Karger, 1975. pp.174-183.
- 20 - KENNEDY, jr., JAMES R. Integrated library instruction. Libr.J. 95 (8):1450-1453. Apr.15, 1970.
- 21 - KIRK, THOMAS G. Bibliographic instruction; a review of research. In Ref. 7. pp. 1-29. 23 refs.
- 22 - _____. Problems in library instruction in four-year colleges. In Ref. 24. pp. 83-103.
- 23 - LINE, MAURICE B. The case for information officers. In Ref. 24. pp. 383-391.
- 24 - LUBANS, jr., JOHN. Educating the library user. New York-London, Bowker (A Xerox Education Company), 1974. 435p. 213refs.
- 25 - MAC LEAN Y ESTENOS, ALEJANDRO. Comunicación escrita. San José, Costa Rica, Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1975. 135p. (IICA. Libros y materiales educativos N° 26).

- 26 - MALTHA, D. J. The relation between users and librarians and documentalists in agricultural information. In Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas. 3a., Buenos Aires, 1972. Actas y trabajos. Buenos Aires, 1972. II-2. 12p.
- 27 - MELGAR JUSTINIANO, HERNAN. Ante-proyecto programa de "Introducción a la metodología de la investigación científica y documental". Maracay, Universidad Central de Venezuela. Facultad de Agronomía, 1977. 24p. multigrafiado.
- 28 - PARKER, C.C. and TURLEY, R.V. Information sources in science and technology. London, Butterworths, 1976(c1975). 223p.
- 29 - PASSARELLI, ANNE and ABELL, MILLECENT D. Programs of undergraduate libraries and problems in educating library users. In Ref. 24. pp. 115-131.
- 30 - PIROG, WOJCIECH. Formación de usuarios de documentación e información. Bol.UNESCO Bibl. 24(5):294-301. Sept.-Oct. 1970.
- 31 - SCHLOEN, LLOYD H. and DAY, STACEY B. The role of the communications fellow in the conceptual development of biosciences communications. In DAY, STACEY B., ed. Communication of scientific information. Basel, Karger, 1975. pp. 231-240.
- 32 - SCRIVENER, J.E. Instruction in library use; the persisting problem. Australian Acad.Res.Libr. 3:87-119. 1972. (citado por STEVENSON, p. 53).
- 33 - SMITH, ROGER C. and REID, W.M. Guide to the literature of the life sciences. 8th ed. Minneapolis, Minn., Burgess, 1972. 166p.
- 34 - STEVENS, CHARLES H. and GARDNER, JEFFREY J. Point-of-use library instruction. In Ref. 24. pp. 269-278.
- 35 - STEVENSON, MALCOLM. Education for users of libraries and information services. J.Doc. 33(1):53-78. Mar. 1977. 167refs.
- 36 - VUTURO, ROBERT. Beyond the library tour; those who can, must teach. Wilson Libr.Bull. 51(9):736-740. May 1977.
- 37 - YOUNG, ARTHUR P. Research on library user education; a review essay. In Ref. 24. pp.1-15. 64refs.

ANEXO 1

INTRODUCCION A LA METODOLOGIA DE LA INVESTIGACION CIENTIFICA Y DOCUMENTAL PROGRAMA

- I. JUSTIFICACION: El conocimiento de los principios básicos, aunque en líneas generales, que rigen la investigación científica, así como el conocimiento de los instrumentos principales en sus diferentes aspectos estructurales y de contenido; que dan una base de información a la misma investigación; son elementos indispensables para una orientación adecuada en el desempeño de sus futuras actividades de todo profesional en el campo agronómico.

- II. OBJETIVOS*: Se trata de lograr que el estudiante adquiera, de manera introductoria, en base a una discusión filosófico-científica, los conceptos y métodos de la investigación en general; y desarrollar los conceptos, métodos y procedimientos de la investigación documental, como fundamento de la investigación científica, así como las destrezas en el uso de las diferentes fuentes de información, y la recopilación de datos

..../....

documentales necesarios para la interpretación, evaluación y comunicación apropiada de los resultados de la investigación. Esta asignatura permitirá una base metodológica de estudio, la cual debe continuar desarrollándose en el trabajo práctico de las diversas asignaturas y en el trabajo de grado, a fin de lograr una actitud creadora por parte del mismo estudiante, mediante la consulta de las fuentes originales.

- * Comisión de Reestructuración Docente. Informe Tomo V. El Plan de Estudios (segunda edición, corregida y ampliada).

MODULO I - LA INVESTIGACION: ELEMENTOS CONCEPTUALES Y FORMALES

OBJETIVOS ESPECIFICOS: Al finalizar el Módulo, el estudiante debe ser capaz de:

1. Definir y explicar la naturaleza y fines de la ciencia.
2. Identificar las distintas etapas en la evolución del pensamiento científico.
3. Diferenciar las ramas de la ciencia y caracterizar la ciencia agronómica.
4. Señalar las características de la investigación científica en Venezuela y dentro de este marco,

destacar la forma como se organiza la investigación agronómica.

5. Elaborar un proyecto de investigación que contenga todos los elementos que integran sus diferentes fases.

CONTENIDO:

1. Ciencia: concepto, antecedentes, desarrollo e importancia. Conocimiento científico y conocimiento vulgar: características.
2. Las ciencias. Criterios de clasificación. La Agronomía como ciencia aplicada.
3. El método científico: concepto, características. Descripciones.
4. La investigación: definición; clasificación, campos y objetivos de la investigación. Métodos de investigación.
5. Elementos formales de la investigación.
 - 5.1 Selección y determinación del tema y formulación de objetivos.
 - 5.2 Plan del trabajo.
 - 5.3 Búsqueda de la literatura.
 - 5.3.1 Exámen, selección y evaluación de la literatura.

5.3.2 Anotaciones y notas bibliográficas y documentales.

5.4 Evaluación de los datos conseguidos.

6. La investigación científica en Venezuela. Su importancia; organización de la investigación agrícola.

7. La investigación científica en los países desarrollados y en los sub-desarrollados. Causas del retraso científico tecnológico en América Latina. El compromiso del investigador frente a la sociedad.

TIEMPO NECESARIO: 5 semanas (15 horas).

ESTRATEGIAS METODOLOGICAS:

1. Los participantes atenderán las intervenciones del profesor y leerán analíticamente el material bibliográfico recomendado y analizarán mediante un foro los puntos 1, 2 y 3 del contenido.
2. En grupo, los alumnos haciendo uso de los conceptos explicados en clase y las lecturas recomendadas, discutirán en foro lo relativo a la investigación científica.
3. En equipos previamente organizados los alumnos elaborarán

...../.....

un proyecto de investigación, haciendo uso de los conceptos discutidos en clase.

4. A través de lectura y discusiones en pequeños grupos y panel se analizará la problemática de la investigación científica en los países desarrollados y sub-desarrollados, (caso Venezuela). Dentro de este marco se hará énfasis en la investigación agronómica.

EVALUACION:

Los alumnos presentarán un informe individual de los contenidos discutidos en las actividades realizadas en las estrategias metodológicas 1, 2, 3 y 4 (10%).

Los alumnos organizados en equipos y a través del trabajo de aula y fuera de ella presentarán un proyecto de investigación (10%).

Con registro de las intervenciones se evaluará la participación de los alumnos en los foros programados. Las intervenciones se evaluarán en cuanto a la consistencia y relevancia de los conceptos emitidos.

Este Módulo tendrá una ponderación del 25% del total.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ASTI VERA, A. Metodología de la investigación. Buenos

- Aires, Kapelusz, 1973. pp. 15-160.
- BABINI, José. Qué es la ciencia. Buenos Aires, Editorial Columba, 1960.
- BARBER, Bernard. Ciencia y orden social. Barcelona, Editorial Airel, 1952.
- BEVERIDGE, W.I.B. El arte de la investigación científica. Tr. O. Grillo, Caracas, U.C.V. Ediciones de la Biblioteca, 1966. 169 p. (Col. Avance 10).
- BONFANTI, C. La investigación bibliográfica y la comunicación técnica. Maracay, U.C.V. Facultad de Agronomía, 1965. pp. 24- 25. (Rev. Fac. Agron. Alcance N°8).
- BUNGE, Mario. La ciencia, su método y su filosofía. Buenos Aires, Editorial Siglo XX, 1966.
- KEDROV, M.B. y A. SPIRKIN. La ciencia. México, Editorial Grijalbo, S.A., 1968.
- PARDINAS, F. Metodología y técnicas de investigación en Ciencias Sociales. 5a. ed. México, Siglo XXI, 1970. 188 p.
- ROCHE, M. La ciencia entre nosotros y otros ensayos. Caracas, Monte Avila Editores, 1975. 220 p.
- RUSSELL, Bortrand. Impacto de la ciencia en la sociedad. Madrid, Ediciones Aguilar. 1954.
- WILHELM, Szilasi. Qué es la ciencia. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

MODULO II - TECNICAS PARA LA INVESTIGACION DOCUMENTAL

OBJETIVOS ESPECIFICOS: A través de las actividades realizadas y una vez concluido el Módulo el estudiante debe estar en capacidad de:

1. Definir los términos que se usan en la investigación documental.
2. Evaluar la importancia de la investigación documental como fundamento de la investigación científica.
3. Usar la Biblioteca como centro de información bibliográfica.
4. Identificar y manejar los diferentes tipos de fuentes de información bibliográfica.

CONTENIDO:

1. La investigación documental como fundamento de la investigación científica.
 - 1.1 La investigación documental.
2. Las fuentes de información bibliográficas.
 - 2.1 La Biblioteca.
 - 2.1.1 Significado y funciones de la Biblioteca.
 - 2.1.2 Organización de la Biblioteca.
 - 2.1.2.1 El fichero o catálogo. Puntos de acceso al fichero. El kardex para publicaciones

periódicas y seriadas.

3. Tipos de fuentes de información bibliográfica.

3.1 El libro y sus partes.

3.2 Fuentes primarias, secundarias y terciarias.

TIEMPO NECESARIO: 5 semanas (15 horas).

ESTRATEGIAS METODOLOGICAS:

1. Los alumnos buscarán en el material bibliográfico recomendado, los términos que se usan en la investigación documental.
2. Mediante discusión en grupos pequeños los alumnos analizarán la importancia de la investigación documental como fundamento de la investigación científica.
3. En base al problema seleccionado en el proyecto de investigación presentado en el Módulo I, los alumnos buscarán en las diferentes fuentes de información, las referencias bibliográficas pertinentes al tema.
4. Mediante prácticas, los estudiantes se iniciarán en la elaboración de fichas bibliográficas.

EVALUACION:

Los alumnos presentarán, en forma individual, un informe de la actividad realizada en la estrategia metodológica 1. (5%).

Los alumnos presentarán un informe individual de la actividad realizada en la estrategia 2. (10%).

Los alumnos presentarán un informe que contenga las características más relevantes de cada una de las fuentes de información utilizadas en la estrategia metodológica 3. (15%).

Este Módulo tendrá una ponderación del 30% del total.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

BONFANTI, C. op. cit. pp. 26-171.

BUONOCORE, D. Vocabulario bibliográfico. Santa Fe, Argentina, Librería y Editorial Castellvi, 1952. 205 p.

GATES, J.K. Libros y bibliotecas; guía para su uso. Buenos Aires, Bowker Editores Argentina, 1972. pp. 23-289.

SABOR, J.E. Manual de fuentes de información; obras de referencia. Buenos Aires, Kapelusz, 1957. 335 p.

ZANKO, D. Manual de prácticas de investigación bibliográfica y comunicación técnica. Maracay, U.C.V. Facultad de Agronomía, 1973. pp. 11-65.

MODULO III - TECNICAS DE DOCUMENTACION

OBJETIVOS ESPECIFICOS: Mediante las estrategias de aprendizaje y una vez concluido el Módulo, el estudiante debe estar en

...../.....

capacidad de:

1. Elaborar fichas bibliográficas y documentales de acuerdo a los criterios establecidos en clase.
2. Organizar su fichero personal en base a criterios lógicos de ordenamiento.
3. Usar el fichero personal.
4. Elaborar un trabajo de revisión de literatura.

CONTENIDO:

1. Técnicas de lectura, estudio y evaluación de documentos.
2. Técnicas de fichaje.
 - 2.1 Fichas bibliográficas.
 - 2.2 Fichas documentales o de trabajo: fichas textuales, fichas de resumen, fichas mixtas.
3. El fichero personal: ordenamiento y uso.
4. Normas para la elaboración de referencias bibliográficas.
5. Elementos estructurales de un trabajo de revisión de literatura.

TIEMPO NECESARIO: 3 semanas (9 horas).

ESTRATEGIAS METODOLOGICAS:

1. Utilizando las referencias bibliográficas recolectadas en el Módulo II, los estudiantes elaborarán fichas documentales siguiendo los criterios establecidos en clases y organizarán su fichero personal.

EVALUACION:

Se evaluarán las fichas en cuanto al seguimiento de las normas establecidas. (10%).

Los participantes presentarán un trabajo escrito de revisión de literatura. (10%).

Este Módulo tendrá una ponderación del 20% del total.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

BONFANTI, C. op. cit. pp. 172-176: 192-204.

HOCHMAN, E. y MONTERO, M. Notas sobre investigación documental. 3a. ed. Caracas, U.C.V. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1972. pp. 9-34. (Cuadernos del Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales Ser. Docencia N°4).

MANZO, A.J. Manual para la preparación de monografías; una guía para presentar informes y tesis. Buenos

Aires, Humanitas, 1973. pp. 15-48.

SALAS, G.J. Escriba ó perezca; como elaborar informes, monografías y tesis de grado. 3ra. ed. ampl. y actual. Maracaibo, Editorial Universitaria, Universidad del Zulia, 1975. pp. 125-132.

ZANKO, D. op. cit. pp. 67-73.

MODULO IV - LA COMUNICACION TECNICA

OBJETIVOS ESPECIFICOS: Al finalizar el Módulo el estudiante debe estar en capacidad de:

1. Analizar los elementos que participan en el proceso de la comunicación.
2. Analizar la importancia de la difusión de información en el proceso de desarrollo de un país.
3. Evaluar informes, monografías y artículos de libre elección, en función de los lineamientos establecidos en el modelo teórico.

CONTENIDO:

1. El proceso de comunicación.
 - 1.1 Objetivos, modelos y componentes.
 - 1.2 Comunicación. Información y Sociedad.
 - 1.3 Difusión de información y desarrollo.

...../.....

2. Proceso de la comunicación escrita.
 - 2.1 Definición del tema.
 - 2.1.1 Plan del trabajo.
 - 2.2 Recolección y clasificación de los datos.
3. El trabajo escrito.
 - 3.1 Destinatarios y tipos de medios de comunicación escrita.
 - 3.2 Aspectos formales del trabajo.
 - 3.3 El artículo científico: elementos estructurales.
4. La impresión: presentación del manuscrito: revisión de pruebas.

TIEMPO NECESARIO: 5 semanas (15 horas).

ESTRATEGIAS METODOLOGICAS:

1. Los alumnos mediante la utilización de los conceptos impartidos por el profesor, discutirán los elementos que intervienen en el proceso de la comunicación y la importancia de la difusión de la información para el desarrollo de un país.
2. En base al modelo teórico presentado para la comunicación científica, cada grupo de alumnos evaluará tres artícu-

...../.....

los científicos.

EVALUACION:

Prueba escrita sobre las actividades realizadas en la estrategia metodológica N°1. (10%).

Informe escrito del análisis de los tres artículos científicos. (15%).

Este Módulo tendrá una ponderación del 25% del total.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

BERLO, D.K. El proceso de la comunicación; introducción a la teoría y a la práctica. Buenos Aires, Librería El Ateneo, 1971. 239 p.

BONFANTI, C. op. cit. pp. 177-191.

HOCHMAN, E. y MONTERO, M. op. cit. pp. 37-55.

MACLEAN, Alejandro. Comunicación escrita. San José, C.R. Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1975. 135 p. (I.I.C.A. Libros y materiales educativos N°26).

MANZO, A.J. Manual para la preparación de monografías una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires, Humanitas, 1973. 122 p.

SALAS, G.J. Escrita o perezca; como elaborar informes, monografías, tesis de grado. 3ra. ed. ampl. actual. Maracaibo, Editorial Universitaria. Universidad del Zulia, 1975. 483 p.

ZANKO, D. op. cit. pp. 97-120.

N O T A:

Para los efectos de evaluación, cada Módulo del programa se corresponde con una etapa de desarrollo del mismo.

Para los efectos de recuperación de las etapas no aprobadas, el tipo de prueba quedará a criterio del profesor.

ANEXO 2

METODOLOGIA DE LA INVESTIGACION CIENTIFICA Y DOCUMENTAL

El programa de Metodología consta de las siguientes unidades o módulos:

MODULO I: La Investigación. Elementos conceptuales y formales.

MODULO II Técnicas para la investigación documental.

MODULO III: Técnicas de documentación.

MODULO IV: La comunicación técnica

1.- OBJETIVOS:

1.1. Estaban claros para Ud. los objetivos específicos que debía lograr en cada módulo?.

	SI	NO	EN PARTE	CUALES OBJETIVOS NO ESTABAN CLAROS
MODULO I				
MODULO II				
MODULO III				
MODULO IV				

1.2.. Considera Ud. que las actividades realizadas tanto en aula como fuera de ella, estaban orientadas al logro de los objetivos específicos programados.

SI _____ NO _____ NO CONOCIA LOS OBJETIVOS _____

- 1.2.1. Si su respuesta es NO. Señale cuáles fueron esas actividades.
(TRATE DE RECORDARLAS).

2.- ESTRUCTURA DEL PROGRAMA:

- 2.1. Considera Ud. que los contenidos del programa, es decir, los temas, están organizados de manera que les haya permitido ir de lo más simple a lo más complejo.

SI _____ NO _____

- 2.1.1. Si su respuesta es NO. Diga cuáles temas están a su juicio mal ubicados. (TRATE DE RECORDAR).

- 2.2. Los conocimientos adquiridos en el Módulo I, le sirvieron de base para el Módulo II y así sucesivamente?

SI _____ NO _____

2.2.1. Si su respuesta es NO, diga entre cuáles Módulos observó que no se daba esta secuencia:

a) Entre el I y el II _____

b) Entre el II y el III _____

c) Entre el III y el IV _____

2.3. Cómo fué la relación entre los trabajos prácticos realizados en cada sesión de clase y la teoría vista en esa sesión.

a) Estaban muy relacionados _____

b) Estaban poco relacionados _____

c) No hubo relación _____

3.- TIEMPO:

3.1. Considera Ud. que el tiempo destinado por el profesor para el tratamiento de cada Módulo fué:

	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	MAS DE LO NECESARIO
MODULO I			
MODULO II			
MODULO III			
MODULO IV			

../..

- 3.2. Se tenía previsto que Ud. empleara tres (3) horas semanales para la - realización de actividades extra-aula (investigación bibliográfica , consultas, elaboración de informes) y en general cualquier otra tarea asignada por el profesor.

Diga si Ud.:

- a) Se ajustó a ese tiempo _____
b) Empleó más tiempo _____
c) Empleó menos tiempo y cumplió _____

- 3.3. Además del tiempo empleado en la realización de las actividades extra-aula, cuánto tiempo semanal dedicó al estudio de esta materia. (HAGA - UNA ESTIMACION).

4.- RECURSOS:

- 4.1. Dispuso Ud. a tiempo de la bibliografía recomendada para cada Módulo?.

	SI	NO
MODULO I	_____	_____
MODULO II	_____	_____
MODULO III	_____	_____
MODULO IV	_____	_____

- 4.2. En caso de haber tenido problemas para localizar y utilizar algún texto recomendado, señale los problemas más importantes.

- 4.3. Los textos recomendados fueron:

UTILES _____ POCO UTILES _____

- 4.3.1. En ambos casos, diga brevemente por qué?.

- 4.4. El material suministrado por la Cátedra fué:

SUFICIENTE _____ INSUFICIENTE _____

5.- DOMINIO DEL APRENDIZAJE:

- 5.1. Tuvo dificultad para lograr el aprendizaje de algún Módulo?.

SI _____ NO _____

../..

5.1.1. Si su respuesta es SI, diga en cuál o cuáles?.

MODULO I _____

MODULO II _____

MODULO III _____

MODULO IV _____

5.1.2. A qué atribuye esa dificultad?.

- a) A la falta de preparación previa _____
- b) A la complejidad del Módulo _____
- c) Al poco tiempo disponible para realizar las tareas _____
- d) Al poco tiempo dedicado a sus estudios _____
- e) A la falta de bibliografía adecuada _____
- f) Otros _____

6.- EVALUACION:

6.1. Para ser evaluado Ud. realizó informes fuera del aula y pruebas escritas; considera Ud. que estos tipos de evaluación se adecuaron a los objetivos específicos buscados y a los contenidos tratados?.

SI _____ NO _____

6.2. Las pruebas escritas que Ud. realizó fueron lo suficientemente amplias que cubrieron todos los aspectos de la materia a evaluar en cada oportunidad.

SI _____ NO _____

../..

6.2.1. Si su respuesta es NO, diga cuál o cuáles pruebas cubrieron - sólo parcialmente la materia a evaluar en cada oportunidad.

6.3. Está Ud. de acuerdo con el número de evaluaciones realizadas en cada Módulo?.

SI _____ NO _____

6.3.1. En ambos casos, diga brevemente por qué?.

6.4. El valor asignado a cada Módulo fue:

MODULO I	25%
MODULO II	30%
MODULO III	20%
MODULO IV	25%

Cree Ud. que la asignación de esos valores es adecuada?.

SI _____ NO _____

../..

6.4.1. Si su respuesta es NO, diga a cuál o cuáles Módulos debe dársele más o menos y por qué?.

	MAS	MENOS	POR QUE?
MODULO I			
MODULO II			
MODULO III			
MODULO IV			

- Haga cualquier otro comentario referente a la materia, que no esté incluido en las preguntas anteriores, y que Ud. considere importante para mejorarla.

BIBLIOTECAS

• SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica

• SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECARIAS

C.V.I.A.2

QUINTA REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y
DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS

San José, Costa Rica
10-14 Abril, 1978

MARCO PARA LA FORMACION DE PERSONAL PARA LAS ESCUELAS Y FACULTA
DES DE MEDICINA VETERINARIA Y ZOOTECNIA DE LA REPUBLICA MEXICANA

Judith Licea de Arenas
Elvira Bernal Hernández

RESUMEN

Las carreras profesionales solicitadas por el sector privado mexicano se ven sobresaturadas en corto tiempo. Las instituciones educativas forman profesionales para servir a una minoría.

Desde hace 6 años se ha dedicado una buena cantidad de recursos económicos a la formación de profesionales de bibliotecología en el extranjero y la inscripción a las tres escuelas nacionales de la especialidad se ha incrementado, pero el total de profesionales en ejercicio no ha aumentado significativamente.

Se ha demostrado que el número de profesionales es insuficiente para atender las instituciones bibliotecarias. La matrícula de las tres escuelas de bibliotecología no indica cambio para un futuro inmediato.

La educación bibliotecológica en México, se encuentra alejada de la realidad social que se vive en el país por la falta de un planeamiento educativo.

Al estar las 22 instituciones formadoras de recursos humanos en la especialidad de producción animal empeñadas en una labor de superación académica, tecnológica y de investigación, se considera imprescindible el establecimiento de una estructura de información que coadyuve a la docencia, la investigación y el servicio pecuarios.

De las escuelas de bibliotecología que existen en el país, se determinó que la de la Universidad Nacional Autónoma de México, dispone del marco académico adecuado para llevar dicha especialización a buen término.

Ocho personas, con título profesional previo de medicina veterinaria y zootecnia han concluido sus estudios de maestría en bibliotecología y se han incorporado como profesores de tiempo completo a otras tantas instituciones de educación veterinaria de la República Mexicana.

QUINTA REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y
DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS

San José, Costa Rica
10-14 Abril, 1978

MARCO PARA LA FORMACION DE PERSONAL PARA LAS ESCUELAS
Y FACULTADES DE MEDICINA VETERINARIA Y ZOOTECNIA DE
LA REPUBLICA MEXICANA

Judith Licea de Arenas
Elvira Bernal Hernández

El sector privado mexicano ha determinado, mediante el control que ejerce sobre la oferta de trabajo profesional, la estructura, organización, habilidades y conocimientos que integran las carreras profesionales que se imparten en el país. Asimismo, ha establecido, valiéndose del mismo mecanismo, la demanda y la prioridad de ciertas profesiones, sin que las prioridades en la formación de egresados sean decididas de acuerdo con un plan racional y organizado. Las carreras profesionales solicitadas por dicho sector se ven sobresaturadas en corto tiempo con el correspondiente costo que esto supone. Las instituciones educativas, en consecuencia, forman profesionales para servir a una minoría y no a la mayoría de la población. Un ejemplo de ello lo tenemos en el hecho de que los servicios de información existentes no responden a los planes de desarrollo del país, debido a que se carece de una política nacional, estatal o sectorial, en lo que a dichos servicios se refiere, además del reducido número de profesionales en ejercicio.

En el año de 1957, en ocasión de celebrarse las Primeras Jornadas Mexicanas de Biblioteconomía, Bibliografía y Canje (1) se dijo que tres personas con grado de maestro en biblioteconomía trabajaban en las bibliotecas mexicanas.

En el año de 1966 se dice que en el país solamente existen 24 bibliotecarios profesionales, de los cuales 14 estudiaron en universidades de Estados Unidos y 1 en Europa (7).

En 1969 se informa que en 145 bibliotecas públicas laboraban 10 personas con título de licenciado en biblioteconomía y 58 con maestría en biblioteconomía o en humanidades (2).

El mismo año se publica un trabajo que reporta que en las bibliotecas universitarias mexicanas, sólo 9 personas tienen estudios universitarios (6).

El año de 1971 se informa que 9,000 prestaban entonces sus servicios en bibliotecas, de las cuales el 2% eran estudiantes o pasantes de la licenciatura o maestría en biblioteconomía y otro 2% eran graduados en el extranjero (3).

En 1974 se dijo que eran 63 los profesionales en ejercicio, de los cuales 58 residían en el Distrito Federal y sólo 5 en el interior del país. Su campo de acción era el siguiente:

ejercicio en la docencia y en la investigación exclusivamente	8
ejercicio en bibliotecas	55

Los profesionales que ejercían en bibliotecas en esa época trabajaban en los siguientes organismos:

instituciones de educación superior	25
organismos descentralizados	14
organismos gubernamentales	13
organismos de gobiernos extranjeros	2
organismos internacionales	1

De los profesionales que trabajaban en bibliotecas, 14 dedicaban de una a más horas a la docencia (4).

Hoy en día, pese a que desde hace 6 años se ha dedicado una buena cantidad de recursos económicos a la formación de profesionales de la bibliotecología en el extranjero y la inscripción a las tres escuelas nacionales de la especialidad se ha incrementado, el total de profesionales en ejercicio no ha aumentado significativamente.

Si bien se ha mostrado que el número de profesionales es insuficiente para atender las instituciones bibliotecarias existentes, la matrícula escolar de las tres escuelas de bibliotecología con que cuenta el país no parece indicar un cambio de situación en un futuro inmediato (5).

En el Anexo puede apreciarse la población total del país, la matrícula escolar, instituciones educativas, bibliotecas y algu-

nos acontecimientos de importancia en el campo de la bibliotecología, desde el año de 1833 a la fecha.

Por lo que respecta a la educación bibliotecológica en México, esta se encuentra alejada de la realidad social que se vive en el país. Su causa fundamental, la falta de planeamiento educativo acorde con los procesos de cambio y desarrollo nacional.

Partiendo del hecho de que se requiere de una educación bibliotecológica en consonancia con las necesidades prioritarias de los grupos socialmente mayoritarios, es indispensable un modelo educativo que plantee la urgencia de establecer como elemento estructurador de nuevos planes de estudio, la definición de problemas concretos de la realidad, es decir, que sean socialmente relevantes y poder así diseñar las unidades de enseñanza-aprendizaje, integrando alrededor de ellas la docencia, la investigación y el servicio.

Por otra parte, los problemas derivados de la necesidad que México tiene de alimentos para un creciente número de habitantes requieren de atención inmediata. El país cuenta con una superficie de 2,000,000 de km², utilizándose a toda su capacidad en la producción agrícola sólo un 12.5 % de la superficie total. Un 35 % de las tierras, debido a sus características ecológicas no son aptas para los cultivos agrícolas tradicionales, sino para pastos naturales o inducidos que permiten su aprovechamiento a través de la transformación que realizan los animales para dar origen a proteínas de buena calidad.

Como consecuencia de lo anterior, el país, en virtud de su urgencia para producir más alimentos debe contar con servicios de información que respondan a las exigencias de la educación y de una evolución científica y técnica en pleno crecimiento, entre otras.

Hasta que los servicios de información no se establezcan, o bien, funcionen eficientemente, la solución de los problemas pecuarios nacionales se retrasará si:

i. los organismos nacionales encargados del planeamiento pecuario no usan la información como base de sus planes;

ii. los investigadores no emplean información que les ayude a general investigaciones originales;

iii. los docentes no disponen para su consulta de la información indispensable para que el proceso educativo sea eficiente;

iv. los profesionales en ejercicio disponen de la información que los mantenga actualizados;

v. los estudiantes no adquieren el hábito por hacer uso de la información para la resolución de sus problemas;

vi. los productores e industriales no reciben la información oportuna que les sirva para elevar y mejorar su producción, así como para reducir los costos.

Al estar las instituciones formadoras de recursos humanos en la especialidad de producción animal empeñadas en una labor constante de superación académica, tecnológica y de investigación, desde el año de 1972, se ha considerado imprescindible el establecimiento de una estructura de información que coadyuve a la docencia, la investigación y el servicio pecuarios, en dichas organizaciones.

En la actualidad, son 22 las escuelas de medicina veterinaria y zootecnia que están distribuidas en el territorio nacional, según puede apreciarse en el mapa que se anexa. En él, las escuelas aparecen señaladas con un número que corresponde al de las instituciones que se dan en la siguiente lista:

1. Centro de estudios universitarios
2. Escuela de Medicina Veterinaria y Zootecnia de La Laguna, A.C.
3. Universidad Autónoma de Aguascalientes
4. Universidad Autónoma de Baja California
5. Universidad Autónoma de Chiapas
6. Universidad Autónoma del Estado de México
7. Universidad Juárez Autónoma de Tabasco
8. Universidad Autónoma Metropolitana
9. Universidad Autónoma de Nayarit

10. Universidad Autónoma de Nuevo León
11. Universidad Autónoma de Puebla
12. Universidad Autónoma de Tamaulipas
13. Universidad Autónoma de Zacatecas
14. Universidad del Bajío
15. Universidad de Guadalajara
16. Universidad de Juárez
17. Universidad Juárez de Durango
18. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo
19. Universidad Nacional Autónoma de México
20. Universidad Nacional Autónoma de México
21. Universidad Veracruzana
22. Universidad de Yucatán

Dada la situación anterior, se planteó hace algunos años la necesidad de que profesionales del sector salud, en particular de la medicina veterinaria y zootecnia estudiaran una maestría en bibliotecología, con el fin de que dichos profesionales logaran la vinculación de los servicios de información a la educación veterinaria nacional.

Tomando en consideración que son tres las escuelas de bibliotecología que existen en el país, las cuales aparecen indicadas en el mapa anexo, y son las pertenecientes a las siguientes instituciones:

1. Secretaría de Educación Pública
2. Universidad Autónoma de Guadalajara
3. Universidad Nacional Autónoma de México

se determinó que sólo una, la de la Universidad Nacional Autónoma de México, disponía del marco académico adecuado que permitiera llevar dicha especialización a buen término.

La Asociación Mexicana de Escuelas y Facultades de Medicina Veterinaria y Zootecnia incluyó entre sus planes de trabajo la formación, en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacio-

nal Autónoma de México, de médicos veterinarios zootecnistas especializados en bibliotecología. Para ello, promovió entre sus escuelas y facultades miembros, la designación de candidatos para que a través del Programa Nacional de Formación de Profesores de la Asociación Nacional de Universidades e Institutos de Enseñanza Superior, se les otorgara una beca que les permitiera realizar la mencionada especialización.

Hasta la fecha, ocho personas, con título profesional previo de medicina veterinaria y zootecnia han concluido sus estudios de maestría en bibliotecología y se han incorporado como profesores de tiempo completo a otras tantas instituciones de educación veterinaria de la República Mexicana.

Cabe mencionar que se espera que a mediano plazo, cada una de las escuelas de medicina veterinaria y zootecnia del país disponga de personal profesional de la bibliotecología que contribuya al mejoramiento de la educación veterinaria en beneficio de la población mexicana.

REFERENCIAS

1. CORDILLO, Roberto. "Análisis y comentarios basados en los cuestionarios para el Directorio de Bibliotecas de la República Mexicana". En JORNADAS MEXICANAS DE BIBLIOTECONOMIA, BIBLIOCRATIA Y CANJE, 1, MEXICO, 1958. Informe final. México, 1957. pp. 51-83.
2. _____. "Las bibliotecas públicas de la República Mexicana; análisis de la situación actual". En JORNADAS MEXICANAS DE BIBLIOTECONOMIA, 5, MEXICO, 1969. Informe final. México, 1971. p. 47.
3. _____. "Estructura, recursos y funcionamiento de las bibliotecas mexicanas". En SEMINAR ON THE ACQUISITION OF LIBRARY MATERIALS, 16, PUEBLA, MEXICO, 1971. Final report and working papers. Washington, D.C., OAS, 1973. v.2, p. 153. (Reuniones Bibliotecológicas, 23)
4. LICEA DE ARENAS, Judith. "Formación de personal". En JORNADAS MEXICANAS DE BIBLIOTECONOMIA, 6, GUANAJUATO, GTO., 1974. Integración del servicio nacional bibliotecario. =s.p.i.= pp. 352-361.
5. _____. "Información estadística de las escuelas de bibliotecología de América Latina". ALEBCI; Boletín Informativo 3(2) Supl. 1974. 15 p.
6. WHITE, Carl M. Mexico's library and information services; a study of present conditions and needs. s.l., Bedminster Press, 1969. p. 95.
7. ZAMORA, Pedro y Pablo VELASQUEZ. Planeamiento nacional de servicios bibliotecarios en México. Washington, D.C., OEA, 1966. p. 55 (Estudios bibliotecarios)

[illegible]

	Población Total	Matricu la Pre- escolar	Matricu la Pri- maria	Matricu la Se- cundaria	Matricu la Pre- parato- ria	Matricu la Sub- profe- sional	Matricu la Nor- mal	Matricu la Téc- nica	Matricu la Pro- fesio- nal	Matricu la Pos- grado	Matricu la Otro- es- tudios
1959									62,130	160	
1960	34,923,129	248,959	5,739,392	277,218	59,218	102,196	69,707		59,216	160	20,348
1961		261,561	6,109,473						83,065	173	133,224
1962									84,067	180	
1963									90,157	183	
1964									96,072	195	
1965									104,890	201	
1966									114,082	207	
1967									150,816	2,898	
1968									169,002	3,813	
1969									191,384	5,012	
1970	48,238,000	422,682	8,061,112	1,107,906	320,096	145,489	51,648	13,120	258,210	5,753	264,089
1971		422,433	9,700,44	1,225,468	329,030		54,090	1,440	306,077		
1972		440,086	10,113,139	1,347,566	394,974		68,968	1,524	353,226		
1973	56,238,000	405,760	10,509,968	1,498,442	458,667		77,524	1,837	403,897		
1974		487,788	10,999,713	1,643,881	546,531		88,657	2,090	471,717		
1975		537,090	11,461,415	1,898,053	617,961		109,715	1,787	543,112		18,944

	Jardín	Primaria	Secundaria	Preparatoria	Educación Normal	Tecnológica	Educación	Otros	Ejidos	Industria	
de ni- ños					Subprofe-		Superior	Estu-	total		

1833

1895

1900

1910

1912

1915

1916

1921

1922

1923

1924

1925

1928

1929

1930

5,107

1934

7,049

1936

1937

10,078

1940

1942

1943

1944

1945

17,579

1950

1953

1954

1956

1958

	Biblioteca Pública	Biblioteca Infantil	Sala de Lectura	Biblioteca Popular	Biblioteca Escolar	Biblioteca Universita ria	Biblioteca Especiali zada	Biblioteca -Nacional	Biblioteca Total
--	-----------------------	------------------------	--------------------	-----------------------	-----------------------	---------------------------------	---------------------------------	-------------------------	---------------------

1833

1

1

1895

1900

1910

1912

1915

1916

1,200

1921

1922

1923

1924

1925

1928

1929

1930

1934

1936

1937

1940

1942

1943

1944

1945

1950

1953

1953

1956

1958

	Biblioteca Pública	Biblioteca Infantil	Sala de Lectura	Biblioteca Popular	Biblioteca Escolar	Biblioteca Universi- taria	Biblioteca Especiali- zada	Biblioteca Nacional	Biblioteca Total
--	-----------------------	------------------------	--------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------------------	----------------------------------	------------------------	---------------------

1959

1960

1961

1962

1963	584	6		31	149	140	100	1	930
------	-----	---	--	----	-----	-----	-----	---	-----

1964

1966	1,384	12	1	17	168	131	92	1	1,803
------	-------	----	---	----	-----	-----	----	---	-------

1967

1968

1969

1970

1971

1972	1,127	5	24	54	258	381	151	1	1,127
------	-------	---	----	----	-----	-----	-----	---	-------

1973

1974	1,505			18	135	157	167	1	1,415
------	-------	--	--	----	-----	-----	-----	---	-------

1977	614	6		10	431	311	194	1	1,567
------	-----	---	--	----	-----	-----	-----	---	-------

1900

1910

1912 Ezequiel A. Chávez ofreció un curso p/empleados de bibl. de la Sría de Comercio y Obras Públicas

1915 Decreto del jefe del Ejército Const. creando la Acad. de Bibliogr. en la Bibl. del Pto. de Veracruz

1916 Inauguración de la Esc. de Bibliotecarios y Archivistas. La suprime Carranza en 1918

1921 José Vasconcelos crea el Dpto. de Bibls. de la Secretaría de Educación Pública

1922 Curso para empleados de la Secretaría de Educación Pública

1923 Conferencia en la Bibl. Nal. sobre Biblioteconomía, Cat. y Clasif.

1924

1925 Inaug. de la Esc. Nal. de Bibls.- Se inician en la U. de México las clases de Bibliografía

1928

1929

1930

1934

1936 Se promulga la ley que crea la Bibl. del Congreso de la Unión

1937

1940

1942 Organización de la Esc. de Capacitación para Empleados

1943 Clausura de la Esc. de Capacitación para Empleados

1944 Se inaugura ña Esc. Nal. de Antropología y se dan cursos sobre bibliotecología

1945 Se vuelve a inaugurar la Esc. Nal. de Bibliotecarios y Archivistas

1950

1953 Se establecen los estudios p/diploma en biblioteconomía en la UNAM

1954 Creación de la Asoc. Mexicana de Bibliotecarios

1956 Se inaugura el Colegio de Biblioteconomía en la UNAM

7958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970 Se inicia en la Universidad Autónoma de Guadalajara la Licenciatura en Bibliotecología

1971 Se establece en la Div. de Est. Sup. de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM la maestría en Bibliotecología

1972 Se crea el Sistema Universidad Abierta en la UNAM

1973 Se crea el Centro de Investigaciones Bibliotecológicas y de Archivología de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNAM

OBRAS CONSULTADAS

BARRON TOLEDO, JESUS. La enseñanza superior en México, 1970-1976
=México, ANUIES, 1976= 382p.

FUENTES AQUINO, PATRICIA. Directorio de bibliotecas de la República Mexicana. 6ed. México, Secretaría de Educación Pública, Dirección General de Bibliotecas, 1977. 392p.
Mimeografiado.

MEXICO. SECRETARIA DE EDUCACION PUBLICA. Estadística básica del sistema educativo nacional 1970-71/1975-76 =s.p.i.= 581p.

**Reunión****Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas**

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

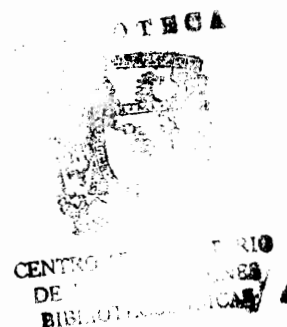
- SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



- SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA-CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

C.V. A.1.

FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS E USUÁRIOS NA IMPLANTAÇÃO
DE UMA REDE DE BIBLIOTECAS NA REGIÃO SUL DO BRAZIL



MIRIAM MARA DANTUR DE LA ROCHA BIASOTTI

Assistente da Coordenacao de Informática

Superintendencia do Desenvolvimento da

Regiao Sul

- SUDESUL

Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS
AGRICOLAS, San José, Costa Rica, 10-14 Abril, 1978.

FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS E USUÁRIOS NA IMPLANTAÇÃO
DE UMA REDE DE BIBLIOTECAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Miriam Mara Dantur de la Rocha Biasotti
Assistente da Coordenação de Informática
Superintendência do Desenvolvimento da
Região Sul - S U D E S U L
Porto Alegre-Rio Grande do Sul-Brasil

RESUMO

A importância da preparação de Bibliotecários nas mais modernas técnicas de documentação, tais como Microfilmagem, Automação, etc., para o melhor desempenho dos sistemas de informação.

O papel que ocupa o usuário atualmente, como elemento ativo nos sistemas de informação.

As Redes de Bibliotecas como mecanismos adequados ao melhor aproveitamento dos acervos, maior integração e a maximização no compartilhamento de benefícios.

S U M Á R I O

1 - INTRODUÇÃO	3
2 - PROJETO REDE DE BIBLIOTECAS	5
2.1 - Objetivos	5
2.2 - Antecedentes	5
2.3 - Descrição	6
3 - FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS E USUÁRIOS	8
3.1 - Treinamento para Bibliotecários	9
3.2 - Papel do Usuário	11
4 - CONCLUSÕES	13
5 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	14

1 - INTRODUÇÃO

A recuperação de informações é atualmente uma das maiores preocupações dos estudiosos, pesquisadores, técnicos e entidades públicas ou privadas que tem a responsabilidade da elaboração de estudos, trabalhos técnicos e projetos de desenvolvimento.

As Bibliotecas, órgãos responsáveis pelo armazenamento e disseminação de informações materializadas em documentos, vem enfrentando sérios problemas no que diz respeito a infraestrutura técnica e de recursos humanos.

Especialmente quando se pensa em sistemas de informação e se busca adotar metodologias um pouco mais avançadas, tais como microfilmagem e automação.

Verifica-se então falta de pessoal técnico familiarizado com estes novos métodos.

Compreende-se que a violenta explosão bibliográfica dos últimos anos não possa ter sido acompanhada por uma formação de técnicos mas, por outro lado, é absolutamente necessário que, enquanto não se reformulam os currículos das Faculdades, se vá treinando, técnicos capazes de assumir estas funções.

Na área específica de processamento de dados, já temos os cursos superiores de Análise de Sistemas mas, na realidade, ainda são os cursos rápidos de extensão ou os promovidos por empresas como a IBM que estão suprindo o mercado neste setor.

No que se refere a área de Documentação, verifica-se que a necessidade fundamental hoje em dia, é a da localização e obtenção ultra rápida da informação para fins de estudo ou decisão. Ninguém pode perder tempo especialmente o planejador e o ad-

ministrador. E como conseguir acompanhar a grande produção bibliográfica? Como armazenar e recuperar rapidamente as informações?

É evidente que só com a utilização dos métodos tradicionais da Biblioteconomia não se conseguiria tal intento.

O tratamento da documentação já atingiu estágios sofisticados que permitem a sua imediata recuperação. Aí estão as técnicas mais modernas de armazenamento, como a microfilmagem e os bancos de dados, cujo requinte nos permite armazenar informações através de terminais de computador.

E para recuperação temos índices automatizados, saí das COM e outras tantas.

Sabemos entretanto que a maior parte dos cursos regulares de Biblioteconomia, quando muito, dão noções destas técnicas ou criam disciplinas consideradas optativas sobre estes assuntos.

Fica assim, a cargo do Bibliotecário, se for do seu interesse, buscar a complementação de seus conhecimentos através ainda de cursinhos rápidos, contatos com outros profissionais ou mesmo leitura de publicações técnicas, em sua maior parte, relatando experiências já desenvolvidas nos Estados Unidos e Europa.

Ele tem que procurar ampliar a sua formação profissional, sob pena de sentir-se à margem do avanço que vem se verificando na sua área de atividades.

Cabe esclarecer que o Curso de Mestrado em Ciência da Informação promovido pelo Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia muito tem contribuído na formação de especialistas e no Rio Grande do Sul, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos inicia neste ano de 1978 o primeiro curso de Pós-Graduação em Sistemas de Informação.

Todavia parece-nos ainda que a melhor solução para os Bibliotecários seria a reformulação parcial dos currículos

das Faculdades de Biblioteconomia introduzindo obrigatoriamente disciplinas sobre Microfilmagem, Indexação, Automação em Bibliotecas e pelo menos Noções de Sistemas.

2 - PROJETO REDE DE BIBLIOTECAS

2.1 - Objetivos

Gerais - O principal objetivo na implantação de uma Rede de Bibliotecas é acelerar o processo de transferência de informações, possibilitando que os vários componentes da Rede conheçam as informações disponíveis na Região e, conhecendo o acervo, umas das outras, possam melhor atender o usuário, facilitando cada vez mais o intercâmbio e a obtenção das informações.

Específicos - Integrar as Bibliotecas da Região Sul, em uma Rede, a nível regional, compatibilizando os procedimentos técnicos adotados no processamento da documentação, objetivando através de uma linguagem o mais uniforme possível, melhor identificar e recuperar as informações e os documentos sobre a Região Sul.

Propiciar aos estudiosos e pesquisadores a mais proveitosa utilização dos acervos existentes em disponibilidade e muitas vezes sem plena utilização.

2.2 - Antecedentes

A SUDESUL está ligada com um dos componentes, ao Projeto SIPLAN (Sistema de Informações para o Planejamento, Coordenação e Controle) do Ministério do Interior, especialmente na operação do Subsistema de Referência Documentária.

E, já há algum tempo, pensava-se em desenvolver um

trabalho de Documentação a nível regional, com a intenção não só de conhecer a bibliografia da Região Sul existente nas Bibliotecas, bem como intensificar o intercâmbio.

Foi elaborado inicialmente um estudo de viabilidade, para o qual se efetuou um levantamento-diagnóstico "in loco" nas Bibliotecas com a finalidade de conhecer sua situação no que diz respeito a técnicas adotadas, volume do acervo, número de profissionais, equipamento disponível bem como interesse em participar de um programa de cooperação desta natureza.

Foram visitadas Bibliotecas de 16 (dezesseis) Universidades, 2 (duas) Secretarias de Planejamento, 5 (cinco) Agências de Bancos de Desenvolvimento e 2 (duas) Fundações de Economia e Estatística, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que compõem a Região Sul do Brasil.

2.3 - Descrição

Para o desenvolvimento do Projeto e para que sejam atendidos os objetivos propostos foram estabelecidas linhas de ação que obedecerão a uma hierarquização cronológica, uma vez que, sendo um processo de implantação, deve ser seguida uma ordem de etapas de trabalho pré-estabelecidas, cuidando de que cada uma seja devidamente solidificada antes de passar à próxima.

Assim, o Projeto Rede de Bibliotecas deverá cumprir as seguintes etapas de atividades:

- Já foi firmado em fins de 1977, um Protocolo de Intenções entre os Ministérios do Interior, Ministério da Educação e Cultura, Banco Nacional da Habitação, Governos dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a SUDESUL, objetivando formalizar a integração das Bibliotecas da Região em Rede.
- Em princípios de janeiro de 1978, foi redigida a redação final do Projeto e estruturado o Cronograma oficial das atividades a serem desenvolvidas.

- Elaborados, durante janeiro e fevereiro de 1978, os convênios específicos a serem firmados entre a SUDESUL e cada uma das entidades que participarão do Projeto, considerando as particularidades de cada uma.
- Em março de 1978 realizado o treinamento técnico aos Bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas participantes.
- Cada entidade ao escolher sua forma de participação deverá apontar seu estágio de desenvolvimento das atividades no que diz respeito a sua organização técnica. Pois, se por um lado, busca-se evitar o paralelismo de ações, pretende-se que a integração seja feita de maneira gradativa, respeitando-se o que já está feito, em cada entidade.

Assim já foram, através de estudos, detectadas três formas de integração, em níveis distintos:

1º nível - Para as entidades que, num primeiro momento, devido a fatores internos, tais como, falta de pessoal ou condições técnicas, se integrarão ao Projeto estabelecendo como primeiro passo, apenas um intercâmbio formal de troca de informações, utilizando para tanto os mecanismos de divulgação que já possuem, tais como Boletins Bibliográficos, Sumários de Periódicos ou simples listas de novas aquisições do seu acervo documentário. Será como uma pré-etapa de integração à metodologia que se pretende venha a ser, o mais possível uniforme. Ainda que em condições um tanto precárias, possibilitará que, no caso, a SUDESUL, como Sub-Centro à nível regional conheça e identifique a existência de documentos de interesse para a Rede, especificamente os referentes à Região Sul.

2º nível - Para as entidades que apresentam condições de adotar de imediato a metodologia que a SUDESUL vai transferir para o tratamento da documentação, que compreende a adoção do sistema automatizado de alimentação e recuperação da documentação utilizando o "software" do Projeto SIPLAN. Neste caso será adotado o formato de entrada já existente na SUDESUL com todos os detalhes

previstos pelo Sistema e a geração de listagens de saída por autor, título e assunto possibilitando a geração futura de um Catálogo Coletivo Regional que permita a localização dos documentos com a referência por código, das entidades que os possuem.

Pode-se dizer que este nível é a essência de todo programa de integração e cooperação entre as Bibliotecas da Região pois aqui haverá a perfeita identificação de linguagem entre os componentes da Rede.

3º nível - Ainda que muito poucas, talvez apenas umas duas ou três entidades, das previstas para integrarem a Rede, já desenvolvem algum programa de automação, o que, no entanto, não impede sua participação no Projeto, que neste caso será formalizada através da troca de produtos. Ou seja, não importa se há um formato de entrada de dados distinto do utilizado pela SUDESUL, pois serão intercambiadas as listagens de saída e em alguns casos, havendo conveniência poderão ser compatibilizados os programas através de máquina.

Verifica-se assim as grandes possibilidades do Projeto, pois, como todo sistema aberto ele terá uma grande flexibilidade, pois antes de tudo, o dinamismo é a sua característica.

3 - FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS E USUÁRIOS

No caso específico do Projeto Rede de Bibliotecas, a SUDESUL tem por objetivo transferir às entidades documentárias da Região Sul, a metodologia que vem utilizando desde 1973 para o tratamento de sua documentação. Metodologia esta, por sua vez recebida do Ministério do Interior que a desenvolveu no Projeto SIPLAN - Sistema de Informações para o Planejamento, Coordenação e Controle. Este Sistema de Informações, de âmbito nacional, objetiva reunir, manter, coordenar, normalizar e facilitar o uso e a distribuição de informações para as atividades de planejamento, coordenação e controle.

A metodologia usada pelo Subsistema de Referência Documentária do Projeto SIPLAN, objetiva especialmente "produzir normas para coleta, análise, armazenagem e disseminação da documentação".

Buscou então o Subsistema detectar as mais modernas técnicas de Documentação e Biblioteconomia para ser utilizada pelos seus componentes, contando inclusive com o assessoramento de especialistas do Brasil e do exterior.

É um Subsistema automatizado, que utiliza o "software" desenvolvido pelo CIDUL (Centro de Informações para o Desenvolvimento Urbano e Local) um dos primeiros Centros de Informações que desenvolveu um Sistema de Referência de Dados, Entidades e Documentação, no Brasil.

Pertencia ao extinto Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e sofreu posteriormente, algumas modificações, adaptações e acréscimos necessários a sua utilização pelo Ministério do Interior.

3.1 - Treinamento para Bibliotecários

É portanto, a estrutura denominada muito propriamente "Tratamento da Documentação", que será transferida através de treinamento, aos Bibliotecários das demais entidades que participarão da Rede de Bibliotecas da Região Sul do Brasil. Evidentemente que, na impossibilidade de uma formação mais completa, a opção escolhida foi a de um treinamento específico e até certo ponto, rápido, para que se pudesse implantar de imediato o programa previsto.

O treinamento terá caráter essencialmente prático, sendo realizado nas dependências da Divisão de Documentação da SUDESUL, orientado pelos Bibliotecários da SUDESUL e obedecendo o seguinte programa:

- Rápida abordagem do Projeto como um todo, esfatizando os benefi

cios de uma metodologia o mais possível uniforme de tratamento da documentação para a consecução dos objetivos propostos.

- Estudo da classificação por assuntos, tomando por base a CDU e os levantamentos de descritores recomendados pelo Índice de frequência do seu uso já testado pela SUDESUL compatibilizando com a lista básica de Categorias preconizada pelo Ministério do Interior.
- Exercícios de alimentação do Sistema, ou seja, preenchimento dos formulários de entrada para o computador, com a transcrição bibliográfica dos documentos, tomando por base o Manual de Codificação, que detalha cada cartão e cada campo de dados a ser preenchido.

Visando um maior aproveitamento o trabalho será realizado com a análise e alimentação de documentos constantes no acervo da Divisão de Documentação da SUDESUL e que são, em grande parte, comuns às demais entidades.

- Auto-avaliação. Procurando-se maximizar os efeitos do treinamento, cada participante após preencher determinado número de formulários, trocará os seus pelos de outro colega, quando então todos farão as correções necessárias nos que receberam, levantando-se então as dúvidas porventura existentes e identificando-se o nível de assimilação do grupo.

Trata-se de procedimento de grande eficácia para avaliação dos resultados de um treinamento.

- Após o treinamento os Bibliotecários das entidades componentes da Rede receberão uma listagem atualizada do acervo existente na Divisão de Documentação da SUDESUL para detectar quais os documentos comuns aos de seu próprio acervo. Isto levantado, possibilitará a imediata transferência de arquivo da SUDESUL para a entidade pois o procedimento é automatizado.

Vemos então que este é um tipo de treinamento muito específico mas que julgamos ser de grande proveito pois possibilitará que em cada estado da Região Sul exista um grupo de pro

fissionais representantes de expressivas entidades, capacitados a acompanhar os avanços do tratamento da documentação.

Temos ciência de que é um procedimento até certo ponto provisório, pois trata-se de uma formação informal mas, acreditamos que é um passo importante para novas conquistas, e que deverá ser reforçado e atualizado permanentemente, conforme as necessidades.

3.2 - Papel do Usuário

Um outro aspecto a destacar referente aos avanços da Biblioteconomia e Documentação e a importância atual dos Sistemas de Informação, é o novo posicionamento dado ao usuário, pois se até pouco tempo atrás ele conservava uma atitude quase passiva, provocada talvez pelo próprio comportamento dos Bibliotecários mais preocupados com aspectos puramente técnicos nas suas Bibliotecas, hoje ele é o objeto central dos sistemas de informação pois dele e para ele devem adequar-se as organizações, procurando ir de encontro aos seus anseios e expectativas no que diz respeito à necessidade de informações.

Ele deve ser encarado como o verdadeiro oportunizador do feedback que vai permitir os necessários ajustamentos e aperfeiçoamentos dos sistemas já implantados ou em estudo.

O usuário mantém atualmente um vínculo muito mais estreito com o Bibliotecário, participando ativamente desde o processo de seleção até o de análise de conteúdo dos documentos.

Mesmo nas Bibliotecas que não adotam o Serviço de SDI (Disseminação Seletiva de Informações) há uma preocupação muito grande em estabelecer o perfil do seu usuário atual e potencial.

Especialmente na Biblioteca universitária, a expectativa do usuário é muito intensa pois seu sentido de busca é muito amplo, aliás uma característica do processo de formação profis

sional a que está submetido.

Torna-se portanto, sumamente importante que o Bibliotecário possa avaliar o grau de necessidades do usuário, através da análise de suas solicitações e do material documentário que ele realmente utiliza. Isto será possível através de maior contato pessoal, aplicação de questionários ou da própria observação sistemática de seu comportamento como leitor.

Já no caso de entidades tais como a SUDESUL, Bancos de Desenvolvimento, Secretarias de Planejamento e Fundações de Economia e Estatística, a realidade é um pouco distinta. Distinção esta determinada pelo tipo de usuário, que neste caso, é o já profissional, com áreas de interesse bem mais definidas e específicas setorialmente. Pela própria natureza das entidades, portanto, pode o Bibliotecário adequar melhor a escolha do seu acervo com o interesse dos usuários.

E, neste caso pode haver uma interação Bibliotecário-Usuário, bem maior pois, como antes referido, ele vai participar desde o momento da seleção, opinando como especialista no assunto, até os trabalhos de elaboração de resumos, análise de conteúdo e, um aspecto que nos parece importantíssimo, no estudo de descritores para a elaboração de futuros Thesaurus.

O Projeto Rede de Bibliotecas não tem propriamente nenhum programa de treinamento para usuários.

No entanto todos estes aspectos acima referidos, serão profundamente esfatizados quando do treinamento aos Bibliotecários, pois acreditamos que, pelo menos, um trabalho de conscientização estará sendo feito.

4 - CONCLUSÕES

Do breve relato apresentado que, de maneira despretenciosa, pretende mostrar uma experiência de trabalho que vi-
mos desenvolvendo no sentido de propagar as possibilidades atuais
da Biblioteconomia para todos que dela possam fazer uso, retira-
mos as seguintes conclusões:

- A integração em Rede é um dos mecanismos mais adequados de ser adotado por Eibliotecas de uma determinada área geográfica, ou de assuntos afins.
- Deveriam ser reformulados os Currículos das Faculdades de Bi-
blioteconomia, com a inclusão de disciplinas que acompanhem os
avanços da tecnologia de tratamento da documentação, tais como
Microfilmagem, Indexação, Automação e Noções de Sistemas.
- Para suprir as deficiências na formação básica dos Bibliotecá-
rios, que se proporcione a eles, treinamentos específicos para
o desempenho de determinadas tarefas, carentes de formação re-
gular.
- Que seja estimulada cada vez mais a interação Bibliotecário-U-
suário e reconhecido o novo posicionamento que o Usuário deve
ter para a Biblioteca e os Sistemas de Informação.

5 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADAMS, Scott. Progress toward a national serials data system.
Libr. Trends, 18 (4):520-536. Apr.1967.

AYESTARÁN, Antônio & VELASCO, Carlos. Aspectos a considerar en la evaluación de redes sectoriales de informacion. México, 1975. 20F. (Trabalho apresentado à IV Reunião Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas, México, 8 - 11 abril, 1975)

BONFANTI, Celestino & MARQUEZ, Orfila. Redes de Informacion; definicion objetivos, justification. Mexico, 1955, 18 p. (Trabalho apresentado à IV Reunião Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas, México, 8-11 abril, 1975)

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Biblioteca universitária: estudo de usuário. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, 5 (2):117-27, set. 1976.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Secretaria Geral. Coordenação de Informática. Projeto SIPLAN; relatório de atividades 1969/73. Brasília, 1974.

OVERHAGE, C. F. J. Information networks. An. Rev. Inform. Sci. Tech. 4:339-377. 1969.

ROBREDO, Jaime. Problematica de la implantacion y operacion de redes de informacion en los paises en desarrollo. Mexico, 1975. 9p. (Trabalho apresentado à IV Reunião Interamericana de Bibliotecários e Documentalistas Agrícolas, México, 8-11 abril, 1975)

SLAMECKA, Vladimir. Methods and research for design of information networks. Libr. Trends, 18(4):551-568. Apr. 1967.

SWANK, R. C. Interlibrary cooperation, interlibrary communications and information networks: explanation and definition. In: CONFERENCE ON INTERLIBRARY COMMUNICATION NETWORKS. Proceedings. Chicago, American Library Association, 1971. p.294-309.

VICENTINI, Abner Lelis Correa. Sistemas de informação e aspectos teóricos e interdisciplinares na comunicação da informação. São Paulo, 1973. 11p.

WEINSTOCK, M. Network concepts in scientific and technical libraries. Spe. Libr. 58(5):328-334. May-jun. 1967.

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

• SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



• SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica
C.I.D.

METODO AUDIOVISUAL PARA LA FORMACION
DE PROFESIONALES Y USUARIOS DE LA INFORMACION

Por

Daniel Dávila

RESUMEN

La formación de profesionales en el ramo bibliotecológico está condicionado por las necesidades de la clientela servida.

Es por esta razón que el bibliotecario debe de tener una mente abierta y conocimientos de los métodos audiovisuales en relación al servicio proveedo al usuario. La mayoría de los bibliotecarios de hoy en día han tenido la oportunidad de estar en contacto directo con el proceso audiovisual a través del radio, televisor, películas y grabaciones.

Sin embargo, estas formas de comunicación en muchos casos no son consideradas como parte del proceso de diseminación de información lo cual debe ser el objetivo principal de cualquier biblioteca. La razón de esta situación está basada en la posición negativa que tomamos cuando lo concerniente es extraño o desconocido.

Esta conferencia está desarrolada para darle al bibliotecario y usuario una concepción de las actividades necesarias para el uso efectivo de métodos audiovisuales para la diseminación y recepción de información.

5a.

Reunión

Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

- SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



- SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

BIBLIOTECA



C. I. D.

CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLÓGICAS

METODO AUDIOVISUAL PARA LA FORMACION
DE PROFESIONALES Y USUARIOS DE LA INFORMACION

Daniel Dávila

Director Learning Resources
Passaic County Community College
College Boulevard
Paterson, New Jersey 07509

COMPENDIO:

La formación de profesionales en el ramo bibliotecológica esta condicionada por las necesidades de la clientela servida. Es por esta razón que el bibliotecario debe de tener una mente abierta y conocimientos de los métodos audiovisuales en relación al servicio proveeido al usuario. La mayoría de los bibliotecarios de hoy en día han tenido la oportunidad de estar en contacto directo con el proceso audiovisual através del radio, telivisor, películas, fotografía y grabaciones. Sin embargo, estas formas de comunicación en muchos casos no son consideradas como parte del proceso de desiminación de información lo cual debe de ser el objetivo principal de cualquier biblioteca. La razón de esta situación esta basada en la posición negativa que tomamos cuando lo concerniente es extraño o desconocido.

Esta conferencia esta desarrollada para darle al bibliotecario y usuario una concepción de las actividades necesarias para el uso efectivo de métodos audiovisuales para la desiminacion y recepción de información.

En el proceso de enseñanza en cuanto a lo relacionado a la instrucción audiovisual, nos encontramos unas actividades primordiales las cuales estan suscritas en forma esencial:a;

- A. Diseño del programa instructional. Aqui nos adentramos en los procesos curriculares. Entre ellos; ¿La forma de como se va presentar el material a cubrirse? ¿Va ser este compuesto de una presentacion verbal? ¿Se usaran ayudas o complementos audiovisuales como parte de las lecciones? Estas y otras preguntas tan solo se pueden contestar cuando el diseño del curso o programa a establecido unos propositos claramente definidos.
- B. Los objetivos del programa son establecidos tomando en cosideracion las finalidades de la institucion hacia todos los esfuerzos seran dirigidos.
- C. Determinacion de metodos audiovisuales (si se encuentran necesarios) tales como; peliculas, filminas, diapositivas grabaciones, transparencias, television.
- D. Determinacion de el tipo de resultado "feedback" que el usuario o estudiante tendra atravez de su progreso en el curso o programa. En la mayoria de los casos cuando se usa el material audiovisual, el "feedback" tiene mas relevancia e importancia si se provee inmediatamente. La flexibilidad del contenido en el material audiovisual provee la condicion para que el usuario o estudiante repase la informacion inmediatamente o a su

maxima conveniencia.

- E. .Abilidad del maestro o la institucion para obtener o producir materiales audiovisuales completamente relacionadas al contenido del curso. Esto es de vital importancia si se quiere mantener el interes del receptor sin que se convierta en una sesion de completo aburrimiento.

Una vez eatas determinacion son echas e incluidas en el proceso curricular en tal forma que el metodo audio-visual sea efectivo, es cuando entonces nos podemos adentrar en los procesos audiovisuales aceptados comunmente. Como resultado, es aqui cuando las siguientes opciones pueden ser de gran ayuda en la formacion del profesional y el usuario de la informacion:

1. Uso de peliculas: No hay mejor forma de presentacion de conceptos y actividades complejas que las presentadas atravez de peliculas de movimiento sonoras.
Hay varias peliculas en el mercado Americano que enseñan como usar los computaroos en el proceso de la desiminacion de informacion al igual que en la organizacion de los servicios
2. Diapositivas, Filminas y Transparencias En este conjunto, hay materiales ya reconocidos los cuales explican en forma audio/visual los detalles

encontrados en las fichas del catalogo

3. Grabaciones:

Usadas en el formato de cartucho "cassette"

• en carretes ayuda a explicar cualquier proceso visual con informacion ya pre-determinada. Esta es la forma mas economica de presentar informacion audiovisual y la mas popular en el proceso de produccion. En las bibliotecas actuales se esta usando el "cassette" para complementar la informacion escrita. Conferencias pueden ser grabadas y ponerse a la disposicion del profesional o usuario en un corto tiempo atravez de la biblioteca.

4. Televison:

Aunque representa un alto costo incial en termine de el equipo necesario, es la forma mas perfecta de poder presentar informacion ya que esta combina el medio aural y visual en un formato. Con la tecnologia avanzando tan rapidamente en el area de cartuchos de television pre-grabados la revolucion bibliotecaria y audiovisual va encaminadose a una revolucion comunicativa sin par.

Con todo este proceso constituyendo un gran cambio en los procesos educativos es cuando entonces nos preguntamos. ¿QUIEN SERA

I. CENTRO DE RECURSOS

Para los propósitos de esta conferencia, delinearé estrategias y cursos de acción para convertir una biblioteca en un "Centro de Recursos" para el aprendizaje. La razón de este proceso es el hecho que un "Centro de Recursos" combina metodos audiovisuales en la formación de profesionales y presenta al usuario alternativas y formatos otros que libros en el proceso de la busqueda de información. Un "Centro de Recursos" comunmente se define como el area donde el individuo encuentra materiales necesarios para el aprendizaje, donde existen una variedad de medios, equipos, personal y servicios todos coordinados y accesibles. En cuanto a el personal admitrativo. El ramo audiovisual es tan extenso, variado, complejo y cambiante que es imposible definir a ciencias ciertas el trabajo profesional dentro del area. Preguntas concernientes a las funciones del especialista audiovisual son entonces requeridas como un medio para explicar sus labores, expecialmente cuando es el bibliotecario quiere intentã adentrarse en las areas audiovisuales comunmente reservadas para aquellos los cuales han completado un programa de intruccion audiovisual. Este punto se discutira en detalle mas adelante...

II. NECESIDAD DE OBJETIVOS:

Las funciones del "Centro de Recursos" deben de estar relacionadas a los objetivos y propósitos de las

institución a la que se sirve. Entre los objetivos encontrados en instituciones de enseñanza los más sobresalientes son:

1. Proveer educación efectiva a los ciudadanos.
2. Guiar a los ciudadanos en el arte de pensar con idoneidad y de participar eficazmente en la sociedad.
3. Proveer para que se sus conocimientos se traduzcan en una pauta de compartamiento constructivo, razonado, racional, positivo y de propósitos firmes.
4. Proveer para el logro de individualismo responsable, vida guiada por un sentido y propia realización.
5. Desarrollar mentes sanas en cuerpos sanos.

Los objetivos generales de un "Centro de Recursos" dinámico deben estar en armonía con los objetivos generales de la educación. Antes de definir estos objetivos tenemos que pensar que existen muchos factores que han causado cambios en las bibliotecas tradicionales. Las diferencias individuales de los estudiantes están tomando una enorme relevancia en el acontecer educativo moderno. Los nuevos métodos de enseñanza han sido un factor muy decisivo en la combinación de procesos audiovisuales y bibliotecas.

Otras innovaciones que han motivado cambios en la biblioteca tradicional han sido:

1. Enseñanza en equipo (team teaching)
2. Estudio independiente
 - a. estudiante solo
 - b. estudiante con programación parcial o moderado de su trabajo
 - c. estudiante dirigido por completo en el estudio individualizado.
3. Plan de progreso continuo, sin grados
4. Individualización de la enseñanza.
5. Horario flexible.
6. Tecnología educativa, explosión del conocimiento, etc.

Todo lo expuest hace necesario un cambio urgente de la biblioteca tradicional a un centro donde esten disponibles materiales impresos y no impresos para uso de los estudiantes. Por consecuencia el estudiante al tener los materiales disponibles para su uso en un solo lugar, usara las facilidades mas frecuentemente.

III. OBJETIVOS DEL CENTRO DE RECURSOS:

Los objetivos educativos poco a poco estan encaminado las bibliotecas hacia estas innovaciones a fin de que la institución pueda funcionar fructiferamente para rendir los

resultados esperados de acuerdo con las necesidades educativas de la comunidad. Es por estas razones que el "Centro de Recursos" debe tener como mayor objetivos lo siguiente:

"Proveer un ambiente adecuado para el estudio y la enseñanza.

Este objetivo general pueden estar relacionado a estrategias para convertir la biblioteca en un Centro de Recursos. Ya que muchas son las cosas que se deben explorar antes de convertir una biblioteca tradicional en un Centro de Recursos. Quizas lo mas importante sea que el personal a cargo comprenda y acepte cabalmente el concepto de "Centro de Recursos" para el aprendizaje como foco o centro de diseminación de ideas e información, no importa el formato en que aparezca. Esto también conlleva la capacitación del equipo que algunos materiales requieren para la diseminación de la información.

OTROS OBJETIVOS INCLUYE:

1. Hacer disponible materiales instruccionales para satisfacer las necesidades del curriculum.
2. Crear uso de los materiales acumulados.

3. Crear una armonía con los objetivos generales de la institución.
4. Adquirir y circular materiales impreso y no impreso que esté a tono con las exigencias del currículo y con los intereses de maestros y estudiantes.
5. Organizar el material de tal forma que pueda ser usado eficazmente.
6. Proveer un ambiente favorable al desarrollo de hábitos de lectura, actitudes sociales provechosas (tales como disciplina, cooperación cortesía, respeto) y desarrollo del sentimiento estético.
7. Coordinar sus funciones con la del resto del programa escolar.
8. Ofrecer a alumnos de condiciones económicas y familiares no apropiados, de un lugar con condiciones favorables para el estudio.
9. Demostrar utilidad de los materiales durante horas de ocio.
10. Facilitar los trabajos de investigación y estudio proveyendo orientación e información en toda gestión de consulta. (Referencia)
11. Colaborar con profesores en la selección y uso de diferentes tipos de materiales que puedan enriquecer el programa escolar.

12. Participar con dirigentes académicos en las realización de diversas actividades encaminadas a procurar la máxima maduración profesional y cultural del personal docente.

13. Cooperar con el desarrollo de un programa cultural para toda la comunidad.

El logro de los objetivos ya expuestos requiere un programa que penetre en la totalidad del plan de enseñanza. Hasta que punto estos objetivos se logren; así se estará cumpliendo con los propósitos de la educación. Cuando el especialista en media se compromete directamente con el programa de enseñanza y los servicios y los recursos de el centro se integren y coordinen con la labor del salón de clases, entonces es cuando se puede decir que los objetivos se han logiado.

IV. PLAN DE ACCION PARA CONVERTIR BIBLIOTECAS TRADICIONALES EN CENTRO DE RECURSOS:

Como paso inicial se debe investigar la literatura sobre Centros de Recursos. La visita a otros centros es muy importante, así como el diálogo con personal de estos centros. Otro paso sería el intercambio de ideas con el personal administrativo y docente de la escuela para la clarificación de los objetivos y temas relacionados. Desde este punto es que se empiezan a establecer canales de comunicación que seran muy importantes atravez de todo el

proceso de inicio, así como en el desarrollo y administración del centro.

Se debe establecer prioridades en cuanto a servicios y recursos. Es muy importante, la motivación no solo de maestros y directores, sino de los estudiantes. Otros puntos importantes son:

1. Revisión de literatura profesional y adecuada con el fin de enterarse del alcance, propósitos, funciones y normas que deben regir un "Centro de Recursos."
2. Consultar personas experimentadas en la organización de este tipo de centros. Estas personas pueden orientar sobre los pasos a seguir, posibles problemas, y otros datos de utilidad.
3. Hacer un reconocimiento de la comunidad estudiantil para de esta forma enterarse de sus necesidades principales, dificultades, destrezas, nivel cultural, preferencias y ambiciones.
4. Consultar con la junta o miembros de las administración del colegio a fin de enterarse de los objetivos de la institución y otros detalles relacionados con matrícula de estudiantes, profesores horario de clases, currículo, presupuesto y actividades que puedan afectar el

servicio de la biblioteca o centro.

5. Establecer los objetivos de la biblioteca (centro de recursos) de acuerdo con los objetivos de la institucion y la información obtenida.
6. Consultar con estudiantes, profesores y administradores para establecer los servicios y funciones de la biblioteca (centro de recursos) de acuerdo a los objetivos, necesidades y recursos disponibles.
7. Reclutamiento de personal de acuerdo a ciertos requisitos y a las necesidades actuales.
8. Formulación de un presupuesto por areas de servicio.
9. Formulación de procedimientos y políticas para el uso de los facilidades del centro.
10. Establecer una política de selección para materiales y equipo.
11. Hacer proyecciones para el futuro.

V. FUNCIONES Y SERVICIOS QUE OFRECERA EL CENTRO

De vital importancia es asegurar un servicio bibliotecario constante, poniendo al alcance de los usuarios el conocimiento, cualquiera que sea la forma en que se presente. Por esta razón los servicios deben de ser desarrollados para

puedan ofrecer efectivamente lo siguiente:

1. Impartir instrucción en el uso de los recursos.
2. Horario flexible de acuerdo a necesidades para rendir mejor servicio.
3. Exposición de materiales.
4. Exhibiciones.
5. Proveer bibliografías de materiales impresos y no impresos que guíen a los estudiantes en la selección de informacion.
6. Mantener^{la}/facultad al tanto de nuevas adquisiciones.
7. Cooperar con maestros en el desarrollo y planeamiento de clases.
8. Atender solicitudes de los maestros y pedir que estos hagan sugerencias.
9. Facilidades para la producción de materiales no disponible comercialmente.
10. Circulación de materiales y algún equipo dentro y fuera del centro.
11. Servicios de referencia sobre material impreso y audiovisual.

VI. PROCESOS PARA SELECCIÓN CATALOGACIÓN, CIRCULACIÓN Y ANAQUELAMIENTO DE MATERIALES Y EQUIPO

En la selección de cualquier recurso de instrucción, las metas o objetivos del aprendizaje es lo más importante.

Los materiales deben ser adecuados y al nivel del estudiante. Es necesario evaluar cuidadosamente los materiales de instrucción antes de usarlos y también durante y después del uso. Su calidad de contenido y construcción será la consideración prevaleciente al decidir su adquisición.

Algo de vital importancia al seleccionar material es tener un cabal conocimiento de la población estudiantil y docente de la escuela, de sus deseos, necesidades y una amplia información sobre todas las clases de recursos.

Es de suma importancia al seleccionar que el especialista en media este informado de lo que hay disponible en el mercado concerniente a equipo y materiales. Se puede mantener informado por medio de la literatura, visita a exhibiciones, suscripción de catálogos, etc.

Una vez seleccionado y adquirido el material y equipo se procederá a la clasificación, catalogación y almacenamiento de los mismos.

Para Centros de Recursos en escuelas públicas lo más conveniente es clasificar por medio del sistema decimal Dewey. Este es un proceso Norteamericano usado para mantener consistencia y uniformidad. Aunque la razón más válida es que el sistema decimal Dewey permite que los materiales impresos y no impresos se clasifiquen por temas. Esta es una forma de lograr la integración y coordinación de todos los recursos. El número de clasificación decimal Dewey

permite colocar tanto el material impreso con el no impreso en los estantes; ya sean juntos o separadamente, cualquiera que sea la manera mas ventajosa y apropiada para las comodidades locales.

La catalogacion descriptiva de los materiales es muy importante. Los materiales no impresos requieren adaptacion de las prácticas de catalogación normalizadas (Ej: Reglas de catalogación Angloamericanos). Puesto que el fin esencial del catalogo es ayudar al usuario en la eleccion y localización de los materiales disponibles que mayor respondan a sus necesidades, la decisión acerca de la cantidad de información a incluir en las fichas dependera de las condiciones locales y la naturaleza particular de los usuarios del Centro. Algunos factores fundamentales que deben tenerse en cuenta son: Edad, nivel académico del usuario, intereses y normas de circulación.

En el caso del bibliotecas o Centro de Recursos en instituciones de alta enseñanza se debe de clasificar los materiales por el sistema de la Biblioteca del Congreso de los Estados Unidos, adoptando las Reglas de Catalogación Angloamericanas cuando sea posible. Todos los materiales no impresos se entraran por título con fichas secundarias por tema. La descripción sera sencilla. Un breve resumen del contenido acompañara cada ficha.

Los materiales audiovisuales se pueden integrar

en los anaqueles con los impresos; y si es muy dificultoso, por lo menos, en el catalogo oficial.

La idea del centro, es algo innovador, por lo tanto, el estudiante necesita orientacion en el uso y manejo de materiales y equipo. Con la debida instrucción y orientación, después que el estudiante sepa usar con libre acceso estos materiales, (quizas en un año) para este entonces se espera que el estudiante se sienta "at home" en el centro y haya desarrollado aprecio y estima por los recursos. Recuerden, la integración sera fácil si todos los materiales estan clasificados en la misma forma que los libros.

CIRCULATION

Debido a la escasez de los recursos, lo materiales audiovisuales no deben de circular fuera del centro excepto a los salones de clase. Los materiales se pueden prestar por 2 horas o segun las necesidades. Para el prestamo se puede usar una tarjeta de prestamo parecida a la de los libros.

Cuando el centro crezca, en cuanto a recursos se refiere, entonces se podria considerar la idea de circular equipo fuera del mismo.

VII. PERSONAL

El Centro de Recursos debe de estar centralizado, o sea, la dirección estara a cargo de una sola persona. Esto

facilita la coordinación racional de todas las actividades de un programa integrado. Además facilita buen funcionamiento y eficiencia del mismo.

El éxito del programa de servicios del centro depende del entusiasmo, los conocimientos y capacidad de la persona que lo administra. El bibliotecario o especialista en media debe tener siempre presente las muchas posibilidades que encierra el centro para aumentar y extender sus servicios. Debe estar dotado de espíritu creador y estamina para funcionar en condiciones no ideales, a la vez que aplica su conocimiento para enriquecer la colección con recursos audiovisuales perfectamente organizados y brindar al usuario un libre acceso a los mismos.

El personal será seleccionado en base a los servicios que se ofrecerán, el número de estudiantes y facultad a servir, presupuesto disponible y necesidades del centro. Antes que nada debemos establecer una política de selección de candidatos que permita el reclutamiento de las personas mejor capacitadas para cubrir las vacantes. Debemos considerar el número de vacantes a llenarse y las obligaciones y responsabilidades que conlleva el cargo. Se deben de establecer unos requisitos y se debe de proceder a poner anuncios en diferentes fuentes un miras a reclutar las personas mas aptas aunque estas no sean bibliotecarios.

DIRECTOR DEL CENTRO DE RECURSOS

Requisitos para desempeñar esta labor:

1. Tener una maestria en bibliotecología y otra en audiovisual.
2. Conocer las teorías del currículo.
3. Buenas cualidades de líder.
 - a. Habilidad para comunicarse.
 - b. Que sepa delegar autoridad.
4. Conocimiento de las funciones del centro.
 - a. Conocer sobre clasificación y catalogación de materiales audiovisuales para poder implementarlos.
5. Otras cualidades personales.
 - a. Alerta
 - b. Agradable
 - c. Curiosidad intelectual y profesional

FUNCIONES DEL DIRECTOR:

1. Desarrollar los objetivos del centro.
2. Coordinar y supervisar las actividades de las distintas secciones.
3. Participar en la selección de material y equipo.
4. Seleccionar y supervisar al personal.
5. Establecer y mantener la comunicación entre el personal, administrador, facultad y estudiantes.
6. Preparar el presupuesto y controlar los gastos.
7. Preparar informes y otros documentos.
8. Planear el desarrollo de actividades y programas.

BIBLIOGRAFIA

Allen, Kenneth. Organization and administration of the learning resources in the community college.
Camden: Shoe String Press, 1973.

American Association of Colleges and Research Libraries.
"Guidelines for two year college learning resources program." College and Research Libraries News.
11 (Dec. 1972) p. 305-315.

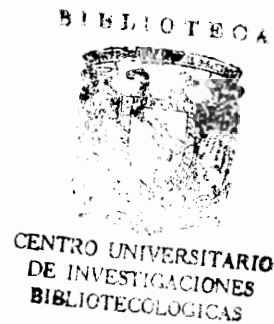
Davila, Daniel. Operational guidelines for integrated media programs. New York: Hostos Community College; Institutional Research Division, 1975.

Shores, Louis. Audiovisual librarianship and crusade for media unity (1946-1969). Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1973.

"Standards for Junior College Libraries." Colleges and Research Libraries. 21 (May, 1960) p. 200-206.

Trinker, Charles L. "Junior College Libraries." Library Trends. 14 (Oct., 1965)

5ª REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS
San José, Costa Rica, 10-14 abril, 1978



II B II C

ESTRATEGIA PARA COMPROMETER AL EJECUTIVO
EN EL PROCESO DE FORMACION DE USUARIOS DE LA INFORMACION

Jaime Robredo
Director del Proyecto
PNUD/FAO/BRA/72/020

(Sistema Nacional de Información
y Documentación Agrícola)

Brasília, D.F.

RESUMEN

Estrategia para comprometer al ejecutivo en el Proceso de Formación de Usuarios de la Información. J. Robredo, Director Proyecto PNUD/FAO/BRA/72/020 (Sistema Nacional de Información, Documentación Agrícola), Brasilia, D.F., Brasil.

Es indispensable el apoyo y la participación del ejecutivo para poder llegar a establecer un buen grado de diálogo entre el sistema de información y los usuarios de sus servicios.

Para poder abordar el diálogo con el ejecutivo parece oportuno que el sistema posea ya un cierto número de servicios. La receptividad del ejecutivo será tanto mayor cuanto más adecuado sean los servicios propuestos por el Sistema a los usuarios de la Institución.

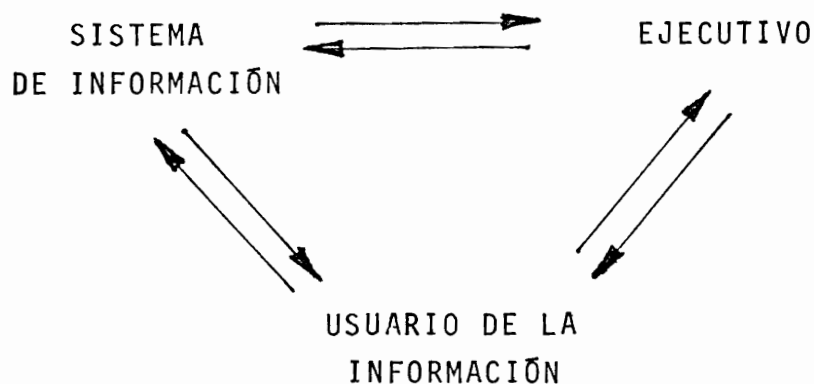
En el contrato con el ejecutivo es necesario que éste llegue a descubrir por sí mismo la importancia que los servicios que estamos proponiendo para sus colaboradores pueden tener para mejorar los resultados del trabajo de la institución, es decir, para mejorar la gestión de la misma.

La participación del ejecutivo no debe limitarse a una simple autorización de los contratos entre el sistema y los usuarios. Es necesario que participe en el proceso, organizando reuniones, evaluando resultados, estableciendo conclusiones.

El ejecutivo comprometido en el proceso de información puede ser un elemento decisivo en la evolución del mismo, aportando críticas y sugerencias para mejorar la calidad de los servicios, o definir otros nuevos, aumentando los beneficios para los usuarios.

1. INTRODUCCION

Partiendo de la premisa de que los ejecutivos no son, normalmente, usuarios directos de los servicios de un sistema de información documentaria, aunque de ellos depende, en última instancia, el mayor o menor acceso a la información de los técnicos y especialistas que trabajan bajo sus directivas, vamos a examinar en este trabajo algunos aspectos de la interrelación



para tratar de determinar algunos caminos que, comprometiendo al ejecutivo, faciliten el contacto entre el sistema y los usuarios.

2. ALGUNAS CONSIDERACIONES PRELIMINARES

Antes de abordar los aspectos estratégicos y tácticos del problema, conviene dejar bien sentado que este estudio se sitúa en una cierta fase mas o menos avanzada del proceso de implantación del sistema , en la que existen ya algunos servicios concretos. En efecto, solo nos parece posible hablar de usuarios cuando existen servicios, de lo contrario hablaríamos de servicios proyectados y de usuarios potenciales.

De cualquier manera, no parece que tenga mucho sentido considerar la hipótesis de que vamos a entrar en contacto con los ejecutivos antes de poder presentar un sistema que tiene ya ciertas condiciones de operar, pues ese contacto no tendría ninguna consecuencia práctica inmediata sobre los usuarios potenciales. Por otro lado, los ejecutivos escucharon ya tantas promesas de proyectos de maravillosos sistemas de información que nunca llegaron a ser realidad, que lo que podríamos esperar, en el mejor de los casos , es una invitación para volver en otra ocasión, cuando el sistema esté funcionando. No adelanta intentar explicar metodologías, ni asegurar que esta vez el sistema funcionará; el ejecutivo quiere cosas concretas que le ayuden a obtener resultados concretos, con los menores costos posibles y todo lo que podemos hablar, sin aportar realidades de servicios, será tiempo perdido. En otras palabras , estaríamos gastando nuestra pólvora en salvas.

Si, por el contrario, reservamos nuestro contacto para otra oportunidad en que podemos mostrar servicios, es casi seguro que nuestras explicaciones surgirán como respuesta a las preguntas que el propio ejecutivo nos hará, movido por una curiosidad e interés recién despertados.

Es evidente que el interés del ejecutivo será tanto mayor cuanto mas eficientes sean los servicios que estamos mostrando.

3. PORQUÉ TENEMOS QUE CONTAR CON EL EJECUTIVO

Si, en fin de cuentas, lo que pretendemos es hacer llegar la información hasta los usuarios, ¿por qué necesitamos colocar al ejecutivo en el circuito? La respuesta no es evidente a primera vista; sin embargo, pensando un poco es fácil comprender que la información, como cualquier servicio, tiene un costo y la autorización de los gastos de información debe ser dada por el ejecutivo que, si es buen administrador, tiene el perfecto derecho de condicionar su decisión a la obtención de algún beneficio concreto.

El ejecutivo es quien autoriza la compra de libros y revistas, el pago de copias, el pago de un servicio de diseminación selectiva de la información, de una búsqueda bibliográfica, etc., y por eso tenemos que contar con él. El acceso de los usuarios a los servicios del sistema depende, pues, de la sensibilización del ejecutivo respecto al interés de un mayor nivel de información dentro de su entidad. Nosotros podemos estar convencidos de que la información constituye hoy un factor decisivo de desarrollo y de progreso, los usuarios también están convencidos generalmente de que necesitan información, pero si los ejecutivos no están convencidos, con argumentos de costo/beneficio, habremos adelantado poca cosa.

4. COMO ABORDAR AL EJECUTIVO

En primer lugar, después de solicitar una entrevista y de obtener una respuesta favorable. Es inútil pretender llegar de improviso, sin avisar; además de ser una descortesía, las probabilidades de poder establecer un contacto positivo son mínimas (falta de tiempo, interrupciones, "vea a mi colaborador señor López", "envíeme una documentación sobre el asunto", etc., etc).

En segundo lugar, conviene conocer bastante bien la

En tercer lugar, es bueno estar consciente del hecho de que un ejecutivo nos va a obligar a demostrar que los servicios que estamos proponiendo para los técnicos de la institución le van a aportar algún beneficio, con pocos gastos. Si no lo conseguimos es mejor volver cuando estemos mas preparados para discutir sobre el asunto.

En fin, el tiempo de un ejecutivo es siempre limitado y debemos poder decir todo lo que tenemos que decir en poco tiempo, criando un clima de diálogo, avanzando nuevas informaciones solo cuando estamos ciertos de que las anteriores fueron bien comprendidas. Un buen ejemplo vale siempre mas que mil palabras.

5. HACIA UNA ESTRATEGIA PARA COMPROMETER AL EJECUTIVO

Ampliando la ideas del párrafo anterior, vamos a avanzar algunos conceptos que permitirán establecer las líneas de nuestra estrategia.

Es claro que todos los ejecutivos no reaccionarán de la misma manera a nuestros ofrecimientos de servicios. Por una parte, el contexto ambiental de cada institución es múltiple y, por otra parte, el grado de motivación de los ejecutivos respecto a la necesidad de información de su entidad es variable.

Esto nos puede llevar a considerar el interés de abordar una acción con los ejecutivos mas motivados y, a medida que los resultados positivos aparecen, volveríamos a entrar en contacto con otros ejecutivos menos sensibilizados o indiferentes que podrían reaccionar positivamente frente a los resultados obtenidos con los primeros, terminando nuestra acción con los ejecutivos mas escépticos o resistentes, los cuales, poco a poco, al conocer mejor las acciones ya emprendidas con otras entidades y los resultados alcanzados, pasarían a ser más receptivos (v. figura 1).

Para que el ejecutivo nos facilite el contacto con los usuarios es necesario, a veces, tener en reserva ciertos argumentos contundentes. Por ejemplo, después de probar que el número de tra

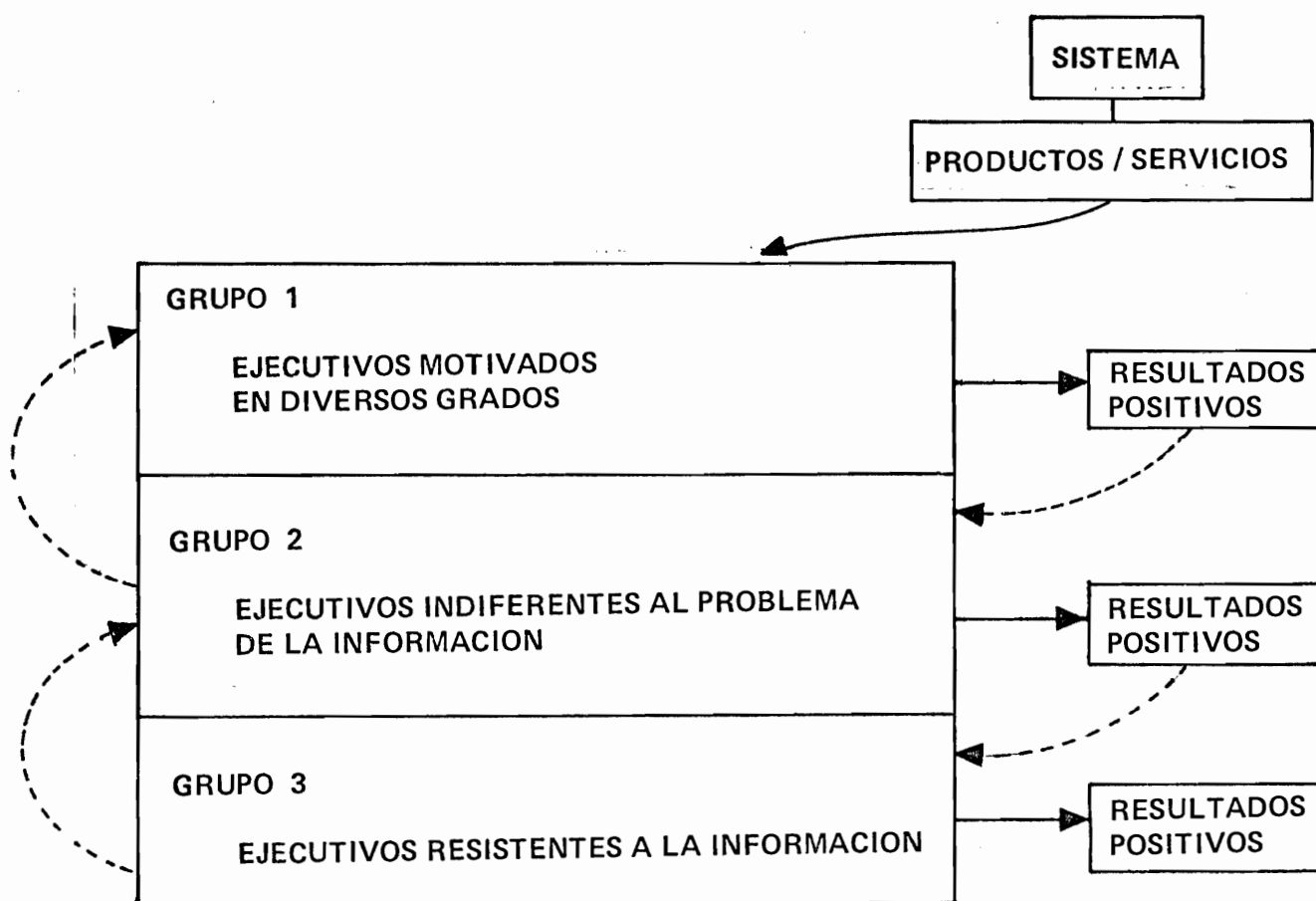


figura 1

cer al ejecutivo de que los investigadores necesitan abonarse a un servicio de diseminación selectiva de la información y obtener copias de los artículos o documentos que les interesan, con lo cual los resultados de la investigación serían mas avanzados, mas seguros, al mismo tiempo que se eliminarían duplicidades inútiles y costosas.

Es importante, sin embargo, que en el diálogo entre el ejecutivo y el agente de información, éste lleve al ejecutivo a descubrir por sí mismo la importancia de los beneficios que la institución puede obtener con los servicios propuestos.

En ese momento, el ejecutivo puede ayudarnos a definir los servicios mas convenientes para los usuarios de la entidad.

La organización de reuniones entre ejecutivos, usuarios y agentes de información del sistema puede aportar resultados positivos si se conduce adecuadamente, ya que los usuarios entenderán rápidamente la importancia de los servicios del sistema y se tornarán los aliados de los agentes de información, para conseguir el apoyo de los ejecutivos. Si se consigue reunir ejecutivos de varias instituciones, que poseen grados de motivación diferentes, es bien probable que una declaración favorable de un ejecutivo de alguna institución de prestigio, lleve a una mudanza de la actitud de otros ejecutivos menos receptivos al problema.

Una táctica interesante puede ser, también, comprometer al ejecutivo en una acción conjunta con el sistema, por ejemplo, participando en la preparación de una bibliografía sobre un asunto que le interesa, con un resultado visible a corto plazo, o participando en la organización de las reuniones con los usuarios.

Una vez conseguido que el ejecutivo dé el primer paso, en el sentido de facilitar el contacto del sistema con los usuarios, es importante crear un mecanismo que le permita conocer y evaluar los resultados. Si éstos son positivos, podemos estar seguros de que los recursos disponibles para información aumentarán en el presupuesto del año siguiente, y el contacto entre los usuarios y el sistema será favorecido.

El ejecutivo, una vez interesado en mejorar el nivel de información de su institución, se convierte en un elemento mo-

6. CONCLUSIONES

1. Para llegar a establecer un buen grado de diálogo entre un sistema de información y los usuarios de sus servicios, es indispensable el compromiso de los ejecutivos.
2. La participación del ejecutivo no debe limitarse a una simple autorización para que los usuarios en tren en contacto con el sistema, o viceversa; es necesario que el ejecutivo participe continuamente, promoviendo reuniones, evaluando resultados, esta bleciendo conclusiones.
3. La receptividad del ejecutivo será tanto mayor cuanto mas adaptados sean los servicios propuestos por el sistema a las necesidades de la institución.
4. El ejecutivo comprometido en el proceso de información de su institución puede ser un elemento de cisivo, aportando críticas y sugerencias, para me jorar la calidad de los servicios y aumentar los beneficios que de ellos resultan.

San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978

• SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



• SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

C. II.F

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLÓGICAS

EL PEQUEÑO AGRICULTOR COMO USUARIO DE INFORMACION

Larry M Boone
Especialista en Paquetes de
Información, PIADIC
y
Robert E. McColaugh,
Especialista en Transferencia
Tecnológica, PIADIC
San José, Costa Rica

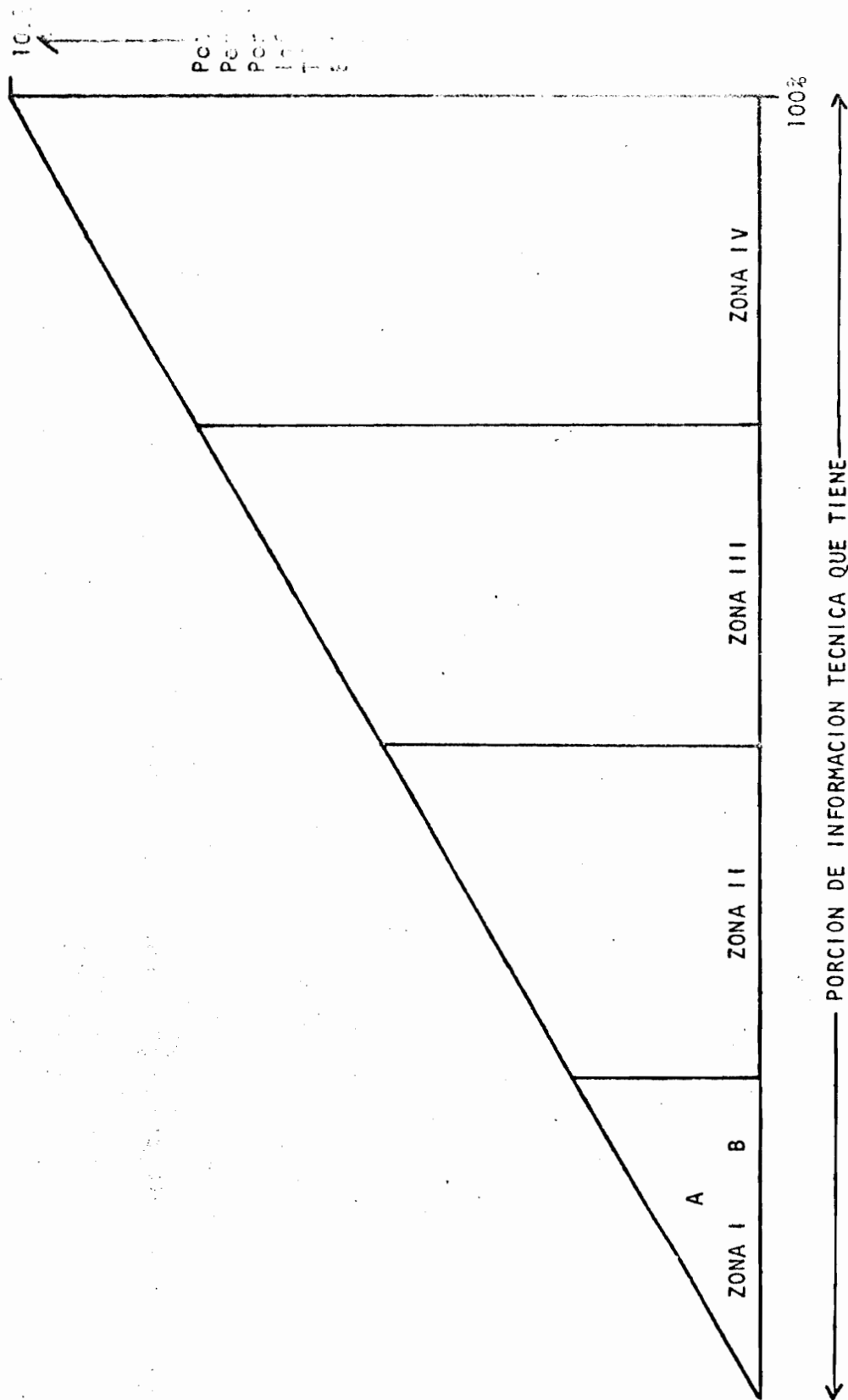
PEQUEÑO AGRICULTOR COMO USUARIO DE INFORMACION

Para lograr nuestros propósitos en cuanto a este tema, creo que no es necesario meternos en el argumento mundial en cuanto a que es un pequeño agricultor, en relación al tamaño de su finca, su nivel de vida, su nivel de ingreso y toda medida indefinida. Creo que para los propósitos corrientes es suficiente tratar de una definición bastante general.

Conceptualmente no tenemos interés en el número de manzanas que tiene un agricultor, porque un productor con cinco manzanas que produce tomate o cítricos puede vivir bastante bien, mientras otro con cinco manzanas en ganado se muere de hambre. El objeto de nuestro interés es él que no sabe manejar sus recursos, que vive cerca del margen de subsistencia, utilizando prácticas tradicionales. Quisiéramos saber como puede el sistema de información mejorar sus prácticas, su producción y su nivel de vida. En vez de su tamaño de finca, entonces, pensamos en su nivel de conocimientos y su grado de pensar y funcionar como gerente de sus recursos. Es cierto que muchos agricultores de este tipo también tienen terrenos limitados, y que productores con más tierra tienen ventajas siempre y cuando sepan manejarla. También es probable que el tipo de agricultor en que tenemos interés no ganaría mucho más con una finca grande, por falta de conocimientos.

TRANSPARENCIA 1

En la transparencia vemos una representación conceptual del rango de posesión y utilización de información y el grado de producción potencial que permite. En la Zona 1, el agricultor tiene muy poco de la información disponible, y falta de conocimientos y las actitudes para usar la información que tiene. Esta imagen se puede clarificar por medio de los dos puntos A y B. Productor A tiene menos información que el productor B, pero están usándola más efectivamente, logrando más del potencial que esta cantidad de información le permite.



En la zona II, el agricultor ha empezado a aprender el uso de información, de pensar en sí mismo como gerente de sus recursos y de pensar en que más puede hacer. Necesita un flujo de información y asistencia, pero ya tiene el deseo de buscarla. Si llega a este punto un agricultor, el progreso hacia zonas III y IV es casi garantizado.

La mayoría de los agricultores a que nos referimos cuando hablamos del "pequeño agricultor" en el sentido de desarrollo, están en las zonas I y II. La tarea del sistema de información es identificarles, darles la información técnica que necesitan, y adiestrarles en como usarla efectivamente para lograr el potencial que les ofrece.

La información producida en el mundo de hoy tiene la tendencia de ser más útil y más accesible al "agricultor grande", es decir, los que están en las Zonas III y IV. Esto tiene varias razones: frecuentemente el agricultor avanzado puede usar información en formas más naturales, es decir más en la forma en que se produce en experimentos de campo o en estudios. El agricultor avanzado tiene la capacidad de aceptar información de fuentes diversas, analizarla y adaptarla a sus necesidades y sus decisiones. Tiene más fuentes y mejor acceso a fuentes de información: lee mejor las fuentes técnicas; conoce más gente en los niveles de actividad que producen información; usualmente viaja más a reuniones, exposiciones y a diferentes partes del país o del mundo donde se puede observar diferentes formas y sistemas de producir. Finalmente, el agricultor avanzado puede aceptar un riesgo más grande que un agricultor tradicional en probar en su propio campo información o sistemas nuevos para decidir si le sirve o no en un plazo más largo.

En cuanto al agricultor tradicional, debemos mirar a sus fuentes de información sus usos de información y en que consiste el valor de información para él. De esas tres características o factores, al fin podemos sacar algunas de las conclusiones para la formación de este agricultor como usuario de información y para la naturaleza y operación del sistema de información que produce y extiende la

información a él.

1. Sus fuentes de Información: Probablemente la fuente más importante es su conversación con varios elementos de su comunidad --sus vecinos y amigos que producen en forma similar; algunos productores más avanzados en la comunidad y los que tienen posiciones de importancia en la comunidad.

Otra fuente importante es la observación de lo que hacen sus vecinos --que productos producen, que técnicas usan y que resultados obtienen. También observa en días de demostración de investigadores o agentes de cambio y en días de campo de estaciones experimentales, siempre y cuando estén cerca de su comunidad.

El radio, los periódicos, revistas, informes, artículos, y boletines son fuentes menos importantes para el agricultor tradicional, tanto por la dificultad con que él lee y asimila la información escrita, como la dificultad que tiene en analizar la información que recibe en esas formas.

2. Sus usos de información

Básicamente el agricultor usa información de dos tipos para propósitos distintos. Usa información técnica para aprender como se prepara la tierra, como se siembra, como se controlan las malezas y los insectos. Es decir, es información que le educa, que le enseña algo. También se usa información de tipo más general para la toma de decisiones. Aún el agricultor casi completamente tradicional tiene que tomar decisiones en cuanto a cual producto va a cultivar, cuando se cosecha, donde y cuando se vende, etc. Estas decisiones aún a nivel bastante sencillo requieren conocimiento de los productos disponibles, mercados a que tiene acceso, la naturaleza de los cultivos y las estaciones, el clima de su área, etc.

La utilidad de información de estos dos tipos es relacionada por la interacción que tiene la decisión con el conocimiento.

Vamos a tratar esta interacción en la siguiente sección:

3. El Valor de la información al productor

En una forma sencilla podemos decir que el valor de la información depende de la reducción que permita la información en la probabilidad de tomar una mala decisión. Es cierto que no podemos cuantificar los costos y beneficios de todas las decisiones posibles que tiene que tomar el productor pero se puede imaginar algunos valores comparativos. Se puede decir por ejemplo que para un agricultor avanzado, una mala decisión puede costarle miles de pesos en rentabilidad a su inversión. Eso es porque este agricultor maneja sus recursos para maximizar o para ganar una rentabilidad a sus recursos. No queda al margen de subsistencia.

El agricultor tradicional, operando al margen de subsistencia no tiene esta flexibilidad ni este margen de seguridad. La decisión tomada le puede costar mucho menos en efectivo pero puede ser un costo más absoluto para él. Puede sufrir de hambre, perder su tierra o sus derechos a usarla y posiblemente tendrá que buscar otro tipo de trabajo para ganar la vida, etc. Es decir, que el costo de una mala decisión para el agricultor tradicional puede ser más alto relativamente que al agricultor avanzado.

TRANSPARENCIA 2

La reducción de la probabilidad de decisiones malas en el uso de información depende de varios factores: de que el agricultor pueda recibir o seleccionar la información correcta para la decisión que tiene que tomar, que sabe usar correctamente la información que tiene, que está dispuesto a aceptar cambios en su forma de hacer las cosas y que servicios e infraestructura capaz de soportar los resultados de sus decisiones existen en su comunidad.

En estos factores se puede ver la interacción entre la información que permite la decisión y la que le ayude en su ejecución. El sistema de información desde la generación de información, para su manejo, análisis, preparación y hasta su entrega por agentes de campo, tiene la responsabilidad de ayudar a asegurar

que cada factor es correctamente identificado, analizado y servido con información apta para los usos indicados.

4. Que implica para el sistema de información

Valdría la pena mirar brevemente a un marco completo pero general de un sistema de información. Cuál es su materia prima, sus elementos y su producto final?

TRANSPARENCIA 3

En la transparencia, podemos identificar fácilmente que la materia prima es la realidad o la verdad que existe en el mundo. Desafortunadamente, esta realidad existe en una variedad infinita, únicamente parte de la cual es relevante para una decisión dada. Esta infinidad de realidades necesitan ser ordenadas y clasificadas para que la mente de un hombre pueda tomarlas y entenderlas. Este ordenamiento y clasificación se llama "Teoría". En cada área de actividad de los seres humanos, hay teorías que fijan, a grandes rasgos, cuales partes de la realidad son relevantes a esa actividad y como la influyen.

Para tomar decisiones, se necesita medir la variabilidad de ciertos factores de la realidad y analizar su impacto en nuestra actividad. No se puede medir un concepto teórico. Para permitir medición y análisis, los conceptos son representados por variables identificados como factores operacionales influyentes. Tienen que ser variables medibles para que se pueda fijar parametros en su variabilidad e identificar los cambios en el impacto del factor a sus diferentes niveles. Por ejemplo, en una decisión para producir azúcar para exportación, el precio mundial del azúcar esperado en el próximo año, es positivo encima de un punto identificable, factible en un rango medio y negativo bajo cierto punto. Por sus relaciones teóricas con el precio mundial, se puede fijar puntos comparables para producción y consumo mundial, y otras variables.

FACTORES QUE INFLUYEN EN EL VALOR DE LA INFORMACION

- INFORMACION CORRECTA
- SABE USARLA CORRECTAMENTE
- ACEPTA CAMBIOS
- DISPONIBILIDAD DE SERVICIOS E INFRAESTRUCTURA

SISTEMA DE INFORMACION

SISTEMA DE DATOS

INFORMACION PARA QUIENES TOMAN DECISIONES

INTERPRETACION Y ANALISIS

PRODUCCION DE DATOS

MEDICION

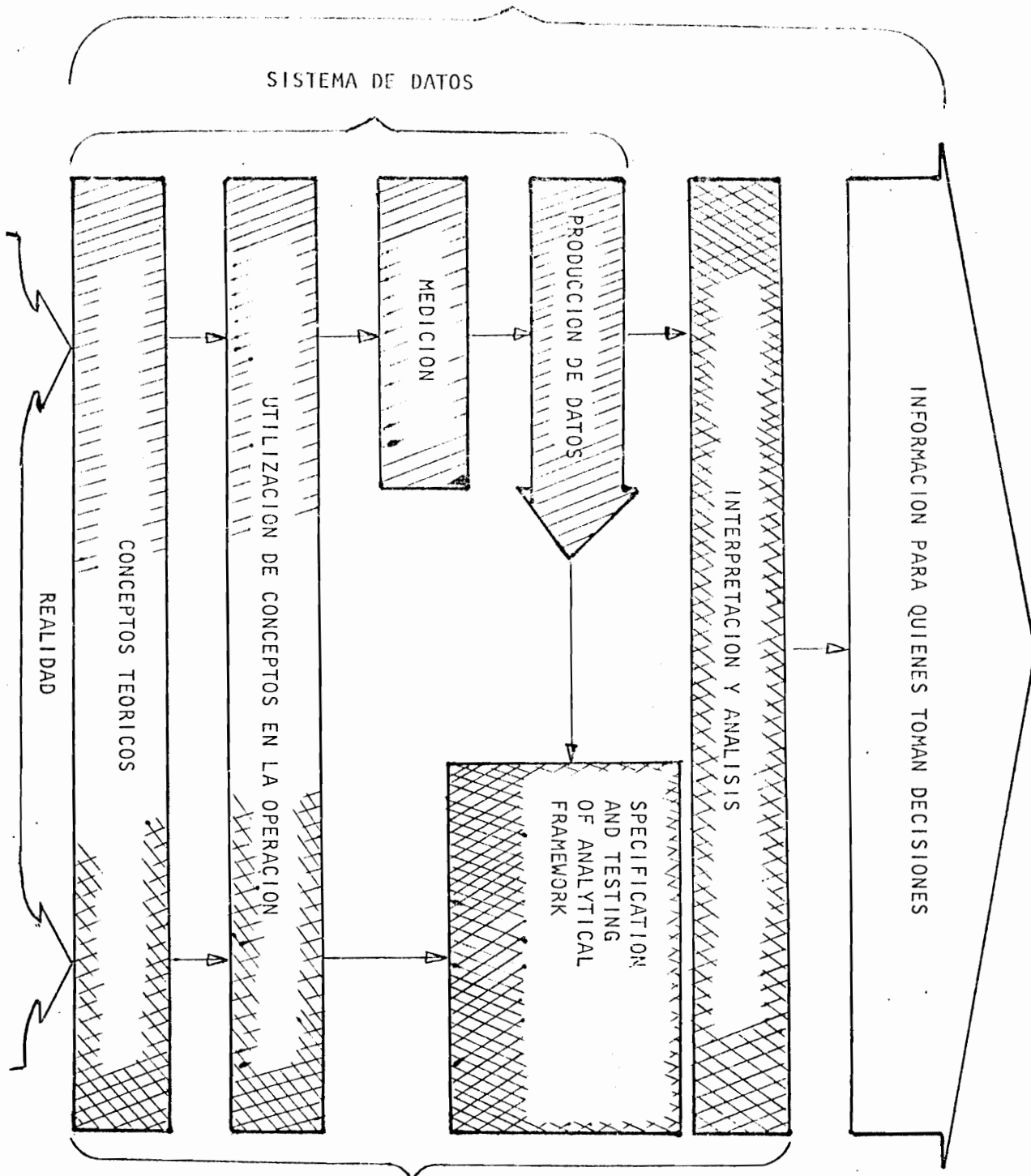
UTILIZACION DE CONCEPTOS EN LA OPERACION

CONCEPTOS TEORICOS

REALIDAD

SPECIFICATION
AND TESTING
OF ANALYTICAL
FRAMEWORK

SISTEMA PARA EVALUAR INFORMACION



Una vez convertidos los conceptos teóricos en un marco operativo, el sistema de información se divide en dos partes con funciones separadas. Una parte es el sistema de datos y la otra es el sistema de evaluación de información.

La tarea del sistema de datos es medir las variables que representan a los conceptos teóricos. Si no tenemos conceptos no sabemos que debemos medir y encontramos el mundo como una confusión entera. También, si no hemos hecho bien los conceptos y su representación en variables medibles, ninguna cantidad de dinero y esfuerzo invertidos en colección de datos puede prevenir la producción de paja en cuanto a nuestras decisiones. Es por eso que tanto los conceptos como la colección de datos necesita ser modificado continuamente para mantener el sistema dirigido hacia las decisiones que hay que tomar ahora.

Pero datos y estadísticas en si no son información completa. Unicamente cuando son considerados juntos y con base en los conceptos teóricos y contra los parametros operacionales podemos sacar el visto analítico que nos dice algo útil. Por ejemplo supongamos que tengo un dato que me dice que la producción mundial esperada de azúcar en el próximo año será de 500.000 toneladas. Que se de mis potenciales de exportación de azúcar? Muy poco. Obtengo otro dato que me dice que el consumo mundial será de 400,000 toneladas. Los dos datos no me dicen mucho, pero tengo también un concepto teórico que cuando el consumo es menos que la producción, el precio será bajo. Los parametros operacionales indican que un consumo de 80% de la producción indicará un precio de alrededor de US\$.03 por libra. Todavía no se todo. Busco el costo de producción de azúcar en mi país, y encuentro un dato de 4 centavos por libra. Ahora puedo tomar una decisión.

Lo importante de esta pintura del sistema de información es que tanto los datos y estadísticas como el análisis dependen de los conceptos teóricos y que ambas partes dependen del mismo marco teórico. El mundo cambia cada día y las

decisiones que necesita tomar el agricultor hoy son completamente diferentes que las de 1950. Si estamos tratando de producir la misma información que producimos en 1950, que validez pueden tener las decisiones de hoy?

Una dedicación del aparato de información de un país a las necesidades especiales y específicas de productores pequeños implica un marco teórico especial para el sistema. Podemos notar cuatro áreas generales de implicaciones para el sistema de información indicado por los factores anteriores.

- 1) Una área de actividad o de importancia es la necesidad de desarrollar tipos de información adaptados al nivel del pequeño agricultor, ya probados de ser útiles a él en su situación en el campo, y presentados en forma procesada, analizada y adaptada a sus necesidades y situaciones.
- 2) Una segunda área trataría de desarrollar formas de entregar información a grupos de pequeños agricultores a un costo razonable.

Ya hemos mencionado razones porque el sistema de información corriente sirva mejor a grandes agricultores. Buscamos formas de reducir el costo de entregar información, lo que implica el desarrollo de formas para trabajar con grupos de productores.

Productores de subsistencia, no pueden aceptar el riesgo de probar nuevos sistemas. Este indica que necesitamos seguir la investigación por las fases de prueba en el campo, el análisis de resultados y la preparación de paquetes de información adaptadas a cada área específica. En su turno, este implica la necesidad de un sistema para el registro de datos con base en la identificación de áreas donde la agricultura tiene características similares que permitan formas de gerencia semejantes.

Recordando que las fuentes más importantes para agricultores tradicionales son dentro de sus comunidades, necesitamos reconocer que nosotros de afuera no tenemos credibilidad con muchos de ellos. Necesitamos acercarlos usando los

líderes de opinión en las comunidades. Por tal medio, aumentamos la efectividad en comunicación y reducimos el número de contactos que tenemos que adiestrar.

- 3) Una tercera área de implicación trataría de la necesidad de involucrar al productor en el análisis de su situación propia y la aplicación de la información disponible a la solución de sus problemas para que él aprenda gradualmente: (a) pensar bien en si mismo como gerente de sus recursos: (b) como identificar que información necesita; (c) como analizar la información y (d) como formular y adoptar cambios en su operación adaptados a los cambios en su situación.
- 4) Recordando que el productor tiene control únicamente de sus recursos propios, una cuarta área sería la necesidad de que los servicios y la infraestructura de su país y de su comunidad sean ajustados según la información que le lleve al productor. Es decir que el productor no debe recibir información que le lleve a decisiones en cuanto a su producto o sistemas de cultivos que los sistemas de insumos, crédito, transporte y mercados no son capaces de soportar. Esto implica información que llega al productor que produce los cambios necesarios en los servicios que van a necesitar el productor pequeño.

Una Estrategia para la Administración y Coordinación del Desarrollo Rural y Proyectos a este fin

1. Identificación de zona homogéneas agropecuarias

Las zonas deben ser homogéneas en cuanto a clima, altitud y suelos, es decir, las potenciales agropecuarias.

2. Análisis de los sistemas existentes de producción agrícola y pecuaria, sistemas de infraestructura y recursos en cada zona. Una buena forma de este análisis tiene los siguientes pasos:

a) Construir un modelo de una finca "promedio" en la zona*, considerando:

- disponibilidad promedio de los recursos de tierra y mano de obra.
- superficie promedio de los diferentes cultivos y el porcentaje de productores que producen a cada uno.
- números promedios de los diferentes tipos de ganados y el porcentaje de productores que producen a cada tipo.
- los calendarios de actividades en la producción de los productos corrientes.
- promedios de rendimientos, consumo o uso en la tierra, precios de ventas y compras mayores, e ingreso.

b) Buscar mejoramientos sencillos que han sido probados con éxito en la zona, u otras zonas similares, como una semilla mejorada, una técnica no tradicional de cultivo, etc. (Observación de las fincas más modernas, si existen en la zona, es una ayuda aquí). Se busca cambios que el pequeño productor puede aplicar con sus recursos actuales.

* Si el interés mayor es el desarrollo de las fincas pequeñas, se debe eliminar del promedio cualquier finca grande y/o moderna en la zona. Se debe considerar separadamente las prácticas, rendimientos, etc. de las fincas grandes y modernas como guías potenciales para las pequeñas

- c) Análisis de factores limitantes en los recursos, el tiempo y la infraestructura. Las preguntas aquí son casi innumerables. Los productores pequeños pueden llenar los requisitos para obtener préstamos? Se necesita cambios en las reglas crediticias o calificaciones personales para ayudar? Hay meses sin trabajo? Hay cultivos o actividades pecuarias que podrían producir en estos tiempos? Hay meses de escasez de mano de obra? Podrían usar equipos sencillos en estos periodos? Podrían cultivar más tierra o producir cultivos de más alto valor si existieran facilidades de procesamiento, mercado o transporte? etc.
- d) Identificar otros cultivos o tipos de ganado que se podrían introducir fácilmente en la zona, considerando la mano de obra, la tierra, el clima, etc. que existe en esta zona y otras zonas similares.
- e) Preparar un Programa Optimo de Mejoramiento para la finca promedio. En el corto plazo se debe suponer que los productores no van a reducir la superficie dedicada a sus cultivos de subsistencia, porque no tendrán confianza en otros. Se debe buscar formas de mejorar rendimientos de los mismos cultivos y soluciones a los factores limitantes identificados en el análisis. En el más largo plazo hay que considerar que cultivos pueden cambiar y es necesario calcular la producción potencial y su impacto en los mercados nacionales e internacionales, precios, etc.

3. Estandarización de los esfuerzos en la zona, promoviendo únicamente un paquete --el programa óptimo para la finca promedio.

Variaciones necesarias dentro de la zona son la responsabilidad de la administración del proyecto de desarrollo en el campo. Más que todo, las adaptaciones serán para diferentes tamaños de finca o cantidades de mano de obra disponible.

4. Integración de los planes de acción. Todos los elementos del programa óptimo para la finca promedio tienen que ser elementos integrales del programa o proyecto de desarrollo de la zona. Así se pueden medir todos los costos para lograr el desarrollo de la zona, y los beneficios que resultan. Proyectos separados de extensión, crédito, cooperativos, mercadeo, etc. no contribuyen al tiempo, en el lugar, ni al nivel que se necesita en un programa integrado de desarrollo. El objetivo del programa integrado es que todos los productores en la zona para quien el programa óptimo es factible, lo adopten.
5. Promover el programa óptimo por una "Campaña de saturación". Se debe de contar con un agente de cambio por cada 75-100 productores. Trabajando con grupos de productores, ellos pueden mantener mucho contacto con los productores. Si no hay suficientes agentes profesionales, cada uno que hay debe tener ayudante. El calendario de trabajo y el presupuesto del programa integrado de desarrollo deben tener provisión para la capacitación de los ayudantes. Hay que diseñar las rutinas de trabajo para estos ayudantes a su nivel de capacitación con los profesionales responsables para la planificación y ejecución. Es muy importante empezar con una o dos zonas pilotos y en una o dos localidades en cada zona. Durante el primer año, los ayudantes pueden aprender como dar una demostración, organizar una reunión, capacitar productores en técnicas de trabajo en el campo, utilizar materiales de enseñanza, etc. Después de dos o tres años se tendrá más profesionales para otras zonas. También es importante obtener la ayuda de toda clase de oficiales locales en la promoción del programa óptimo. Además, una cosa básica es que no se debe montar el programa integrado si no hay suficientes insumos, crédito, transporte, mercado, agentes de cambio, etc. para ayudar a cualquier productor que quiere adoptar el paquete.
6. Concentrar los esfuerzos al principio. Se debe seleccionar una o dos zonas pilotos en vez de tratar de promover paquetes en cada zona del país. Dentro de las zonas pilotos se debe concentrar en una o dos localidades. En estas localidades se debe trabajar en tres fases:

- a) Fase una -- en el primer año los agentes profesionales trabajan con sus ayudantes en las localidades seleccionadas para capacitarles y para descubrir que problemas surgen y cuales técnicas sirven mejor.
- b) Fase dos -- en el segundo año, puede expandirse el programa a 5-10 localidad, con los ayudantes asumiendo responsabilidad para el trabajo de una o dos localidades y los agentes profesionales usando su tiempo para supervisión, más capacitación de ayudantes y ayudando en la resolución de problemas.
- c) Fase tres -- expandir a nuevas localidades lo más rápidamente que lo permitan los recursos. Cuando el 60-80% de los productores en las zonas pilotos han adoptado sus paquetes, pueden pensar en proyectos en otras zonas.

(Nota: cuando hay éxito en la fase uno, probablemente habrá presión política para expandir a muchas localidades y hasta otras zonas. Es imprescindible la resistencia a la presión. La expansión demasiado rápida asegura que: a) los recursos escasos de administración serán inundados; b) la actividad posible en cada localidad será demasiado limitada para justificar los costos de servicios de sostenimiento; y c) la distribución de beneficios no será adecuada)

- 7. Acelerar lógicamente pero con seguridad. Cuando tiene éxito con la fase una en las zonas pilotos, puede empezar las negociaciones para un financiamiento mayor. Este proceso normalmente cuesta dos años, y el proyecto será atrasado si se espera el fin de la fase dos. Hay tres puntos muy importantes en cuanto a la financiación internacional:
 - a) Desde el principio, es necesario tener un plan y presupuesto para toda la vida del programa integrado en la zona o las zonas piloto.

Debe mostrar todos los costos y beneficios esperados, y la tasa interna de rendimiento del proyecto completo.

- b) Si su análisis indica un rendimiento alto del programa integrado, no debe ser tímido en buscar una inversión grande en el proyecto.
- c) Se debe evitar la trampa de pensar que el productor debe pagar intereses bajos. Por los riesgos que siente el productor en adoptar un cambio en su vida, no es muy probable que aceptará un cambio que requiere el crédito si este no le paga \$ 2 por cada \$ 1 prestado. Considere el productor entonces que va a prestar \$ 200 por 6 meses para aumentar su producción en \$ 400. Si él pagara 10% de interés, paga \$ 200 en principal, \$ 10 en interés y gana \$ 190. Si presta al 20%, paga \$ 200 de principal, \$ 20 de interés, y gana \$ 180. No es probable que el costo de crédito influya mucho en su decisión, y con tasas de interés más alto, se encuentra financiamiento internacional mucho más fácilmente. Interés subvencionado es un elemento de un programa de bienestar -- no tiene lugar en programas de desarrollo.

Reunión**Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas**

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

[INFORMILA]

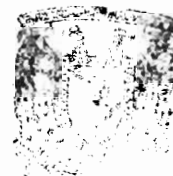
- SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica



- SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA-CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica

C. II. E.

BIBLIOTECA



CENTRO UNIVERSITARIO
DE INVESTIGACIONES
BIBLIOTECOLÓGICAS

PAPEL DEL DOCENTE Y DEL CIENTIFICO EN LA FORMACION
DE USUARIOS DE INFORMACION

Adalberto Gorbitz
Instituto Interamericano
de Ciencias Agrícolas
San José, Costa Rica

- 5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS
AGRICOLAS, San José, Costa Rica, 10-14 Abril, 1978.

PAPEL DEL DOCENTE Y DEL CIENTIFICO EN LA FORMACION DE USUARIOS DE
LA INFORMACION

Adalberto Gorbitz
Instituto Interamericano
de Ciencias Agrícolas
San José, Costa Rica

COMPENDIO

Es importante una comunicación eficiente entre usuarios y documentalistas. El usuario es a la vez meta a la que va dirigida la información y generador de información. La literatura primaria tradicional, representada principalmente por las revistas científicas, es todavía en las ciencias agrícolas latinoamericanas la principal fuente del material examinado y procesado por los centros de documentación. El papel del docente y del científico en la formación de usuarios se puede realizar mediante cursos de uso de la biblioteca, cursos de redacción técnica y el aprendizaje del joven al colaborar en las investigaciones de sus maestros.

INTRODUCCION

En el proceso de la comunicación científica, el usuario tiene gran importancia. Es por una parte la meta a la que está dirigida la información y por otra, es el generador de una porción de esa información. Lo que publica como resultado de sus estudios, investigaciones y experiencias es lo que constituye la literatura primaria. Las publicaciones primarias, periódicas y seriadas, forman el grueso del material que es examinado y procesado por los servicios de bibliografías y compendios. A su vez, estos servicios de documentación suministran a los usuarios acceso a la literatura mundial. Por eso es importante que la comunicación entre usuarios y documentalistas se realice eficientemente.

Se presentan seguidamente algunos comentarios sobre como podrían el docente y el científico contribuir a la formación de usuarios de la información.

Cómo obtiene el usuario su información

El científico necesita en su labor conocer resultados experimentales (hechos) más bien que opiniones (juicios) (9). Esta información la recibe de varias fuentes, a saber:

Contactos personales. El contacto cotidiano con sus colegas y profesores es uno de los canales más eficaces para la transferencia de información a los científicos. Hay en toda institución científica personas claves, altamente consideradas por sus colegas como consultores internos, con amplios contactos externos y con la literatura científica, a los que Cooney y Allen (4) han llamado "guardianes de la tecnología" (technological gatekeepers). Citan también a otros autores, cuyos estudios demuestran que el contacto personal es la fuente más importante a través de la cual los científicos obtienen información técnica. Entre estos contactos habría que considerar las reuniones científicas y profesionales, y a la

formación de grupos de especialistas entre los que circulan datos, borradores de manuscritos y consultas (9)

Canales tradicionales. Las revistas científicas, los anales de reuniones científicas, y las actas de las academias son las principales fuentes de literatura primaria. En la actualidad, las revistas tienen la supremacía, habiendo asumido en gran parte una función que antes compartían con los boletines y otras publicaciones seriadas. Las actas de academias han perdido en gran parte la importancia que tenían en el siglo pasado.

De estos canales, proviene la mayor parte de la información proporcionada por los centros de documentación. Por un lado tenemos los servicios de compendios y de bibliografías, y de otro, las revisiones de literatura, monografías, e informes sobre "estado actual de la cuestión", todo lo cual se incluye bajo la denominación de literatura secundaria (11).

Canales informales. Muchos de los sistemas que han creado los científicos para comunicarse entre ellos se están institucionalizando, formando una corriente subterránea de información. Comprenden los informes técnicos de circulación restringida, las publicaciones, los compendios previos a reuniones, los grupos de especialistas, las separatas, etc. A pesar de su bajo volumen, pueden alcanzar importancia porque los autores los envían a aquellos colegas que se interesan directamente en el tema. Con las facilidades actuales de reproducción, algunos ejemplares escapan a esta corriente dirigida (accidentalmente o nó) y llegan a los servicios de documentación (9). En parte constituyen lo que estos servicios llaman "literatura no convencional".

Cooperación del usuario con el documentalista

A pesar del énfasis actual en la literatura no convencional, lo que se supone se acrecentará conforme los sistemas nacionales asuman la recolección de información

local, desearía hacer un llamado para que no se descuide el análisis de la literatura tradicional o convencional.

Es cierto que, en regiones como América Latina una gran proporción de las investigaciones no se publican formalmente y yacen en gran parte en archivos (1) de donde pueden sacarla a la luz los sistemas como AGRINTER. Pero también es cierto que las publicaciones convencionales, tales como las revistas científicas, contienen lo que es probable lo más importante de lo publicado en la región.

Por eso, el Consejo Internacional de Uniones Científicas (ICSU) (5) considera que los servicios de documentación y las revistas primarias deben mantener contactos y cooperación estrechos. Aquí se señala a los editores de las revistas primarias como representantes de los generadores de información.

En 1971, el ICSU auspició una reunión de trabajo en Orléans, Francia, para discutir los problemas de cooperación entre los dos sistemas. En forma preliminar, el Grupo de Trabajo enumeró algunos de los tipos de cooperación actualmente en existencia o capaces de desarrollo posterior.

De parte de los servicios de documentación.

Como parte de la administración de sus operaciones, los servicios de documentación preparan estadísticas y cierto tipo de información pertinente. Esto se está poniendo a disposición de los editores. La información incluye a) estadísticas sobre el número de artículos seleccionados de una revista por un servicio de documentación, en un período dado; b) el uso hecho de los compendios de los autores; si se cambian, o si se hacen nuevos compendios; c) estadísticas sobre la recuperación de artículos individuales, en aquellos servicios organizados para hacer esa búsqueda; d) ayuda en hacer índices de materias o de determinadas revistas o proveer

términos usuales para hacer índices; y e) notificación a los editores de errores científicos, técnicos y tipográficos descubiertos en el curso de procesar los artículos.

De parte de los editores.

La cooperación que se espera de los editores, como intermediarios entre los autores y los servicios de documentación, puede proporcionarnos algunas indicaciones sobre lo que pueden hacer los docentes y científicos en la formación de usuarios de la información.

La información que se espera de los editores es acerca de los cambios en orientación, política, nombre de publicaciones existentes; de la muerte de las publicaciones existentes, y del nacimiento de nuevas.

Los editores de las publicaciones primarias pueden ayudar a los servicios de información a mejorar la calidad, velocidad y amplitud de sus servicios: a) asegurándose que cada artículo (incluso comunicaciones cortas, notas y cartas al editor) lleven un compendio apropiado por el cual el editor se hace responsable; b) asegurándose que los títulos de los artículos sean breves pero significativos como para ser usados sin modificación por los servicios de documentación; esto es importante para servicios cuyos productos se basan solamente en los títulos; c) suministrando por vía aérea copias tempranas de la publicación; y d) criticando los compendios publicados por los servicios de documentación.

Las revistas primarias

Como vemos, el ICSU (5) considera a las revistas científicas como la base de un servicio de documentación. Por eso tiene importancia que los sistemas nacionales mantengan en sus colecciones el mayor número de ellas, de acuerdo con sus medios y la región en que están situadas.

Como no es posible ampliar las colecciones sino hasta cierto límite, es

necesario hacer una selección. Para esto es útil hacer evaluaciones de las revistas, basadas en la frecuencia con que se citan o en la intensidad con que son analizados sus contenidos por los servicios de bibliografías y de compendios (3,6,8,10). Esto puede permitirle al bibliotecario, por ejemplo, decidir que títulos de revistas deben contar con su preferencia.

A su vez, estos estudios provocan otros que sirven para darse cuenta de la situación de las distintas regiones en lo que se refiere a colecciones de revistas primarias. Un caso reciente es el estudio que hizo Lawami (10) sobre la literatura periódica sobre agricultura tropical. Basándose en sus estadísticas, se han hecho estudios sobre cuáles bibliotecas poseen en sus colecciones las principales revistas de agricultura tropical. Brennen (2) realizó una encuesta en 52 bibliotecas agrícolas de Estados Unidos, representativas de los 50 estados, más Puerto Rico y la Biblioteca Nacional Agrícola, enviándoles una lista de las 50 revistas del reconocimiento de Lawami (10) de literatura primaria sobre agricultura tropical.

Los primeros lugares los ocuparon la Biblioteca Nacional Agrícola (100% de las 50 revistas), la Universidad de California-Berkeley (98,3%), la Universidad de Cornell (87,7%), la Universidad de Illinois-Urbana (82,6%), y la Universidad de Carolina del Norte-Raleigh (76,7%).

Utilizando la misma lista usada por Brennen (2), realizamos una encuesta entre 32 bibliotecas de América Latina y el Caribe, procurando tener representado el mayor número de países. De las 25 respuestas recibidas (78%), se eliminaron tres por haberse comprobado que eran bibliotecas especializadas (por ejemplo, en bosques tropicales) lo que no permitía compararlas con las otras. Los resultados de la encuesta, que se presentan aquí por primera vez, figuran en los Cuadros 1 y 2.

Se puede decir que las bibliotecas incluídas tienen buenas colecciones de revistas de agricultura tropical, si se tiene en cuenta que la lista incluye a Chile y Argentina, que no son tropicales, y una biblioteca de Costa Rica que no es agrícola sino general. En Estados Unidos, el 50 por ciento de las bibliotecas encuestadas tenía más del 50 por ciento de los títulos de las primeras revistas tropicales. En América Latina, en cambio, el 54,5 por ciento de las bibliotecas encuestadas tenía más del 50 por ciento de los títulos. Los resultados son pues, similares.

La importancia de estos cuadros estriba en que pueden permitir a los bibliotecarios nacionales conocer que revistas importantes de agricultura tropical les faltan en sus colecciones. También, basándose en estas cifras, se pueden llegar a acuerdos entre bibliotecas cercanas para distribuirse los títulos e incrementar las colecciones de ese país.

Papel del docente y del científico en la formación del usuario

De lo que hemos expuesto hasta aquí se desprenden algunas indicaciones sobre el papel del profesor y del científico en la formación de usuarios de la información. Agregaremos algunas más también.

Al futuro usuario hay que acostumbrarlo desde muy temprano a buscar eficientemente la información. Que descubra por sí mismo para todo lo que puede servir una biblioteca. Que aprenda a tomar sus apuntes y referencias en forma que le sea fácil usarlos en cualquier momento. Que sepa organizar esa información recogida. Que se ejercite en transformar los hechos en palabras. Que aprenda a presentar sus resultados en forma clara, breve y exacta. En una palabra, que sepa ser un generador de literatura primaria al mismo tiempo que un usuario de la literatura secundaria que le proveen los centros de documentación.

En este cometido, el papel de los docentes y de los científicos, al lado de los cuales se forma el usuario, es claro. Varias de las formas que toma esta labor

se pueden agrupar de la manera siguiente.

Cursos de uso de la literatura científica. Estos cursos se dictan en muchas facultades de agronomía del hemisferio. Los pueden dictar los bibliotecarios o los científicos que incorporen en sus cursos regulares, o en cursos especiales de redacción técnica, clases sobre uso de la biblioteca. El aprendizaje se facilita con un plan de ejercicios variados que toquen las diversas clases de trabajo en biblioteca.

Cursos de redacción técnica. Estos cursos casi no existen en la América Latina al nivel de pregrado, aunque en los programas de posgrado se consideran en la mayoría de los casos. El IICA los instituyó al crear la primera Escuela de Graduados en Turrialba. Los cursos han incluido trabajos de práctica y discusiones en grupo para ejercitar al estudiante en las normas de estilo de los escritos científicos.

La utilidad de estos cursos para el documentalista es obvia. El estudiante que haya seguido un curso de estos o que haya pasado por el proceso editorial de alguna revista seria, tiene más probabilidades de producir un escrito cuyo análisis hará más fácil el trabajo del documentalista. Tendrá un título descriptivo, con las palabras claves necesarias, con un compendio bien organizado y con su bibliografía correcta.

Esto lo hice ver hace años en una Conferencia General de la FID, realizada en Río de Janeiro en 1960 (7). En la sesión sobre Información Científica destacué la importancia del adiestramiento de los técnicos latinoamericanos en la redacción de informes y artículos científicos para lograr una mejor presentación y facilitar su utilización por otros científicos y por los documentalistas y bibliotecarios. La Asamblea General acogió una propuesta que hice en el sentido de que se establecieran

cursos de redacción técnica en las facultades de agronomía.

Aprendizaje al lado del científico. Por último, tanto el docente como el científico pueden servir de guía al joven usuario cuando este colabore en investigaciones y, por ende, en la presentación de los resultados como coautor. Este trabajo de aprendizaje al lado del maestro tiene una tradición muy antigua, tanto en la vida académica, como en la gran artesanía artística de la Edad Media y del Renacimiento. No hay razón para que esta tutoría no se efectúe en la época actual.

RESUMEN

Es importante una comunicación eficiente entre usuarios y documentalistas. El usuario es a la vez meta a la que va dirigida la información y generador de información. La literatura primaria tradicional, representada principalmente por las revistas científicas, es todavía en las ciencias agrícolas latinoamericanas la principal fuente del material examinado y procesado por los centros de documentación. El papel del docente y del científico en la formación de usuarios se puede realizar mediante cursos de uso de la biblioteca, cursos de redacción técnica y el aprendizaje del joven al colaborar en las investigaciones de sus maestros.

ABSTRACT

Effective communication between the user and the documentalist is important. The user is at the same time the target towards which information is directed, as well as the generator of that information. Traditional primary literature, represented mainly by scientific journals, is still the principal source of agricultural sciences material in Latin America scanned and processed by the documentation centers. The role of the profesor and the scientist in information-user education can be fulfilled by giving courses on library use and technical writing, as well

Literatura citada

1. BLASCO, M. y GUERRA, G. Investigación agrícola y transferencia de tecnología en la Zona Andina, Maracay, Venezuela, 26 al 30 de mayo 1975.
In Reunión Técnica Regional sobre Transferencia de Tecnología Agrícola a los Productores. ed. Mario Blasco y L. Salinas. Lima, IICA, Serie Informes de Conferencias, Cursos y Reuniones N°83, 1977. pp 76-93.
2. BRENNEN, P. W. Documentation in the literature of tropical and subtropical agriculture . Special Libraries 65 (7): 263-271. 1974.
3. CAVE, R. Tropical agriculture citations. Quarterly Bulletin of the Association of Agricultural Librarians and Documentalists 8 (3): 163-169. 1963.
4. COONEY, SEAN y ALLEN, T. J. El comportamiento de los usuarios y las redes de comunicación: ampliando el alcance de la ciencia de la información. Turrialba, Costa Rica, AIBDA, Boletín Técnico N° 16. 1976. pp 11-15.
5. COOPERATION among editors. Paris, International Council of Scientific Unions Abstracting Board, 1972. 6 p.
6. GARFIELD, E. Journal citation studies. 26. Latin-American Journals Current Contents 37:5-11. 1976.
7. GORBITZ, A. Informe sobre el viaje a Río de Janeiro para asistir a la 26a Conferencia General de la Federación Internacional de Documentación, 22 al 30 de julio de 1960. Turrialba, IICA, 1960. 10p. (mimeografiado).
8. _____ Evaluación de revistas científicas latinoamericanas. Fitotecnia Latinoamericana 8(2): 23-29. 1972.
9. _____ Génesis y transmisión de la información científica. Desarrollo Rural en las Américas 7 (1): 66-74. 1975.
10. LAWANI, S. M. Publicaciones periódicas de agricultura tropical y subtropi-

cal. Boletín de la Unesco para Bibliotecas 26 (2): 91-109. 1972.

- 11 -

11. PASSMAN, SIDNEY. Scientific and technological communication. Oxford, Pergamon, 1969. 151 p.

**BIBLIOTECAS DE AMERICA LATINA Y
REVISTAS DE AGRICULTURA TROPICAL**

CUADRO I

No. Orden	Título de la publicación	Bibliotecas que las tienen	%	No. Orden IITA *
1	Turrialba	22	100.0	11
2	Journal of Agriculture of the University of Puerto Rico	22	100.0	21
3	Journal of Economic Entomology	21	95.5	4
4	PANS	20	90.9	10
5	Bragantia	20	90.9	15
6	Agronomia Tropical	20	90.9	19
7	Foreign Agriculture	20	90.9	29
8	Plant and Soil	20	90.9	30
9	L'Agronomic Tropicale	19	86.3	9
10	World Crops	19	86.3	7
11	O Biologico	18	81.9	27
12	Tropical Agriculture	17	77.3	14
13	Oleaginoux	16	72.7	3
14	Experimental Agriculture	16	72.7	9
15	Sugar y Azúcar	16	72.7	36
16	FAO Plant Protection Bulletin	16	72.7	38
17	Fruits, Fruits d'Outre-mer	16	72.7	15
18	Australian Journal Experimental Agriculture	14	63.6	13
19	Philippine Agriculturist	14	63.6	28
20	Rice Journal	14	63.6	33
21	Queensland Agricultural Journal	13	59.1	18
22	Queensland Journal of Agriculture and Animal Sciences	13	59.1	20
23	Indian Journal of Agricultural Science	12	54.5	1
24	Indian Farming	12	54.5	2
25	Sugar Journal	12	54.5	31
26	Coton et Fibres Tropicales	11	50.0	34
27	Café, Cacao, Thé	11	50.0	40
28	Israel Journal of Agricultural Research	11	50.0	48
29	Farming in South Africa	10	45.4	6
30	East African Agriculture & Forestry Journal	10	45.4	8
31	Philippine Journal of Plant Industry	10	45.4	50
32	Agricultural Gazette of New South Wales	9	41.0	22
33	International Rice Commission Newsletter	9	41.0	39
34	Current Science	8	36.4	47
35	Cahiers d'Agriculture Pratique des Pays Cauds	8	36.4	49
36	Riso	7	31.8	35
37	Japan Agricultural Research Quarterly	7	31.8	44
38	Cotton Growing Review			

**PRESENCIA EN BIBLIOTECAS AGRICOLAS DE AMERICA LATINA
DE LAS 50 PRINCIPALES REVISTAS DE AGRICULTURA TROPICAL**

CUADRO 2

Orden	Biblioteca	País	Nos. Revistas	%
1	University of the West Indies	Trinidad	45	90
2	IICA CIDIA	Costa Rica	43	86
3	Instituto Agronómico Campinas	Brasil	41	82
4	Centro Interamericano Agricultura Tropical (CIAT)	Colombia	34	68
5	Instituto Colombiano Agropecuario (ICA)	Colombia	33	66
6	Instituto Nacional Investigaciones Agrícolas (INIA)	México	33	66
7	IPAN, Belém, Pará	Brasil	30	60
8	ICA-BAC, Bogotá	Colombia	30	60
9	Biblioteca Nacional Agraria	Perú	30	60
10	Facultad de Agronomía, Buenos Aires	Argentina	29	58
11	CENIAP, Maracay	Venezuela	29	58
12	Escola Superior Agrícola "Luis de Queiroz", Piracicaba	Brasil	28	56
13	Universidade Rural Minas Gerais, Viçosa	Brasil	24	48
14	IPEAL, Cruz de Almas, Bahia	Brasil	23	46
15	Escuela Nacional Agricultura, Chapingo	México	21	42
16	Instituto Investigaciones Agropecuarias	Chile	18	36
17	Ministerio Asuntos Campesinos y Agropecuarios	Bolivia	15	30
18	Universidad de Costa Rica	Costa Rica	15	30
19	Facultad de Agronomía	Panamá	14	28
20	Facultad de Agronomía, Santiago	Chile	13	26
21	Escuela Agrícola Panamericana	Honduras	13	26
22	Universidad Católica	Chile	11	22

Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas

— San José, Costa Rica, 10 - 14 Abril, 1978 —

- SECRETARIA GENERAL
Biblioteca
Universidad de Costa Rica
Ciudad Universitaria
San Pedro de Montes de Oca
Costa Rica

- SECRETARIA DE AIBDA
c/o IICA CIDIA
Apartado 74
Turrialba, Costa Rica
C. I.2

EDUCACION CONTINUADA DE ESPECIALISTAS
EN INFORMACION AGRICOLA,
UNA RESPONSABILIDAD COMPARTIDA?



Por
Orlando Arboleda-Sepúlveda
Especialista en Información
y Documentación
IICA-CIDIA
San José, Costa Rica

5a. REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS
AGRICOLAS, San José, Costa Rica, 10-14 Abril, 1978

EDUCACION CONTINUADA DE ESPECIALISTAS
EN INFORMACION AGRICOLA.
UNA RESPONSABILIDAD COMPARTIDA?

Por
Orlando Arboleda-Sepúlveda
Especialista en Información
y Documentación
IICA-CIDIA
San José, Costa Rica

RESUMEN

Se analiza la situación de la educación continuada del especialista en información agrícola, dentro del marco de referencia de los elementos del proceso de la información tales como: el permanente crecimiento del conocimiento en las diferentes áreas agrícolas; los avances tecnológicos aplicados al manejo y explotación de la información agrícola; la comunidad de Usuarios agrícolas y la constante demanda de información para satisfacer sus cambiantes necesidades; la infraestructura integrada por las agencias o unidades de información las cuales deben enfrentar cambios en su organización y funciones; y el especialista en información, como elemento fundamental del proceso de la información, que debe recibir capacitación permanente para responder a los cambios continuos de todos los elementos del proceso de la información.

Se enumeran las actividades más corrientes de educación continuada, su grado de desarrollo y los organismos que han intervenido con mayor regularidad en este proceso.

Se señala que la educación continuada es una responsabilidad compartida y que el principio de la solución del problema está en el reconocimiento de esta responsabilidad por parte de los individuos e instituciones que conforman el ambiente inmediato de este proceso.

Se describe la experiencia del CIDIA en los últimos cinco años, aplicando el concepto de educación continuada al desarrollo de sistemas de información agrícola a nivel nacional y regional. Presenta los objetivos de su Programa Educativo, describe el tipo de capacitación y las estrategias seguidas para lograr su implementación y la participación de los países miembros del IICA en proyectos de educación continuada.

ORDEN DE LA EXPOSICION

	<u>Pág.</u>
I. <u>FUNDAMENTOS DE LA EDUCACION CONTINUADA DEL ESPECIALISTA EN INFORMACION AGRICOLA EN AMERICA LATINA</u>	1
- Presentación del Tema	1
- Naturaleza del Problema	2
- Justificación de la inversión en educación continuada	3
- La situación en relación con la formación profesional	5
- Manifestaciones de Educación Continuada	7
- Las alternativas y el reconocimiento de responsabilidades	13
II. <u>EL CONCEPTO DE EDUCACION CONTINUADA EN EL DESARROLLO DE SISTEMAS DE INFORMACION AGRICOLA: LA EXPERIENCIA DEL CIDIA</u>	15
- Coparticipación de organismos nacionales e internacionales	18
- Importancia y Naturaleza de este tipo de adiestramiento	19
- Metodología de los Cursos	22
- Sobre los participantes	24
- Cuerpo de Instructores	26
- Materiales de Enseñanza	27
- Descripción de los Cursos	28
- Fuentes Analizadas	33
- Cuadros	36

EDUCACION CONTINUADA DE ESPECIALISTAS
EN INFORMACION AGRICOLA.
UNA RESPONSABILIDAD COMPARTIDA?

I. FUNDAMENTOS DE LA EDUCACION CONTINUADA DEL ESPECIALISTA EN INFORMACION AGRICOLA EN AMERICA LATINA

Presentacion del tema

El trabajo que se me ha solicitado sobre capacitación permanente del especialista en información agrícola (*), está deliberadamente orientado a presentar los datos más significativos de la labor que ha desarrollado el IICA y AIBDA en este aspecto profesional. Esta orientación se debe a que estas dos organizaciones son las que han promovido este tipo de adiestramiento a nivel regional, principalmente durante los pasados 23 años, y han ejercido cierto liderazgo entre los países de la región.

La exposición del tema intenta poner en evidencia los elementos claves del desarrollo de actividades de educación continuada, presentando aspectos significativos de la labor desarrollada por el IICA y AIBDA y haciendo notar lo que aún falta por hacer para llegar a una etapa más avanzada de desarrollo en este tipo de capacitación.

Las ideas y hechos sometidos, ante los participantes en esta Reunión, ante los comentaristas y los lectores del presente trabajo, pretenden suscitar reacciones en cuanto a que emerjan alternativas que faciliten la implantación y mantenimiento de programas sólidos de capacitación, a varios niveles académicos, en diferentes áreas de especialización y con alcance nacional e internacional.

(*) Para efectos de esta presentación se designa con éste término a los especialistas que han intervenido en el desarrollo de la información agrícola y que se han conocido tradicionalmente con diversas denominaciones tales como: bibliotecarios, bibliotecarios especializados, bibliotecólogos, documentalistas, analistas de literatura, analistas de sistemas de información agrícola, especialistas en informática, especialistas en ciencia de la información, etc.

El trabajo en sí mismo no pretende dar soluciones absolutas, pero sí sugerir algunas ideas que podrían ser viables, en algunos de los países aquí representados, si en conjunto se responden las interrogantes planteadas y se prepara oportunamente un plan de acción.

Naturaleza del problema

El análisis de la situación de la información agrícola a nivel de América Latina y el Caribe ha sido una de las funciones básicas del IICA durante las últimas tres décadas. Por su parte también el IICA ha formulado, aplicado y sugerido soluciones que agilicen el desarrollo gradual de la información en diferentes países y a nivel regional. Estos estudios han reflejado cada vez la necesidad de establecer programas sistemáticos de formación y actualización del personal a diferentes niveles y en diferentes áreas de la información y documentación agrícola. (2, 17, 20, 23)

La revisión detenida de la literatura bibliotecológica y de la información agrícola relevante, de América Latina y el Caribe, revela solamente ejemplos esporádicos de esfuerzos nacionales o regionales insuficientes para lograr un avance sistemático y efectivo en la educación continuada de estos especialistas (5, 7, 21). El problema es de carácter regional y se hace necesario para su solución, que se identifique a quién corresponde y quién se debe hacer responsable por formular y mantener programas de educación continuada.

La literatura profesional de los Estados Unidos, países europeos y otros más avanzados en el área de la documentación e información, es abundante en el tema de educación continuada o permanente (6, 8, 9, 12, 14, 18, 19, 24, 26-29)

mientras que en nuestra región este tema es escasamente tratado. Esta circunstancia respalda la idea de que el tema ha recibido muy poca atención en la práctica.

Los países avanzados consideran el tema como uno de los problemas que merece atención prioritaria, mientras que los demás países parecieran no darle a la situación, la categoría de problema y mucho menos buscar con insistencia y decisión alternativas viables de solución.

Justificación de la inversión en educación continuada

Al analizar los elementos del proceso de la información agrícola se advierte un continuo cambio en cada uno de ellos y en sus interrelaciones así:

- a) El conocimiento, mantiene un crecimiento acelerado, proliferación de nuevas disciplinas e interconexión entre áreas. Así como el conocimiento avanza en cada disciplina, los usuarios de la información disponen de menos tiempo para manejar y aprovechar al máximo la literatura de su campo. Por lo tanto se espera que el especialista en información se mantenga al día con los avances de las áreas de sus usuarios y les facilite servicios eficientes de información.
- b) La tecnología aplicada al manejo y uso de la información. La multiplicación del conocimiento y la necesidad de que se haga uso eficiente de él, ha hecho necesaria la investigación y aplicación de nuevas técnicas y equipo moderno en el procesamiento y difusión de la información. El especialista en información que no dispone de métodos de estudio y aprendizaje, de un momento a otro verá superados sus conocimientos y se encontrará desempeñando cargos para los cuales no está preparado.
- c) Los usuarios. Cada día los diferentes grupos de usuarios agrícolas

requieren más información y generan otros tipos de necesidades de información que deben ser atendidas. El desempeño de sus funciones profesionales le demandarán mayor dedicación, debiendo delegar a otros su responsabilidad por la investigación bibliográfica y búsqueda de información, y el mantenimiento de registros actualizados con las fuentes de información que le son de mayor beneficio.

- d) Las instituciones o agencias de información. La evolución de colecciones de documentos funcionando individualmente, convertidas más tarde en bibliotecas de tipo nacional, luego en centros especializados de documentación agrícola, posteriormente la explotación compartida de recursos y división de responsabilidades entre varias instituciones; el funcionamiento e integración de redes y sistemas de información nacional e internacional; la modernización y aplicación de técnicas administrativas; hacen necesaria la utilización de equipo y materiales más sofisticados, así como la participación de personal altamente especializado en áreas que antes no eran de su interés personal ni de urgencia para satisfacer las necesidades de los usuarios.
- e) El especialista en información, requiere en la época actual una formación sólida y tener acceso a programas de educación continuada oportuna y adecuada a sus necesidades. Estas necesidades también cambiantes, influyen en el ejercicio de sus funciones y exigen que el especialista en información reciba instrucción permanente, a fin de que pueda enfrentarse a la naturaleza variable de los elementos del proceso de la información señalados anteriormente.

La situación en relación con la formación profesional

Excepcionalmente el profesional detecta durante sus estudios universitarios que le corresponderá desempeñarse en un centro especializado de información agrícola. De tal manera que con gran frecuencia este profesional egresa de la universidad sin haberse preparado para ejercer estas funciones especializadas. Aún en el caso de que supiera que su trabajo profesional será de tipo especializado, le es difícil tomar cursos apropiados, porque normalmente no se ofrecen en la intensidad necesaria en las escuelas de bibliotecología y ciencia de la información. Estudios de diagnóstico realizados en el campo de la información agrícola (2, 20, 23), revelan que un número significativo de quienes ejercen labores de documentación e información agrícola, requieren adiestramiento en áreas tales como: métodos de investigación; planeamiento de servicios; manejo de personal; administración; automatización de funciones y servicios; análisis de sistemas; métodos de enseñanza; indización; metodología de estudios de usuarios; elaboración y evaluación de proyectos de información; planeamiento financiero y presupuesto; técnicas de transferencia de información; comunicación, medios y tecnología; etc.

Lo más urgente en el proceso de la formación actual de los especialistas en información agrícola, es que los programas de estudio sean impartidos haciendo énfasis, en el hecho de que la profesión y las agencias de información ya no están orientadas a los meros procesos técnicos, ni al almacenamiento de documentos, sino a los servicios de difusión y a poner el conocimiento en acción.

Como complemento de la anterior situación, debemos hacer hincapié en que el establecimiento y mantenimiento de programas de educación continuada debe ser el instrumento indispensable para reducir las deficiencias de la educación universitaria y reforzar los estudios académicos con conocimientos más adecuados a la época y a la práctica de la profesión.

Es evidente que el profesor universitario de las escuelas de bibliotecología y ciencia de la información requiere también y con gran urgencia, una actualización permanente, pero sobre todo se ha identificado la necesidad de que además haga prácticas de adiestramiento en servicio en centros de documentación e información agrícola. De otro modo sus clases serán preparadas e impartidas dentro de un marco teórico poco acorde con la realidad y difícil de ayudar a sus alumnos a entender y resolver problemas prácticos. El profesor es responsable de impartir conocimientos actualizados y evitar la enseñanza de técnicas absoletas alejadas de los acontecimientos del momento. El profesor debe buscar y recibir el apoyo que le permita con alguna frecuencia renovar o revitalizar sus conocimientos de tal manera que no dé de beber a sus alumnos agua estancada.

El proceso de formación del especialista en información, ha estado expuesto a un influjo de doble naturaleza: por un lado, el concepto y métodos de enseñanza han cambiado y seguirán transformándose; por el otro lado, el concepto y los métodos de la profesión también han evolucionado y se han modernizado. La imagen del bibliotecario tradicional debe reajustarse a las demandas actuales del proceso de la información. La educación continuada debe ofrecer la oportunidad de incorporar los cambios en la práctica

profesional más bien que luchar contra esos cambios. Podríamos decir que la educación continuada es el elemento que mantiene viva la profesión. De otra manera estaría llamada a desaparecer frente a los cambios permanentes que todos estamos viendo, o ceder el campo a otros especialistas mejor orientados a resolver los problemas generados por el avance de la ciencia y la tecnología.

Es justo reconocer que tanto el profesor como el especialista en información deben contar con incentivos y reconocimientos de sus respectivas instituciones, los cuales le impulsen a aprovechar al máximo las oportunidades de educación continuada. Este es un tópico especial que podría en sí sólo dar material para una serie de conferencias. Por ahora sólo lo mencionamos por la importancia que tiene dentro de la formulación de proyectos de educación continuada.

La empresa de mantener programas de educación continuada, no es gratis, es una función que cuesta, que demanda el apoyo económico y moral de las instituciones relacionadas con el problema. Es una actividad costosa, pero que se convertirá en una catástrofe si no se inicia a tiempo o se refuerzan los recursos y los programas elementales ya existentes. Debido al alto costo de estos programas es que se hace más necesaria la coparticipación y el mutuo aprovechamiento de los pocos recursos disponibles y dispersos dentro de un país o en toda la región.

Manifestaciones de Educación Continuada

Las actividades más corrientes de educación permanente ocurren en las

siguientes condiciones:

- Las autoridades de las instituciones agrícolas con unidades de información, propician reuniones, grupos de discusión del personal, seminarios internos, equipos de trabajo para que analicen un problema dado y formulen soluciones. Este tipo de educación continuada puede ser programada y realizada con alguna frecuencia regular o en forma esporádica. Normalmente ocurre en instituciones agrícolas importantes cuyos directivos están concientes del problema de la información. Los tópicos de este tipo de seminarios encierran aspectos puros de información o áreas de interés general para el cumplimiento de los objetivos de la institución. En este caso último el tema es válido y de gran interés para el especialista en información, como funcionario responsable de poner el conocimiento en acción entre sus usuarios inmediatos.
- Cursos de extensión universitaria o de posgrado ofrecidos por las escuelas de bibliotecología y ciencia de la información. Este tipo de programa está siendo establecido gradualmente en las escuelas de mayor trayectoria en América Latina y el Caribe (4, 10, 16, 22). Sin embargo, aún no alcanzan a satisfacer en grado significativo las necesidades del especialista que se desempeña en instituciones agrícolas. Los cursos ofrecidos deben fortalecerse, ofrecer programas y métodos de valor práctico para este tipo de profesional. A este respecto el IICA ha hecho esfuerzos por establecer

convenios de cooperación para lograr que escuelas de bibliotecología ofrezcan cursos especializados en información agrícola, pero aún no se ha podido obtener una respuesta positiva y consolidar una acción de carácter regular. (17)

En este aspecto se debe señalar que por parte de los CONICITS ha habido en los últimos años, programas tendientes a apoyar personal nacional a seguir estudios de posgrado a nivel de maestría en los Estados Unidos, y a propiciar cursos cortos especializados a nivel nacional (10). Aún no podemos estimar el impacto que estos esfuerzos hayan dado o puedan dar en el futuro. Pero se puede catalogar esta acción como una experiencia digna de un fuerte apoyo de continuidad y tomarse en cuenta para la programación de actividades posteriores a nivel nacional en el área de la educación continuada de especialistas en información agrícola.

- Conferencias, reuniones, mesas redondas de carácter nacional e internacional. Este tipo de educación continuada, es una de las más corrientes, propiciada por las asociaciones profesionales (AIBDA y filiales en los países) con la cooperación del IICA y otros organismos nacionales e internacionales involucrados en el desarrollo del sector agrícola. Aunque estos eventos no se han celebrado con la frecuencia deseable ni en todos los países, se consideran como uno de los instrumentos que han contribuido más a la edificación personal y al avance colectivo de este ramo especializado de la información y documentación agrícola. Se ha evidenciado durante los últimos diez años un aumento en el entusiasmo personal por participar en estas reuniones, un incremento en el apoyo institucional y una mayor fuerza de integración de los elementos humanos que

se desempeñan en las diferentes áreas de la documentación e información agrícola. (Administrativas, técnicas, docentes y de investigación). La organización y celebración de esta 5a. Reunión de AIBDA dedicada a la formación profesional, es un buen ejemplo para ilustrar adecuadamente este último párrafo.

- Cursos cortos intensivos y especializados, adiestramiento en servicio, seminario/taller de trabajo. Este tipo de capacitación ha sido propiciado en su mayor porcentaje por organismos agrícolas nacionales e internacionales (Ver cuadro 1). En esto el IICA ha sido la institución líder en el diseño de programas, preparación de materiales, formación de instructores, promoción y apoyo a los organismos nacionales y canalización de recursos. Al momento de elaborar este trabajo no se identificó un esfuerzo continuado y sistemático de escuelas de bibliotecología y ciencia de la información, en ofrecer educación continuada a personal del campo agrícola.
- Instrumentos de apoyo a la educación continuada.
 1. Labor de promoción de este tipo de adiestramiento a altos niveles de decisión. A pesar de que no se ha conseguido el éxito deseable, se puede decir que se ha avanzado, así sea aisladamente, en algunos países. El IICA ha promovido y apoyado para que se ofrezcan cursos especializados e intensivos en instituciones claves del sector agrícola (Facultades de Agronomía, Ministerios de Agricultura, etc.) o de ciencia y tecnología (Consejos Nacionales de Ciencia y Tecnología - CONICITS o su equivalente). En realidad estos últimos son los que con mayor propiedad podrían desarrollar actividades de promoción y

apoyo a la educación continuada a nivel nacional. Su actividad ha sido notoria en los últimos cinco años en Colombia, Chile, México, Perú y Venezuela, en proyectos de capacitación y en lo que se refiere a apoyar la promoción, la creación o fortalecimiento de los sistemas nacionales de información agrícola.

2. Elaboración de manuales, guías, materiales de enseñanza, obras de referencia, etc. En este sentido el IICA ha trabajado incansablemente en la preparación de programas modelo de cursos para usuarios; cursos sobre tópicos específicos de la documentación agrícola; ejercicios programados; guías de indización, categorización y descripción bibliográfica; normas de estilo para la preparación de bibliografías, etc. (7) Por su parte el programa UNISIST de la UNESCO ha dedicado gran parte de sus recursos ha elaborar este tipo de materiales, los cuales pueden ser fácilmente adaptados al campo de la información agrícola en nuestra región. (15, 25, 29)
3. Fomento de la cooperación y capacitación recíproca. El IICA ha logrado que las instituciones de países cercanos que posean recursos significativos y capacidad para ofrecer adiestramiento en servicio individual o de carácter subregional, lo ofrezcan a aquellos que están en un grado de desarrollo más elemental. También ha fomentado el intercambio de instructores nacionales para participar en cursos celebrados en países vecinos. Estas son estrategias que están siendo aplicadas en forma creciente, especialmente durante los últimos cinco años, y de las cuales se

espera una mayor expansión en un futuro inmediato.

4. Literatura técnica. Este instrumento representado por colecciones de revistas profesionales, libros, informes técnicos, actas de conferencias, manuales, etc., pareciera ser el que debiera estar más al acceso del bibliotecario y en general del especialista en información. Sin embargo, esto está aún distante de ser cierto. AIBDA y el IICA han publicado y difundido este tipo de material, han promovido a otras instituciones para que también lo hagan, pero aún no es suficiente este esfuerzo. Desde luego que el aprovechamiento de la literatura depende en gran manera del interés de estos profesionales por obtenerla, consultarla y utilizarla para su mejoramiento profesional.

Los colegios o asociaciones profesionales deberían tener entre sus programas más importantes la creación y mantenimiento de colecciones especializadas en el campo de la documentación e información, así como servicios de diseminación selectiva de información para sus asociados, aunque sea en un grado inicial. Por su parte las instituciones claves del área agrícola deberían fortalecer la compra de estos materiales y facilitarlos a sus especialistas en información y documentación. La ausencia de fuentes de información y consulta regular en el área de la documentación e información, es una de las fallas más sensibles identificadas en un apreciable número de nuestros países, y sobre el cual debieran girar los programas que se propongan en el futuro para el mejoramiento y actualización profesional.

Las alternativas y el reconocimiento de responsabilidades

En la sección anterior de este trabajo se enumeraron las diferentes manifestaciones de educación continuada para el especialista en información agrícola y el grado de desarrollo que han alcanzado. No obstante que algunos organismos nacionales e internacionales se han ocupado de este aspecto, la verdad es que su acción ha sido insuficiente, y tampoco ha recibido esta iniciativa, un adecuado apoyo, seguimiento y contraparte de las autoridades correspondientes.

Cualquier modelo que se diseñe, o cualquier combinación de elementos que integren un programa de educación continuada, debe estar orientado a ayudar al profesional a aprender, no dentro de un programa de estudio orientado "hacia el contenido" en sí, sino más bien orientado "hacia el proceso". Este tipo de programa ofrecerá procedimientos y recursos para ayudar al profesional a captar información, comprensión, habilidades, actitudes y valores (13). Es importante establecer que el propio individuo, es el que en último caso decide cual es la orientación y modalidad de educación continuada que a él le satisface y le conviene, y también es él, quien determina si la recibe o no. No obstante, el ambiente profesional, laboral y académico debe ofrecer al individuo orientación y apoyo en forma permanente. De esto se deduce que la educación continuada es una responsabilidad compartida y que su formulación, puesta en marcha y mantenimiento necesita el concurso proporcional de:

1. el especialista o el individuo mismo
2. las escuelas de bibliotecología y ciencia de la información
3. las instituciones nacionales que disponen de unidades o servicios de documentación e información
4. las asociaciones profesionales, nacionales e internacionales

5. la comunidad a la cual sirve este profesional
6. los organismos internacionales
7. las oficinas de gobierno relacionados con el mejoramiento profesional

Los organizadores de esta 5a. Reunión de AIBDA, han demostrado desde su planeamiento un interés particular en buscar la manera de que de este evento surjan inquietudes y propuestas muy concretas, que permitan crear o mejorar programas de educación continuada. Es por esta razón que en una forma muy especial se enfatizó y se propició la presencia de representantes de escuelas de bibliotecología y ciencia de la información; directivos de instituciones de investigación, enseñanza y desarrollo agrícola; usuarios de la información agrícola; especialistas en las distintas áreas de la información; líderes nacionales en la promoción y operación de centros y subsistemas de información agrícola en los países, etc. Para la Asociación y para cada miembro de AIBDA será un gran logro que esta responsabilidad compartida de permitir el aprendizaje continuado, se cristalice en proyectos nacionales y multinacionales a un corto plazo.

Es de advertir que existen en nuestros países, recursos y posibilidades de avances en el área de la educación continuada. Tal vez se pudo llegar más lejos si no existiera una gran dispersión de esfuerzos y recursos aún dentro de un mismo país. Si la profesión, sus miembros en particular y todas las demás agencias involucradas están interesadas en asumir la responsabilidad por solucionar el problema de la educación continuada, debería empezar por buscar las respuestas a las siguientes interrogativas básicas y luego traducir sus respuestas en planes de acción especialmente a nivel local y nacional:

- Si convenimos en que la educación continuada es una responsabilidad compartida, por qué no se busca la coordinación en el diseño y ofrecimiento de programas?
- Por qué no se establecen o fortalecen mecanismos de cooperación entre los organismos nacionales e internacionales que les permitan emplear mejor los recursos disponibles?
- Por qué no se constituyen los vínculos necesarios para facilitar que se compartan las distintas experiencias de aprendizaje formal e informal entre los organismos agrícolas y las escuelas de bibliotecología e información?
- Por qué las asociaciones profesionales no establecen acuerdos con las oficinas de gobierno y con agencias internacionales financieras para fomentar y apoyar proyectos de educación continuada a nivel nacional y regional?
- Por qué no se fomenta el intercambio de personal entre instituciones de enseñanza y personal que ejerce la profesión en instituciones agrícolas?
- Por qué no hay suficientes esfuerzos de cooperación en la producción y difusión de la literatura profesional?

II. EL CONCEPTO DE EDUCACION CONTINUADA EN EL DESARROLLO DE SISTEMAS DE INFORMACION AGRICOLA: LA EXPERIENCIA DEL CIDIA

El concepto de Educación Continuada adoptada por el Programa Educativo del CIDIA fue acentuado a partir de 1973, concientes de la responsabilidad de este organismo en su carácter de Centro de Apoyo a los países miembros del IICA y como Centro Coordinador del AGRINTER, que recién entraba a su etapa de promoción e implementación.

El establecimiento de un sistema regional, integrado por componentes nacionales implicaba contar con recursos humanos en los países con suficiente capacidad para promover, planear y poner en marcha los sistemas o servicios nacionales de información agrícola. El conocimiento sobre los países adquirido mediante estudios de diagnóstico, reuniones, misiones de asistencia técnica, estadías de actualización de personal nacional en el IICA-CIDIA, reveló que era necesario diseñar y ofrecer cursos sobre tópicos específicos relacionados con la implementación del AGRINTER y el AGRIS. En esta base se celebró un primer Seminario Interamericano sobre Avances en Documentación Agrícola. Este fué realizado en la Sede Central del IICA-CIDIA en Costa Rica, con una duración de cuatro semanas (27 de agosto - 21 de septiembre, 1973). Participaron en este Seminario 35 Especialistas en Documentación e Información de Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, Guatemala, Honduras, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. De estos 35 especialistas participaron 15 como estudiantes y 20 en calidad de conferenciantes e instructores.

El Seminario fue de carácter intensivo y se orientó a proveer actualización en técnicas de documentación a directivos de Centros de Documentación y Bibliotecas. Por otro lado se hizo énfasis en promover la participación activa de los países representados en los Sistemas AGRINTER y AGRIS. La teoría y las prácticas de laboratorio se planearon y ofrecieron en relación con el desarrollo de estos dos Sistemas.

La evaluación de este primer seminario especializado dió como resultado un

fuerte apoyo al diseño de cursos posteriores en áreas específicas indispensables para la implementación del Sistema AGRINTER. Estas áreas son:

- a) Metodología de los Sistemas de Información AGRINTER y AGRIS
- b) Administración de Sistemas de Información Agrícola
- c) Elaboración de Proyectos de Información (Este se ha ofrecido sólo en carácter introductorio dentro del curso de administración. Se planea ofrecerlo independientemente en fecha próxima).

La descripción de estos cursos se ofrece más adelante. Véase cuadro 1, sobre la secuencia y alcance de los cursos ofrecidos a nivel nacional y regional. El cuadro incluye cursos especializados intensivos y seminarios cortos de carácter promocional.

Además de los cursos formales programados, el CIDIA ha ofrecido adiestramiento en servicio individual durante los últimos tres años a 25 funcionarios nacionales en aspectos relacionados con el AGRINTER y el AGRIS.

En 1973 sólo se ofreció un curso a nivel regional y con carácter promocional a fin de que los países iniciaran o fortalecieran y orientaran sus programas de capacitación.

A partir de 1974 se ofrecieron cursos en los países con apoyo del IICA, relacionados con el tema de la Metodología y Administración de Sistemas de Información y su integración en el AGRINTER y el AGRIS según lo revela el cuadro 2. La interpretación de los cuadros dos y tres, revelan una curva ascendente

hasta 1975, debido a que se multiplicaron los cursos en los propios países. Aunque se sigue ofreciendo adiestramiento en el CIDIA a nivel regional, se fortalece la promoción y apoyo a la realización de cursos nacionales. Se espera que para 1978 los programas de educación continuada alcancen mayor solidez, sistematización y menor grado de necesidad de ayuda externa, no sólo en la capacitación, sino en el desarrollo y consolidación de los subsistemas nacionales de información agrícola.

Coparticipación de organismos nacionales e internacionales

La iniciativa del IICA/CIDIA ha recibido apoyo, aunque no sistemático, de otros organismos involucrados en el desarrollo del sector agrícola de América Latina y el Caribe. Tales como el Centro Coordinador del AGRIS/FAO; IDRC del Canadá; USAID/ROCAP y algunas instituciones nacionales. Ultimamente se están haciendo los trámites regulares oficiales para ofrecer una serie de estos cursos dentro de un proyecto conjunto IICA-CIDIA/OEA - Programa de Desarrollo de Bibliotecas y Archivos el cual entraría en vigencia a partir de 1978. El aporte que ha recibido el Programa Educativo del CIDIA ha sido mediante becas o por la participación de especialistas de otros organismos para dictar algunas conferencias durante la realización de los cursos. Por otro lado en un esfuerzo conjunto del IDRC, Canadá, el Centro Coordinador del AGRIS/FAO en Roma y la Unidad de Entrada de Información del INIS en Viena han facilitado el adiestramiento del personal profesional del CIDIA en aspectos específicos del desarrollo de Sistemas Automatizados. A su vez han posibilitado que algunos de sus especialistas dieran asesoría directa al CIDIA en las etapas de planeamiento y análisis de sistemas automatizados. Todo esto ha permitido una capacitación permanente del personal profesional del Centro

Coordinador del AGRINTER, el cual a su vez revierte sus conocimientos en el adiestramiento continuo del personal de los Centros Nacionales de Enlace de América Latina y el Caribe.

Importancia y naturaleza de este tipo de Adiestramiento

Era necesario que los países participantes en el AGRINTER obtuvieran a plazo casi inmediato, la capacidad para responsabilizarse de la elaboración del insumo de la información producida a nivel nacional; y participar activamente en el planeamiento y operación de subsistemas nacionales de información agrícola. Este sería uno de los primeros pasos hacia el establecimiento de las bases de los subsistemas nacionales y su integración en el sistema regional y mundial. En ese momento ninguna de las instituciones nacionales contaba con los recursos y motivación necesarios para emprender acciones de capacitación a nivel local o nacional. De esta forma el CIDIA como Centro Coordinador del AGRINTER tomó la responsabilidad de iniciar estas funciones de capacitación.

Estetipo de adiestramiento intensivo desarrollado por el CIDIA es muy singular, en cuanto a que está promoviendo y participando en la capacitación de personal que ningún otro organismo nacional e internacional esta activando en forma sostenida. Por otro lado, los cursos se están ofreciendo tanto a nivel regional, como nacional promoviendo también la capacitación recíproca entre dos o más países. Otra de las características es la de formar inicialmente el personal que más tarde participará en la enseñanza a otros en su propio país.

Para diseñar el programa y contenido de los Cursos se pensó en tres objetivos primordiales:

- 1) Capacitar personal de Instituciones Agrícolas claves cuyas autoridades se comprometieran a dar todo el apoyo para que a su regreso participaran en forma activa en la elaboración del Insumo de Información
- 2) Formar personal que asumiera la responsabilidad de desarrollar cursos a nivel nacional
- 3) Concientizar y adiestrar funcionarios nacionales que tomaran liderazgo y canalizaran recursos y apoyo a la planificación, puesta en marcha y operación de centros o sistemas nacionales de información agrícola.

Una de las características relevantes del adiestramiento es que tenía que ser de corta duración y muy intensivo para poder lograr cuanto antes la participación activa de los países. En este sentido se pensó que para estos primeros cursos, dos semanas serían muy cortas y cuatro semanas presentarían inconvenientes para funcionarios nacionales con compromisos en sus instituciones y que normalmente no cuentan con suficiente personal que los pueda reemplazar en ausencias prolongadas. Un período de tres semanas de adiestramiento intensivo fue lo que se encontró más adecuado para estos primeros cursos, aunque los últimos dos cursos regionales se redujeron nuevamente a dos semanas cada uno.

Otra consideración especial que hubo necesidad de hacer, fue la Metodología

como:

- 1) contactos con las autoridades nacionales claves del sector agrícola para lograr su apoyo a la realización de cursos a nivel nacional
- 2) diseño de programas de cursos
- 3) apoyo técnico para la realización de actividades de capacitación
- 4) canalización de recursos
- 5) suministro de materiales de enseñanza
- 6) visitas de asistencia técnica
- 7) planeamiento y organización de seminarios y cursillos especializados
- 8) elaboración de proyectos financiables de educación continuada para someterlos a organismos nacionales e internacionales
- 9) solución de problemas técnicos, por correspondencia, circulares y boletines técnicos.

Metodología de los Cursos

Los métodos de enseñanza utilizados con mayor frecuencia, en forma única o combinados fueron:

- Conferencias teóricas:

Los conferenciantes distribuyeron copias de sus exposiciones o esquemas de las mismas, de tal manera que el participante pudiera seguir las ideas del expositor. (Profusa utilización de tableros, portafolios, diapositivas, retroproyectores de transparencias, material gráfico ilustrativo).

- Grupos de discusión

Cuidadosamente seleccionados a fin de lograr una verdadera integración y la mejor manera de intercambiar o ampliar los conocimientos. Por lo menos uno de los más experimentados de todo el grupo participaba como líder en cada

uno de los grupos pequeños. Particularmente para ayudar en la discusión y asimilación de los tópicos más novedosos o complicados.

En algunos casos se organizaron paneles de discusión con la presencia de especialistas invitados para profundizar en temas, los cuales no era apropiado incluirlos en el programa de las conferencias regulares. Ejemplo: presentación y discusión de sistemas nacionales de información; estudio de sistemas sectoriales de información, métodos de indización, etc.

La efectividad de este tipo de cursos en la forma que se ha ofrecido en el CIDIA, se comprobó que es mayor cuando el grupo está integrado por un número no mayor de 25 participantes. De esta manera se integra mejor el grupo, favorece el intercambio de experiencias y el instructor puede dar una mayor atención a la solución de problemas individuales.

- Ejercicios y experiencias:

Se consideró importante para acelerar el aprendizaje, involucrar a los participantes en el desarrollo de trabajos prácticos y ejercicios en grupo e individuales. Estos ejercicios se presentaron y complementaron las exposiciones teóricas siguiendo el método de enseñanza programada o resolviendo preguntas utilizando las lecturas asignadas, los instrumentos de trabajo del AGRINTER/AGRIS, y otros materiales diseñados para el Curso.

En este tipo de cursos intensivos se ha recomendado a los expositores la preparación de ejercicios programados y la asignación de lecturas básicas los cuales se deben realizar en horas fuera del programa y se consideran

como un complemento a la enseñanza impartida por el conferenciante y componente esencial del programa del Curso.

Dentro de las experiencias prácticas se formaron grupos de trabajo especialmente para discutir las diferentes secciones de los instrumentos de trabajo del Sistema. Se considera este procedimiento uno de los más adecuados para transferencia de habilidades sobre temas nuevos. De efecto muy positivo cuando el grupo se compone de personas de un mismo país y se tratan problemas de carácter local.

- Demostración de ejemplos prácticos:

Esto se logró mediante la observación de métodos y experiencias llevadas a cabo en instituciones que trabajan sobre temas relacionados con los objetivos del Curso, tales como centros de documentación, instalaciones y equipo automatizado, proyectos en desarrollo, etc.

- Introducción al Curso:

Esta sección es particularmente útil porque comprende una presentación y explicación de los objetivos del Curso, el contenido de cada tema del programa y la metodología a seguir durante el desarrollo del mismo y los métodos de evaluación a ser utilizados. La introducción incluye la presentación de cada uno de los participantes y de los conferenciantes a fin de facilitar desde el comienzo la integración del grupo.

Sobre los participantes

Gran parte del éxito del adiestramiento depende de las características de los

participantes. Por ésta razón se tomaron las medidas necesarias para que asistieran a estos cursos funcionarios que pertenecieran a instituciones representativas del sector agropecuario y que ofrecieron apoyo a la realización de proyectos de documentación e información y preferentemente con responsabilidad en procesamiento técnico de documentos (catalogación, clasificación, indización, codificación, etc.) con una experiencia mínima de tres años. También se exigió un título profesional o capacitación equivalente. Además del dominio del español se solicitó que los participantes tuvieran conocimientos que les permitieran leer en el idioma inglés.

Para los cursos de administración se integraron funcionarios que estaban desempeñando posiciones de liderazgo en proyectos de información a nivel nacional e institucional, a fin de que captaran la importancia y magnitud del establecimiento de un sistema nacional y su integración a nivel regional, y posteriormente sirvieran como instrumento de apoyo a las bibliotecas y centros de documentación especializada.

Siendo cursos cortos, intensivos y con objetivos muy precisos a ser cumplidos a plazo inmediato, se consideró que con los requisitos antes mencionados, los participantes podrían:

1. Asimilar con mayor rapidez y facilidad el contenido del Curso
2. Enriquecer las discusiones e intercambio de experiencias entre instructores y participantes acelerando así el proceso de aprendizaje
3. Garantizar o fortalecer su liderazgo en el campo de la documentación e información al regreso a su institución e involucrarlo en el proceso de creación del Subsistema Nacional

4. Aportar sus conocimientos al desarrollo de instrumentos de trabajo del Sistema Nacional y su integración con el Sistema Regional - AGRINTER
5. Participar activamente en la capacitación de personal en su propia institución o país en la metodología de estos dos sistemas
6. Convencer a las autoridades nacionales de la necesidad de dar apoyo institucional y canalizar recursos para el establecimiento y operación del sistema nacional de información agrícola

El proceso de selección de los aspirantes a los cursos tuvo su origen primeramente en la designación de los Centros de Enlace del AGRINTER en los países, los cuales necesariamente tenían que capacitar su personal y el de otros Centros Cooperantes a nivel nacional para garantizar su participación activa en el Sistema.

El mecanismo de selección de los participantes ha funcionado utilizando los canales e infraestructura del IICA. Las Direcciones Regionales y Oficinas Nacionales del IICA participan en la promoción del Curso, contactos con las autoridades del Sector Agrícola, canalización de formularios de solicitud de admisión y beca a los candidatos, asignación de recursos financieros, agilización de los trámites necesarios previos al adiestramiento y apoyo a acciones de continuidad.

Cuerpo de Instructores

Basicamente el grupo de instructores se formó mediante una capacitación inicial que recibió el personal profesional del IICA-CIDIA de parte de especialistas que diseñaron e implementaron la metodología del INIS y el AGRIS.

Posteriormente el equipo del CIDIA trabajó en la adaptación, traducción y creación de instrumentos de trabajo para el AGRINTER. Con esta capacitación y la experiencia en el ofrecimiento de cursos intensivos en documentación agrícola a nivel regional, el CIDIA se responsabilizó de ofrecer los cursos sobre metodología y desarrollo del AGRINTER. El grupo de instructores ha sido reforzado con especialistas de campos muy específicos en el área de la automatización, indización, administración a fin de ofrecer un programa más compacto y adecuado a los objetivos del adiestramiento.

Las asignaturas básicas han sido impartidas por funcionarios con estudios universitarios y de posgrado a nivel de maestría en el campo de la documentación e información, adiestramiento intensivo y experiencia en la Metodología del AGRINTER y el AGRIS y en procesamiento técnico de documentos. El ciclo de conferencias complementarias se ha asignado a especialistas o consultores en sus áreas específicas de análisis de literatura, áreas de computación, administración, etc. El equipo de instructores ha sido, en su mayoría, parte del personal profesional de distintas unidades del IICA.

Una de las características importantes del grupo de instructores es que ha sido integrado por personal que está realizando actividades en las diferentes áreas del desarrollo de sistemas de información. Esta circunstancia les permite transferir conocimientos actuales derivados de la experiencia actual y no meramente de conceptos teóricos.

Materiales de enseñanza

Los objetivos específicos del adiestramiento requieren que se seleccionen y elaboren los materiales de enseñanza que permitan lograr esos objetivos. Los

documentos básicos del adiestramiento son los instrumentos de trabajo de los Sistemas AGRINTER y AGRIS, los cuales encierran las guías, manuales, fórmulas, medios de entrada de información, etc. Este material se complementa con lecturas básicas relacionadas con el desarrollo y operación de los Sistemas de Información Agrícola.

Cada instructor elabora sus ejercicios, materiales especiales e instrucciones programadas, así como lecturas adicionales que complementan el aprendizaje. Un juego de materiales básicos en el proceso de elaboración del insumo de información es entregado a cada participante para su uso durante el adiestramiento y a su regreso al país.

Descripción de los Cursos

A. "Metodología de los Sistemas de Información AGRINTER y AGRIS"

Objetivos de este curso

1. Dar a conocer la metodología de los Sistemas de Información Agrícola a funcionarios de instituciones representativas del sector agrícola.
2. Enseñar la utilización de los instrumentos desarrollados para la operación del AGRINTER y su integración en el AGRIS
3. Asegurar su participación en la elaboración y actualización de instrumentos y documentos de trabajo a nivel nacional e internacional
4. Ofrecer alternativas y criterios para el planeamiento y organización de los centros nacionales del AGRINTER
5. Lograr la participación activa de los países del hemisferio en las actividades de los sistemas nacionales e internacionales de información agrícola.

Aspectos desarrollados dentro del Programa

- SISTEMAS DE INFORMACION AGRICOLA, concepción y desarrollo, estructuras, funciones, objetivos (referencia especial a AGRIS, AGRINTER, Subsistemas Nacionales)
- METODOLOGIA DE LOS SISTEMAS DE INFORMACION
- ESTRATEGIAS DE IDENTIFICACION, SELECCION Y ADQUISICION DE documentos para los sistemas AGRINTER y AGRIS
- VOCABULARIOS Y TESAUROS, desarrollo, características, utilización
- DISEMINACION SELECTIVA DE INFORMACION, introducción, objetivos, construcción de perfiles de interés, descripción de algunos servicios en Brasil, Canadá, Estados Unidos; bases de datos de interés en Agricultura.
- NORMAS PARA ESTABLECER CENTROS NACIONALES de insumo de información y su integración en los sistemas AGRIS y AGRINTER
- PRINCIPIOS DE INDIZACION Y RECUPERACION de información
- CATEGORIZACION DE MATERIAS, esquema de categorías y notas de alcances, códigos de objeto (plantas, animales utilizados por el hombre, alimentos), códigos geográficos, elaboración y utilización de fuentes e instrumentos en la categorización (índices, glosarios, diccionarios, tesauros, terminologías, etc.)
- DESCRIPCION BIBLIOGRAFICA, operaciones de selección, definición y división de unidades bibliográficas, utilización de los números o campos en el registro de datos en los medios de entrada del Sistema, pautas a seguir en la compilación de los datos, material e instrumentos auxiliares utilizados en la labor de descripción bibliográfica (normas, guías, manuales, etc.), aplicación de métodos automatizados aplicados en las diferentes fases de la elaboración del insumo: medios de entrada, hojas codificadas, hojas OCR, tarjetas perforadas, cintas magnéticas.

- PROCESOS AUTOMATIZADOS, en la elaboración del insumo, control de la producción preparación del Índice Agrícola y otros servicios de los Sistemas AGRINTER y AGRIS.

B. "Administración de Sistemas de Información Agrícola"

Objetivos de este curso

El objetivo principal del Curso es el de capacitar personal directivo de los países participantes en el AGRINTER, sobre los conceptos modernos de la Administración de Sistemas de Información Agrícola. El contenido de este adiestramiento se orienta a ofrecer los principios básicos y técnicas actuales aplicadas en la administración pública, la dirección de empresas y la industria, consideradas de utilidad para el manejo de sistemas de información. Este adiestramiento permitirá colaborar con los países en administrar eficientemente y aprovechar mejor los recursos económicos, técnicos, humanos y de documentación y lograr una mayor participación en el desarrollo y manejo de sistemas nacionales de información agrícola, su integración al Sistema Regional (AGRINTER) y su interacción con el Sistema Mundial (AGRIS).

Aspectos considerados dentro del programa

I. Planeamiento y Desarrollo de Sistemas de Información

- Sistemas Nacionales de Información: planeación, diseño, análisis
- Sistemas Nacionales e Internacionales de Información Agrícola; concepción estructura, funciones. (Referencia especial al AGRIS, AGRINTER y Subsistemas Nacionales)
- Metodología de los Sistemas AGRINTER y AGRIS; organización institucional para la elaboración del insumo y utilización de la información.
- Preparación y evaluación de proyectos; técnicas aplicadas a proyectos de Sistemas de Información

II. Análisis de Sistemas de Información

- Concepto de Sistemas en la Administración de la Información: análisis, diseño, mantenimiento, evaluación

III. El Proceso de la Administración y manejo dentro de los Sistemas de Información

- Planeamiento y organización; estructura y diseño de la organización; administración por objetivos; procesos de toma de decisiones; el proceso de la comunicación dentro de la organización; aspectos financieros y control presupuestario.

IV. Impacto de la Tecnología sobre los Sistemas de Información

- Problemas administrativos derivados de la innovación, cambio y desarrollo tecnológico.

V. Profesionalismo en el campo de la Información

- El especialista en la ciencia de la información; capacitación; liderazgo, profesionalismo.

C. "Elaboración de Proyectos de Información Agrícola"

(Curso propuesto para fecha próxima. El tema se ha ofrecido a nivel introductorio dentro de los cursos de Administración).

Justificación de este Curso

- a. A través de la acción del IICA en el desarrollo de sistemas y servicios de información agrícola en los países miembros, se ha identificado la necesidad de personal capacitado en el planeamiento de sistemas, canalización y

gestión de recursos económicos, técnicos y humanos necesarios para la operación de sistemas de información.

- b. La elaboración y presentación oportuna de buenos proyectos de información es indispensable para lograr el apoyo oficial y económico de los sistemas de información. Este respaldo financiero puede conseguirse de fuentes nacionales o de organismos internacionales
- c. Se considera que la capacitación en el área de elaboración de proyectos es un complemento indispensable para los programas de educación continuada que se visualicen en el futuro inmediato a nivel nacional e internacional.

Objetivos del Curso

El objetivo principal de este curso es el de capacitar a un alto nivel operativo, a funcionarios nacionales en el área de preparación, evaluación y manejo de proyectos de inversión en información agrícola. El adiestramiento permitirá desarrollar en los participantes habilidades que les ayuden a aplicar apropiadamente las técnicas y conocimientos adquiridos. A través del Seminario se estimulará el sentido de trabajo en equipo y la necesidad de la capacitación continuada en el área de su especialización. Se pretende lograr con este tipo de seminarios contribuir a fortalecer la capacidad de las instituciones del sector para generar y ejecutar proyectos de información basados en sólidos criterios técnicos y económicos.

Aspectos a desarrollar dentro del Programa

I. Concepto de Sistemas de Información

- Planeamiento, diseño, implantación
- Organización y Manejo de Centros de Servicios
y Sistemas de Información

II. Elementos para la preparación de Proyectos de Inversión:

Principios Técnicos y Económicos aplicados en la formulación de Proyectos

III. Directrices para evaluar proyectos de Inversión desde el punto

de vista Empresarial: Reglas y procedimientos útiles en la medición del grado de rentabilidad del proyecto en función de los intereses de las entidades financieras y ejecutoras del Proyecto

IV. Manejo y control de Proyectos:

Bases teóricas y metodologías aplicadas a la planificación, programación, coordinación y control de las operaciones y de los recursos involucrados en la ejecución de proyectos: Teoría de Análisis de Sistemas; Toma de decisiones; PERT, CPM; Investigación Operativa; Procedimientos de supervisión.

FUENTES ANALIZADAS

1. ARBOLEDA-SEPULVEDA, O. Elementos para un curso sobre la Metodología de los Sistemas de Información AGRINTER y AGRIS. Turrialba, Costa Rica, IICA-CIDIA, 1975. 42 p.
"Presentado a la 7a. Mesa Redonda del AGRINTER, Maracay, Venezuela, 1975"
2. _____. Inventario de los Recursos Nacionales de Información y Documentación para su integración en el AGRINTER. Desarrollo Rural en las Américas (Costa Rica) 7(3): 286-304. 1975
3. _____. Programa de Educación Continuada en Desarrollo de Sistemas de Información Agrícola. Sometido al Programa de Desarrollo de Bibliotecas y Archivos de la OEA por el IICA-CIDIA. San José, Costa Rica, 1977. 10 p.

4. BARBERENA BLASQUEZ, E. Cursos de Post-Grado en Bibliotecología en México: un proyecto. IN Jornadas Mexicanas de Bibliotecología. 7a, Querétaro, 1976. México, D.F., 1976. 19 p.
5. BONFANTI, C. Formación y Capacitación de Bibliotecarios Agrícolas: Necesidades de Cooperación Internacional. IN World Congress of Agricultural Librarians and Documentalists, 3rd, Washington, D.C., 1975, proceedings. Oxford, IAALD, 1968. pp. 132-137
6. BOTTLE, R. T. Education for Information and Library Work. Aslib Proceedings 28(1): 22-29, 1976
7. CENTRO INTERAMERICANO DE DOCUMENTACION E INFORMACION AGRICOLA. Contribuciones del IICA a La Literatura de la Ciencias Agrícolas. IICA. Documentación e Información Agrícola No. 12 (Ed. Rev.), 1977. pp. 139-159 "Documentación, Bibliotecología, Sistemas de Información"
8. CESTAC, F. Exchange of Trainees and Training Programmes. IN International Conference on Training for Information Work. Rome, Nov. 1971. Proceedings. Rome, Italian National Information Institute. FID, 1972. pp. 86-92
9. CONROY, B. CLENE, a succes story. Library Journal. July: 1453-1455, 1977.
10. CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGIA. Estudio de Especialización y grado en Ciencias de la Información y Bibliotecología. México, D.F., CONACYT, 1976. 17 p.
11. GNANY, R. The need to Train Documentalists for the active participation of Developing Countries in International Information Networks. IN International Conference on Training for Information Work. Rome, Nov. 1971. Proceedings. Rome, Italian National Information Institute. FID, 1972. pp. 175-184
12. KIRK, G. A model for continuing Education for Special Librarians. Special Libraries, March: 138-144. 1976
13. KNOWLES, M. Human Resources Development in OD (Organization Development). Public Administration Review. 34:117. 1974
14. KORTENDICK, J.J. Continuing Education for Librarians. IN Borko, H. Targets for Research in Library Education. Chicago, ALA, 1973. pp. 145-172
15. LANCASTER, F.W. Directrices para la Evaluación de Seminarios. Reuniones de Trabajos prácticos y cursos de formación sobre Información y Documentación Científica y Técnica. París. UNESCO, 1975. 87 p.
16. LICEA DE ARENAS, J. Educación Bibliotecológica en México. IN Seminario sobre Educación y Adiestramiento. México, D.F., 1976. México, D.F., UNAM, 1976. 12 p.
17. MALUGANI, M. D. La Formación Profesional del Bibliotecario Agrícola. IN Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas, 2a, Bogotá, 1968. Actas y Trabajos presentados. Bogotá, AIBDA, 1968. Doc. 11.A.1 - 11.A.8

18. NELSON, J. A. Continuing Education. *Journal of Education for Librarianship*. 17(3): 185-187. 1977
19. NICHOLS, B. M. The Kansas City Story: Capital Recovery Through Continuing Education. *Library Journal*. July: 1456-1457. 1977
20. PAZ DE ERICKSON, A. M. Inventario de Recursos Humanos en la Docencia Bibliotecaria en América Latina. *IN* Mesa Redonda del Programa Interamericano de Desarrollo de Bibliotecas Agrícolas, 3a. Río de Janeiro, 1969. Documentos. IICA Bibliotecología y Documentación No. 18, 1970. pp. 48-59
21. _____ y ARBOLEDA-SEPULVEDA, O. Agricultural Libraries and the Spirit of Cooperation: A continuing Process. *IN* Symposium on International Agricultural Librarianship; continuity and change. Nov. 1977. National Agricultural Library. Beltsville, Maryland, 1977. 25 p.
22. RESTREPO DE GOMEZ, M. Informe sobre los Programas de Educación formal en Colombia. *IN* Seminario sobre Educación y Adiestramiento. UNESCO/FID, 1976. México, D.F., UNAM, 1976. 19 p.
23. RODRIGUEZ, J. I. Recursos Humanos en las Bibliotecas Agrícolas Brasileñas. *IN* Mesa Redonda del Programa Interamericano de Desarrollo de Bibliotecas Agrícolas, 3a., Río de Janeiro, 1969. Documentos. IICA. Bibliotecología y Documentación No. 18, 1970. pp. 65-68
24. ROWE, J. S. and GEDA, C. L. Training for the Professional Data Librarian. *Drexel Library Quarterly*. 13(1): 100-108. 1977
25. SAUNDERS, W. L. A comparative Analysis of UNISIST Short Courses. París, UNESCO, 1976. 26 p.
26. STONE, E. W. Continuing Library Education as Viewed in Relation to other Continuing Professional Education Movements. Washington, D.C. American Society for Information Science, 1974. 694 p.
27. WARD, P. L. Realization of Staff Potential ASLIB Proceedings. 28(11-12): 376-384. 1976
28. WASHTIEN, J. A guide for Planning and Teaching Continuing Education Courses. Washington, D.C., Continuing Library Education Network and Exchange, 1975. 61 p. (Elene concept paper No. 2)
29. WASSERMAN, P. Professional Adaptation: Library Education Mandate. *Library Journal* 1970: April, 1: 1281-1288
30. _____ and RIZZO, J. R. A Course in Administration for Managers of Information Services: Design, Implementation and Topical Outline. París, UNESCO, 1977. 79 p.
31. YOPO, B. Reflexiones para una Nueva Educación. IICA. Publicación Miscelánea No. 133. 1976. 29 p.

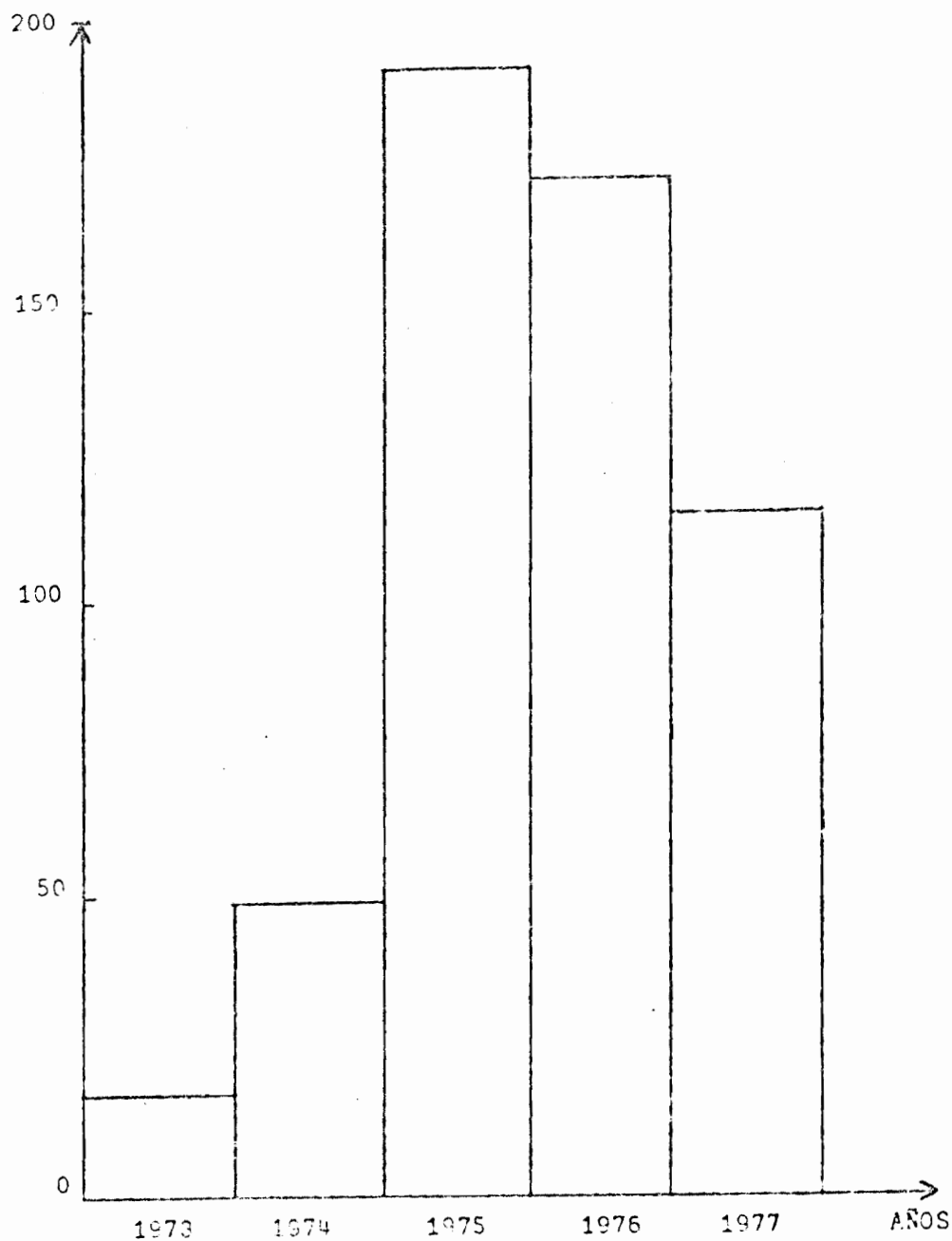
FECHA	PAIS	ALCANCE		TITULO	PARTICIPANTES
		NACIONAL	REGIONAL		
<u>1973</u>					
Agosto 17-Sept. 21	Costa Rica		X	I Seminario Internacional sobre Avances en Documentación Agrícola	15
<u>1974</u>					
Marzo 4-Mayo 31	México	X		Introducción a la Documentación Agrícola (con referencia al AGRINTER/AGRIS)	9
Nov. 4 - 6	Costa Rica		X	Coloquio sobre la Metodología de AGRINTER y AGRIS	13
Dic. 16 - 17	Colombia	X		Seminario sobre la Metodología del AGRINTER	28
<u>1975</u>					
Enero 24 - 25	Venezuela	X		Reunión del Subsistema Nacional de Información en Ciencias Agrícolas	12
Enero - Dic.	Costa Rica		X	Adiestramiento en Servicio. Metodología AGRINTER y AGRIS	11
Marzo 17-Abril 4	Costa Rica		X	XVIII Curso Interamericano en Documentación Agrícola: Metodología de los Sistemas AGRINTER y AGRIS	17
Junio 16 - 20	Venezuela	X		Instrucción sobre la Metodología de registro de Información Agrícola utilizada en los Sistemas AGRINTER y AGRIS	22
Junio 23 - 27	Ecuador	X		III Reunión Filial de AGRIS dedicada a la Metodología del AGRINTER	15
Julio 28-Agos. 2	Brasil	X		I Curso Nacional de Treinamento sobre registro de Datos Bibliográficos segundo Metodología AGRIS/AGRINTER	80
Agost. 25-Sept. 3	Chile	X		Curso sobre la organización de la Información Nacional y su integración en el AGRINTER	17
Nov. 10 - 15	Argentina	X		Curso Nacional sobre la Metodología del AGRINTER	21
<u>1976</u>					
Enero - Dic.	Costa Rica		X	Adiestramiento en Servicio. Metodología AGRINTER y AGRIS	8
Marzo 8-19	Brasil	X		Treinamento en Información Agrícola, TRIDA/EMEPAPA	40
Abril 19-Mayo 7	Costa Rica		X	XIX Curso Internacional en Documentación Agrícola: Administración Sistemas de Información Agrícola	21
Mayo 20 - 26	Paraguay	X		Curso sobre Metodología del AGRINTER	12
Junio 18 - 24	Colombia	X		Curso Nacional para Bibliotecarios Agrícolas: Metodología AGRINTER/AGRIS	20
Agos. 23-Sept. 4	Brasil	X		Curso de actualización para Bibliotecarios Agrícolas (incluyó Descripción Bibliográfica AGRINTER y AGRIS)	14
Agost. 28-Sept. 3	Chile	X		Curso de Organización de Centros de Documentación Agropecuaria y Metodología del AGRINTER	28
Oct. 18-22	Venezuela	X		Taller de Capacitación para Usuarios del CIMINCA (Metodología)	17
Oct. 4 - 7	México	X		Ciclo de Conferencias sobre los Sistemas de Información Agrícola AGRINTER y AGRIS, Colegio de Bibliotecología de la UNAM	9
<u>1977</u>					
Enero - Dic.	Costa Rica		X	Adiestramiento en Servicio Metodología AGRINTER/AGRIS	6
Marzo 7 - 25	Costa Rica		X	XX Curso Internacional en Documentación Agrícola: Metodología de los Sistemas AGRINTER y AGRIS	24
Mayo 9 - 18	Colombia	X		Curso Nacional sobre Adm. de Sist. Información Agrícola	29
Mayo 23-Junio 10	Perú	X		I Curso en Documentación Agrícola: Metodología de los Sistemas de Información AGRINTER y AGRIS	23
Oct. 24 - 28	Venezuela	X		III Seminario sobre la implementación del Subsistema Nacional de Información para las Ciencias Agropecuarias y su integración en el AGRINTER y el AGRIS (Metodología)	16
Oct. 24 - Nov. 29	México	X		Curso de Información Agrícola (Introducción a los Sistemas AGRINTER y AGRIS)	14
Oct. 31 - Nov. 4	Bolivia	X		Curso sobre la Metodología de los Sistemas AGRINTER y AGRIS	11
		20	8		552

Cuadro 1. EDUCACION CONTINUADA EN DESARROLLO DE SISTEMAS DE INFORMACION AGRICOLA - AGRINTER Y AGRIS. 1973-1977

	<u>1973</u>	<u>1974</u>	<u>1975</u>	<u>1976</u>	<u>1977</u>	<u>TOTAL</u>
ARGENTINA	1	-	25	1	-	27
BOLIVIA	-	1	-	1	12	14
BRAZIL	4	-	80	56	1	141
COLOMBIA	1	29	3	23	30	86
COSTA RICA	1	1	-	2	6	10
CHILE	1	1	19	29	-	50
ECUADOR	1	1	16	4	-	22
EL SALVADOR	-	1	1	-	-	3
FILIPINAS	-	-	2	-	-	2
GUADALUPE	-	-	-	-	1	1
GUATEMALA	1	-	-	2	2	5
HAITI	-	1	2	-	-	3
HONDURAS	1	1	1	2	5	10
JAMAICA	-	-	1	-	-	1
MEXICO	-	10	2	10	16	38
NICARAGUA	-	1	1	-	3	5
PANAMA	-	-	1	-	3	4
PARAGUAY	-	-	1	13	-	14
PERU	2	1	2	2	23	30
REP. DOMINICANA	-	-	-	1	-	1
TRINIDAD	-	-	1	-	-	1
URUGUAY	1	-	1	4	1	7
VENEZUELA	1	2	36	19	19	77
T O T A L	<u>15</u>	<u>50</u>	<u>195</u>	<u>169</u>	<u>123</u>	<u>552</u>

Cuadro No. 2. Distribución del personal capacitado por fechas y países.

NO. DE
PARTICIPANTES



Cuadro 3. Número de personas que han recibido capacitación continuada en desarrollo de Sistemas de Información Agrícola (AGRINTEP y AGRIS)

5a., REUNION INTERAMERICANA DE BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS

SAN JOSE, COSTA RICA, 10-14 ABRIL, 1978

CAPACITACION DE AUXILIARES EN INFORMACION AGRICOLA

I.C.

EXPERIENCIAS Y PROYECCIONES

Por

G. Alfredo Alvear
Documentalista

Orlando Arboleda-Sepúlveda
Especialista en Información
y Documentación

CIDIA

San José, Costa Rica

RESUMEN

Se enfoca el problema de la capacitación de auxiliares en información agrícola en base a experiencias de América Latina y el Caribe.

Se pone en evidencia la necesidad de disponer de auxiliares y el imperativo de establecer programas permanentes para la capacitación de este personal.

La realidad latinoamericana refleja que la profesión no ha alcanzado un mayor avance debido, entre otras cosas, a que el personal profesional no tiene en quien delegar funciones rutinarias y subprofesionales.

Se presenta brevemente el papel que desempeñan las escuelas de bibliotecología y ciencia de la información, las asociaciones profesionales, las instituciones nacionales agrícolas, los consejos nacionales de ciencia y tecnología y los organismos internacionales.

Se da una descripción corta de la influencia de AIBDA y se ofrece la trayectoria del IICA desde 1949 hasta 1978 en la promoción, realización y apoyo a programas nacionales y regionales de capacitación de auxiliares. Por último se presenta un extracto del programa de los cursos para auxiliares ofrecido por el IICA, como un modelo que podría ser adoptado por otras instituciones interesadas en el problema.

INTRODUCCION

El presente trabajo tiene como finalidad poner en evidencia la necesidad de formar auxiliares en información agrícola y suscitar el intercambio de ideas en torno a este aspecto que podrían redundar en soluciones alternativas al problema en los diferentes países.

Consideramos que el tema debe ser objeto de análisis y sobre todo de la formulación de proyectos concretos por parte de los individuos, instituciones y agrupaciones más directamente responsables por el adiestramiento a diferentes niveles de capacitación.

El punto de vista nuestro está influido por las experiencias del IICA como organismo promotor, catalizador y de apoyo, por lo tanto serán bienvenidas las ideas y recomendaciones derivadas de experiencias nacionales en el sentido de fomentar la realización de programas cooperativos de capacitación de auxiliares.

CRECIENTE DEMANDA DE ESPECIALIZACION

La evolución de la bibliotecología y ciencias de la información exige al profesional contemporáneo una continua preparación y actualización de sus conocimientos, así como también una creciente demanda de especialización para desempeñar funciones cada vez más complejas dentro de los sistemas de información(39).

Este fenómeno ha coadyuvado a esclarecer, en cierta medida, el ámbito de responsabilidades de cada uno de los miembros del personal de bibliotecas, centros de documentación e información. Por consiguiente, se ha acentuado la necesidad de una redistribución más racional y eficiente de las funciones profesionales y de apoyo.

El progreso de la profesión conlleva también a la búsqueda de personal auxiliar altamente capacitado que le permita asumir con propiedad las funciones básicas de apoyo al personal profesional.

FACTORES OCULTOS QUE INFLUYEN EN LA EVOLUCION DE LOS SERVICIOS DE INFORMACION

El lento desarrollo de los sistemas de información de América Latina y el Caribe se deben, en gran parte a la escasez de personal capacitado a diferentes niveles y aspectos de la profesión (14, 24, 31).

La falta de personal profesional se viene solucionando gracias a los esfuerzos de las Escuelas de Bibliotecología y Ciencias de la Información que existen en América Latina, en diversas escalas de evolución, desde las escuelas que conceden un título profesional con tres años de estudio, hasta aquellas que ofrecen grados de maestría. Un buen número de latinoamericanos ha tenido la oportunidad de realizar estudios en universidades norteamericanas y europeas y alcanzar grados académicos y de especialización más avanzados.

En América Latina el profesional, en el ejercicio de la profesión, se enfrenta a una situación muy diferente de aquellos conocimientos teóricos e ideales en los cuales fue formado. Muchos profesionales se adaptan a esa realidad y son absorbidos por el medio.

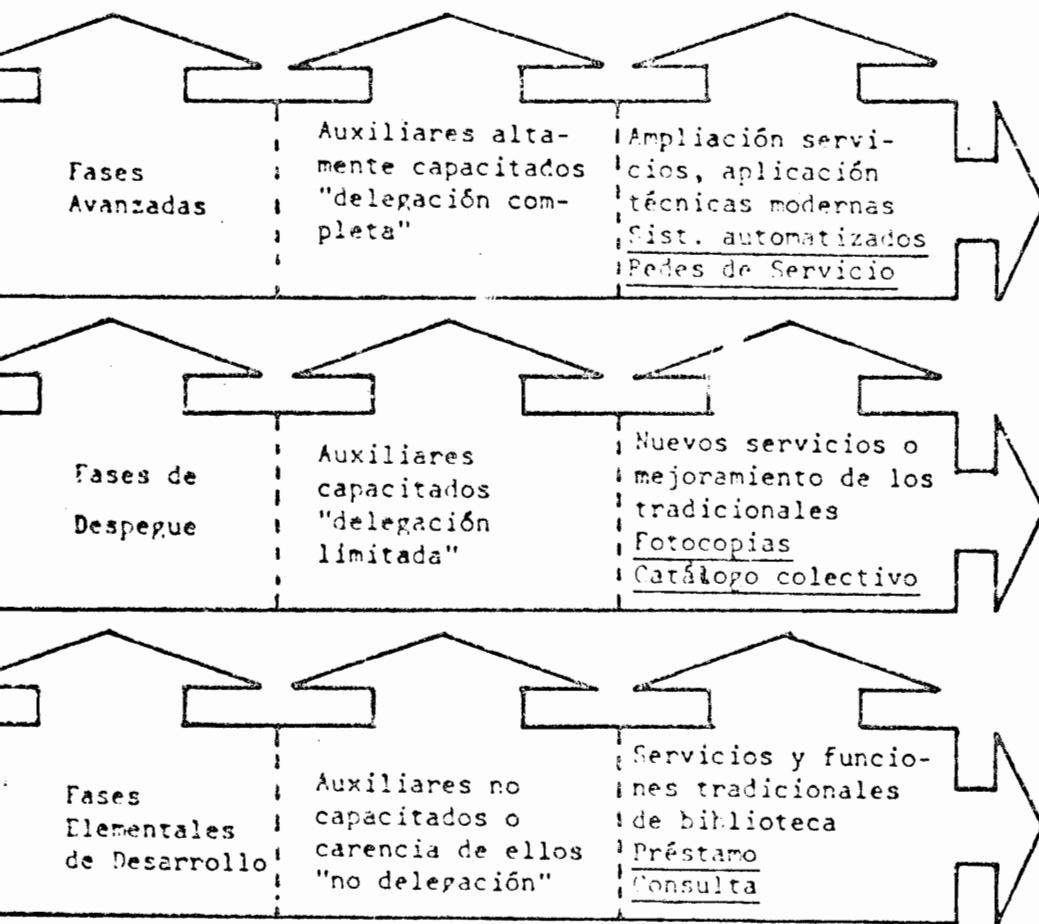
Las condiciones técnicas, económicas y sociales de nuestros países reducen la capacidad creativa y de liderazgo del profesional, el cual se ve obligado a adoptar una actitud pasiva frente a la cada día creciente demanda de más y mejores servicios de información. Así podemos observar a profesionales enfrascados en solucionar los problemas de la organización de las colecciones y el arreglo físico de sus bibliotecas. Sus horizontes no van más allá de las cuatro paredes de su área de trabajo. Con frecuencia se pretende explicar esta situación en el reducido presupuesto asignado a los servicios de información.

Sin embargo, existen factores ocultos que influyen en la evolución de los servicios de información. Uno de estos es la capacitación de auxiliares, para apoyar el trabajo del profesional.

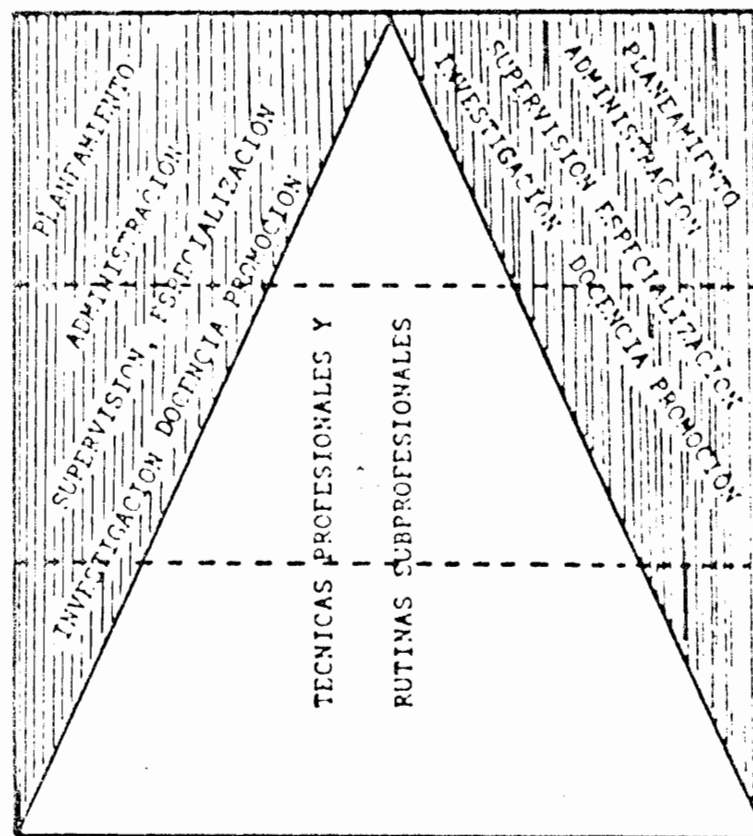
La presencia de auxiliares, en cantidad y calidad, debe ser considerada por las autoridades institucionales como un factor importante en el desarrollo de los sistemas de información. Por consiguiente, están obligados a buscar los mecanismos adecuados para la capacitación de este tipo de personal, con el objeto de permitir a los profesionales liberarse de funciones subprofesionales y rutinarias y lanzarse a actividades de planeamiento, promoción, investigación y liderazgo dentro de la propia institución y fuera de ella.

El cuadro no.1 demuestra la relación entre cada una de las fases de evolución de los servicios de información y la proporción tiempo/funciones del profesional. Se consideran tres fases en las cuales, el grado de capacitación del auxiliar es uno de los elementos claves que inciden en la eficiencia del personal profesional y consecuentemente en el desarrollo de las bibliotecas, centros de documentación e información.

CARACTERÍSTICAS DE LAS FASES DE DESARROLLO		
ETAPAS DE AVANCE	FACTORES DE AVANCE	LOGRO DE OBJETIVOS



DISTRIBUCION DEL TIEMPO DEL PROFESIONAL EN FUNCIONES PROFESIONALES Y SUBPROFESIONALES



- Apoyo institucional
- Recursos humanos: cantidad y calidad, varios niveles
- Recursos económicos
- Equipo
- Nueva tecnología, etc.

Cuadro No. 1 FASES DE EVOLUCION DE LOS SERVICIOS DE INFORMACION Y LA RELACION TIEMPO/FUNCIONES DEL PROFESIONAL

A medida que el profesional se desliga de funciones subprofesionales y rutinarias por delegación en personal auxiliar capacitado, alcanzan un mayor grado de desarrollo los servicios de información. El personal auxiliar capacitado infunde más confianza en el profesional y le demanda menor tiempo de supervisión.

A mayor capacitación del auxiliar, en quien delegar las actividades técnicas y subprofesionales, mayor eficiencia y rendimiento del profesional y por consiguiente mejores servicios de información.

No queremos significar que la adquisición o capacitación de auxiliares es el único factor que agiliza el desarrollo. El cuadro 1 señala que concomitantemente hay otros elementos indispensables para garantizar el avance en los sistemas de información tales como: el apoyo institucional; recursos económicos; instalaciones y equipo; nueva tecnología; capacitación a varios niveles; personal especializado, etc.

REORIENTACION ACADEMICA

Las escuelas de bibliotecología y ciencias de la información de América Latina y el Caribe han dedicado la mayor parte de sus recursos a la formación de personal profesional como objetivo fundamental de su existencia.

Sería absurdo desconocer el trabajo tesonero que, desde hace tres décadas, realizan las Escuelas de Bibliotecología de América Latina y el Caribe en beneficio del mejoramiento profesional.

Las "Mesas de Estudio" de Medellín 1963-1965 (26), como un esfuerzo pionero de la Escuela Interamericana de Bibliotecología, y la promulgación de las "Normas para Escuelas de Bibliotecología" (30), constituyen hitos en la historia de la bibliotecología latinoamericana.

La fundación de ALEBCI en 1970 y recientemente el "Encuentro Latinoamericano de Directores de Escuelas de Bibliotecología y Documentación", Bogotá, Noviembre 1976, (16,36), son ejemplos del esfuerzo por mejorar la profesión.

Las escuelas, en forma eventual han impartido cursos para auxiliares de bibliotecas universitarias y escolares.

Sin embargo, todos estos esfuerzos han sido insuficientes para causar un efecto significativo en la capacitación de auxiliares en el campo de la información agrícola.

La política de las Escuelas, en relación a la capacitación de auxiliares está cambiando. Las recomendaciones emanadas del "Encuentro Latinoamericano de Directores..." evidencian la necesidad de formar bibliotecarios de diferentes niveles de acuerdo a las necesidades de los países. Se prevé implantar programas de capacitación y adiestramiento de personal en servicio. Se habla de "programas de emergencia" para el personal auxiliar. Se reconoce que "se pueden establecer cursos de formación de auxiliares de bibliotecarios en organismos estatales y privados, pero bajo la coordinación y supervisión de las Escuelas de Bibliotecología establecidas" (16).

Tal vez sean necesarias otras "mesas de estudio" para elaborar programas y proyectos de capacitación de auxiliares.

PROBLEMA INHERENTE A LAS AGRUPACIONES PROFESIONALES

El mejoramiento profesional, objetivo esencial de las asociaciones, ha sido buscado afanosamente con el fin de lograr una legislación y beneficios económicos. Sin embargo, hemos encontrado poca evidencia de que éstas agrupaciones hayan orientado sus esfuerzos al "mejoramiento profesional" en términos de formación y actualización de los conocimientos que les den autoridad técnica y moral y posterior

No es suficiente con la capacitación y especialización del personal profesional, sí simultáneamente estos no cuentan con la formación creciente y proporcional de auxiliares capacitados.

La filosofía de los colegios y asociaciones profesionales está enfocada hacia el mejoramiento y capacitación a nivel profesional y especializado de sus asociados y colegiados; por consiguiente la capacitación del personal auxiliar es inherente a los objetivos de estas agrupaciones. No obstante en la práctica, el auxiliar ha recibido poca atención de parte de los colegios y asociaciones.

Posiblemente esto se debe, por lo menos en parte, a:

- problemas legales de reglamentación de la profesión
- celos profesionales
- creencia de que el auxiliar llegue a competir con el profesional y logre ocupar posiciones directivas, amparados en la imagen distorsionada de la profesión que tienen los empleadores, los cuales en su mayoría carecen de elementos de juicio para distinguir y evaluar las funciones y calificaciones de un profesional y de un auxiliar capacitado.

En alta proporción de los países de América Latina, el auxiliar se encuentra desprotegido de las asociaciones e instituciones que velen por sus necesidades e intereses.

Muchas asociaciones y colegios profesionales de América Latina no permiten la afiliación de auxiliares y aquellas que lo acogen dan poca importancia a su capacitación o lo consideran un problema exclusivo de sus instituciones.

No podemos negar que existen asociaciones que se preocupan en realidad de la formación y mejoramiento profesional, por medio de reuniones, conferencias, charlas esporádicas, etc., sin embargo, no hemos identificado asociaciones que mantengan

programas regulares y formales orientados hacia la capacitación de auxiliares de biblioteca.

Las agrupaciones profesionales deben considerar la necesidad de establecer o apoyar programas de capacitación de auxiliares. El adiestramiento del auxiliar redundará en beneficio de la organización, liderazgo y desempeño de la profesión en general.

INFLUENCIA DE AIBDA

La Asociación Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas-AIBDA, involucra en su seno a profesionales y no profesionales del campo de información agrícola. Por consiguiente acoge a todos sus miembros en igualdad de condiciones, con los mismos deberes y derechos.

Uno de los principales objetivos de AIBDA es "promover el mejoramiento profesional de sus miembros para su reconocimiento por parte de las instituciones y autoridades" (10).

Las acciones de AIBDA, bien conocidas por todos(1, 18), se pueden resumir en:

- Capacitación de sus miembros por medio de las reuniones interamericanas, la producción y difusión de literatura profesional y herramientas de trabajo.
- Información permanente sobre las actividades de interés de la profesión en diferentes partes del mundo, mediante boletines informativos.
- Apoyo técnico, económico y moral a sus miembros, mediante la asistencia directa, becas, ~~bolsas~~ de viaje, correspondencia, etc.
- Canalización de recursos económicos para la realización de sus actividades a nivel regional y nacional.

- Apoyo a la creación y fortalecimiento de las filiales como núcleos de acción directa a los miembros nacionales, institucionales e individuales.

EL PAPEL DE LOS ORGANISMOS NACIONALES

Aparte de las escuelas de bibliotecología y ciencias de la información, en el ámbito nacional, existen otros organismos íntimamente vinculados con la formación de auxiliares de los servicios de información.

En primer lugar debemos citar los consejos nacionales de ciencias y tecnología (CONICITS) que definen la política nacional en el campo de la información científica y técnica. Un ejemplo especial constituye el "Curso Intensivo de Entrenamiento Técnico para Bibliotecarios" (9, 40) que ofrece el CONACYT de México en forma regular desde 1973. (4) Otro ejemplo es el Programa Regular de Capacitación de auxiliares de Bibliotecas Universitarias del ICFES en Colombia.

Las facultades de agronomía y ministerios de agricultura han apoyado en una u otra forma la capacitación de personal de sus bibliotecas y centros de documentación e información agrícola (3, 5, 12, 24)

Los ministerios de educación, ministerios de trabajo, los institutos y servicios nacionales de aprendizaje también han aportado recursos para la capacitación de personal de nivel medio.

COOPERACION INTERNACIONAL

No podemos dejar pasar por alto los esfuerzos realizados por los organismos internacionales, de acción directa en la región y de otros organismos extrarregionales, que han orientado su apoyo al desarrollo de América Latina y el Caribe y han dedicado recursos a la capacitación de auxiliares en general.

Especial mención merecen las acciones de la OEA, por medio del Programa de

Desarrollo de Bibliotecas y en especial el Proyecto Multinacional de Mejoramiento de la Enseñanza de la Bibliotecología y Ciencias de la Información (13,15); la UNESCO y su División de Programa General de Información (antes División para el Desarrollo de los Servicios de Documentación, Bibliotecas y Archivos) (21,34,35). La FAO, CIAT, FID/CLA, Convenio Andrés Bello, CIID, AID, CINTERFOR (17), BIREME, etc. son organismos que, concientes de la importancia de la capacitación de los recursos humanos, han llevado a cabo acciones directas e indirectas para solucionar este problema.

CUADRO no. 2 DISPERSION DE ESFUERZOS Y RECURSOS DE LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES

Organismos	Cursos Eventuales	Cursos Formales	Adiestramiento en servicio	Becas	Literatura Técnica	Reuniones	Asistencia Técnica
AIBDA				X	X	X	
AID				X	X		
CIAT	X		X	X	X	X	X
CIID				X	X		
CINTERFOR	X				X		X
CONVENIO ANDRES BELLO						X	
FAO				X	X	X	X
FID/CLA					X	X	
IICA		X	X	X	X	X	X
OEA				X	X	X	X
UNESCO	X			X	X	X	X

NOTA: Se presenta este cuadro como el comienzo de un ejercicio para identificar los esfuerzos dispersos que se están haciendo en forma descoordinada a nivel internacional. Cuadros similares se podrían elaborar para cada país incluyendo las instituciones nacionales que están involucradas en la capacitación de auxiliares a fin de buscar mecanismos de cooperación.

EFFECTO MULTIPLICADOR DEL IICA EN LA FORMACION DE PERSONAL

La política del Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, OEA, en el campo de las bibliotecas, documentación e información, se fundamenta en el fortalecimiento de los Sistemas Nacionales de Información Agrícola de América Latina y el Caribe, su coordinación e integración hemisférica por medio del Sistema Interamericano de Información para las Ciencias Agrícolas - AGPINTER y su interconexión con los sistemas regionales e internacionales afines tales como el AGRI, DEVSIS, AGLINET, CARIS.

El IICA conciente de la situación de la formación de los bibliotecarios, documentalistas y especialistas en información agrícola de América Latina y el Caribe, y considerando el elemento humano como el principal gestor del desarrollo de los sistemas nacionales de información, ha dedicado gran parte de sus esfuerzos y recursos a la capacitación de recursos humanos a nivel de auxiliares y de especialistas de acuerdo a las necesidades de sus países miembros. (20)

Adiestramiento en servicio

En 1949 el IICA inició lo que podríamos designar un programa de emergencia de capacitación de auxiliares de bibliotecas agrícolas con el fin de: 1) buscar el apoyo a sus programas de investigación, enseñanza y desarrollo rural con información y documentación agrícola; 2) aprovechar el personal, que aunque carente de preparación formal, venía desarrollando alguna labor inicial en el campo de las bibliotecas agrícolas; 3) cubrir las lagunas existentes originadas, no solo en la escasez de personal profesional, sino en la renuencia de éste a desplazarse a las zonas rurales en donde suelen ubicarse un gran número de bibliotecas agrícolas.

Para llenar estos objetivos la Biblioteca Comemorativa Orton del IICA en Turrialba, con todos sus recursos sirvió para ofrecer "adiestramiento en servicio"

individualizado acorde a las necesidades de las instituciones agrícolas. Este tipo de adiestramiento se siguió ofreciendo con cierta regularidad hasta 1976.

Cursos regulares

A partir de 1955 se ofrecieron cursos regulares de adiestramiento en bibliotecas agrícolas de carácter regional, hasta 1974. Durante este lapso se capacitaron 142 funcionarios nacionales (ver distribución cuadro no. 3). Estos cursos se ofrecieron justificadamente, sin el ánimo de competir con las instituciones académicas responsables en los países para impartir adiestramiento profesional. Más bien la idea era la de complementar los esfuerzos nacionales con una capacitación intensiva en la práctica, por períodos cortos (dos a seis meses). A los participantes que cumplían con los requisitos y las evaluaciones, se les otorgaba una "constancia de asistencia" que en ningún momento significaba un título académico.

Los programas típicos cubrían aspectos tradicionales de la organización de las bibliotecas y estaban sujetos a revisión frecuente en contenido, orientación, intensidad y metodología, buscando siempre introducir avances o mejoras positivas. Como ejemplo se anexa un extracto del último programa ofrecido en la sede del CIDA, en 1974.

El adiestramiento de auxiliares sirvió también de instrumento motivador entre este tipo de personal, ya que hemos identificado elementos valiosos que han seguido estudios profesionales en el área de la información agrícola y continuarán en la práctica de la profesión en puestos de importancia.

Cuadro No. 3, CURSOS REGULARES PARA AUXILIARES DE BIBLIOTECAS AGRICOLAS1955 - 1974

PAISES	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	TOTAL POR PAISES
ARGENTINA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	1	1	.	1	.	.	.	1	5
BOLIVIA	.	.	.	1	.	.	.	.	1	.	.	.	1	1	.	1	3	2	1	.	10
BRAZIL	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	4	1	2	.	2	1	1	:	.	11
COLOMBIA	.	.	.	1	1	.	.	.	1	1	1	1	.	2	1	3	2	2	2	1	17
COSTA RICA	.	.	.	1	.	.	.	.	1	.	1	.	.	1	.	.	.	.	.	.	4
CUBA	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1
CHILE	.	1	.	.	1	.	.	.	.	.	1	.	1	1	3	.	1	.	.	1	10
ECUADOR	.	.	.	.	.	.	.	1	.	2	1	2	.	.	.	1	2	.	.	2	11
EL SALVADOR	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	1	.	.	1	1	2	6
GUATEMALA	.	.	.	1	.	.	.	1	1	.	.	.	.	1	2	.	.	.	2	.	8
HAITI	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	.	3
HONDURAS	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	2	.	.	.	.	2	1	1	1	1	8
MEXICO	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	1	1	1	2	.	6
NICARAGUA	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	1	1	1	.	5
PANAMA	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	1	.	.	.	.	3
PARAGUAY	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	1	.	.	.	2
PERU	.	.	1	.	.	.	.	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	.	2	.	15
REP. DOMINICA	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	2	.	.	.	.	1	1	5
URUGUAY	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	1	.	.	1	.	.	.	3
VENEZUELA	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	1	2	1	2	1	1	9
TOTAL POR AÑO		2	4	4	2			6	6	5	8	9	4	13	10	15	16	11	17	10	142

Transferencia de responsabilidades a los países

A partir de 1967 (25) el IICA promovió y apoyó la realización de este tipo de adiestramiento en los propios países. Esta política permitió capacitar a un mayor número de personal auxiliar y causar un verdadero efecto multiplicador en la formación de personal nacional asistente. Estos cursos se han ofrecido dentro de un esfuerzo cooperativo con organismos claves del sector agrícola en los países. Entre los casos más significativos se mencionan los cursos ofrecidos en: Argentina-Facultad de Agronomía; Brasil-Universidad de Viçosa; México-INIA-CONACYT; Perú-Universidad Nacional Agraria La Molina.

Una revisión fundamental de los objetivos del CIDIA frente a sus crecientes y nuevas responsabilidades, como promotor y coordinador de los sistemas nacionales de información agrícola, sirvió para trasladar definitivamente la responsabilidad de ofrecer adiestramiento a los propios países.

Consolidación del programa educativo

Las experiencias acumuladas durante más de veinte años de adiestramiento de auxiliares y la demanda creciente de los países, proporcionó los elementos necesarios para la creación en 1971 del actual Programa Educativo. Las características de este Programa son:

- a) Estadías de actualización en la Sede del IICA
- b) Fomento de la capacitación recíproca a nivel nacional y subregional
- c) Apoyo y realización de cursos a nivel nacional
- d) Realización de cursos de especialización a nivel nacional y regional para personal profesional
- e) Capacitación de profesores y coordinadores para la realización de los cursos nacionales

- f) Elaboración de proyectos y programas de cursos nacionales y regionales
- g) Canalización de recursos externos para la realización de actividades de capacitación en los países
- h) Apoyo económico para cursos nacionales y regionales (becas, materiales de enseñanza, viáticos de profesores)
- i) Ayuda económica a personal nacional para su participación en reuniones, seminarios, congresos, etc.
- j) Elaboración y distribución de materiales didácticos y de instrumentos de trabajo
- k) Ofrecimiento de programas de capacitación de usuarios
- l) Elaboración y presentación de proyectos de educación para búsqueda de financiación por parte de organismos internacionales
- m) Asistencia técnica en documentación por parte de personal del IICA a las instituciones nacionales

Acciones complementarias

Como elementos complementarios a la educación de auxiliares, el IICA a canalizado esfuerzos y recursos de programas cooperativos tales como PIRBA: Programa de Desarrollo de Bibliotecas Agrícolas de Brasil; PIADIC: IICA/Trópicos, y convenios con organismos nacionales e internacionales como por ejemplo: IICA/VIÇOSA; IICA/EMBRAPA; IICA/Universidad de Buenos Aires (CEDIE); IICA/IDPC. (20)

La publicación y distribución de manuales, herramientas de trabajo y boletines han constituido mecanismos regulares del IICA para la capacitación de recursos humanos.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

Conclusiones

Para concluir quisiéramos señalar que:

1. Es evidente la necesidad de contar con personal auxiliar capacitado en el campo de la bibliotecología y ciencias de la información. Pero el hecho de reconocer esta necesidad, no significa condenarlo a una situación estática, sino por el contrario buscar su mejoramiento, promoción y ascenso, si es posible hasta el nivel profesional.
2. El auxiliar calificado es un factor importante en el trabajo del profesional y consecuentemente en el desarrollo de los sistemas nacionales de información.
3. La mayoría de los países se encuentran avocados a la formación de recursos humanos, en muchos casos disponen de medios económicos, sin embargo, no existe una coordinación de recursos y una división de responsabilidades.
4. Los consejos nacionales de ciencia y tecnología, como rectores de la política nacional de información deben canalizar recursos para fomentar la capacitación de personal auxiliar en información.
5. Existen diversos organismos internacionales que dedican gran parte de recursos en la capacitación de personal en información. Sin embargo, son muy pocos los ejemplos de acciones coordinadas. Por consiguiente es deseable identificar los convenios interinstitucionales, con el objeto de aprovechar al máximo el potencial de esos organismos.
6. Se ve la urgencia de un esfuerzo cooperativo entre las instituciones nacionales agrícolas y las escuelas de bibliotecología para la capacitación de auxiliares.

Recomendaciones

El tema de la capacitación de personal y en especial de los auxiliares, podría dar lugar a un sin número de recomendaciones. No obstante, queremos concretar tres recomendaciones para AIBDA:

1. Que todos los miembros de AIBDA y en especial los que ocupen posiciones directivas en instituciones claves, se preocupen por canalizar recursos para adiestramiento de personal auxiliar y a nivel de especialización. Ej.: becas, realización de cursos a nivel institucional, nacional o subregional.
2. Que tanto los miembros del Consejo Directivo de AIBDA, como los miembros citados en la recomendación anterior, aprovechen sistemáticamente sus conexiones y misiones oficiales para conseguir recursos de organismos nacionales e internacionales para realizar actividades de capacitación a varios niveles de adiestramiento.
3. Que AIBDA mantenga un banco de datos sobre personal que requiere capacitación, y ponga esta información a disposición de los organismos internacionales que apoyan u ofrecen adiestramiento.

BIBLIOGRAFIA ANALIZADA

1. AIBDA CUMPLE diez años de labor ininterrumpida. Boletín Informativo de AIBDA 11(1):1-5. 1976.
2. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Criteria for programs to prepare Library/media technical assistants. American Libraries 2(10):1059-1063. 1971.
3. ARBOLEDA-SEPULVEDA, O. Trópico americano: Situación de los servicios bibliotecarios y de documentación agrícola: Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Perú, Venezuela. IICA. Bibliotecología y Documentación, no. 21. 1972 41 p.
4. _____. Acceso a la información agrícola; un programa de acción para México. México, D.F., IICA, 1976. 87 p.
5. _____. Etapas preliminares al establecimiento del sistema nacional de información agrícola del Perú. Asociación de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas del Perú. Boletín Técnico no. 1. 1978. 15 p.
6. BONFANTI, C. A diestramiento y especialización en servicio. In Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas, 2a, Bogotá, 1968. Informe. Bogotá, AIBDA, 1968. Doc. II,B.1-II.B.7.
7. CLIFFE, G.R. Education and training: for staff and users. Aslib Proceedings 25(10); 381-384. 1973.
8. COLLINGS, D. Enseñanza de la bibliotecología en el Caribe de habla inglesa. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas 37(1):12-18. 1973.
9. CONSEJO NACIONAL DE CIENCIA Y TECNOLOGIA. Curso intensivo de entrenamiento técnico para bibliotecarios. México, D.F., 1976. 7 p.
10. CONSTITUCIONES Y estatutos de AIBDA. Boletín Informativo de AIBDA 11(2):1-5. 1976.
11. DAVIS, D.G. Education for librarianship. Library Trends 25(1):113-134. 1976.

12. DANIELS, M. El mejoramiento de las bibliotecas y la preparación de bibliotecarios para las escuelas de agricultura de la América Latina. In Mesas de Estudio sobre la Formación de bibliotecarios y mejoramiento de bibliotecarios en la América Latina 1963-1965. Medellín, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 1969-1970. v.3, pp. 37-57.
13. _____. La Organización de los Estados Americanos y su potencial para la colaboración en el mejoramiento de la documentación científica en América Latina. OEA. Cuadernos Bibliotecológicos, no. 53. 1971. 27 p.
14. _____. Mecanismos de información; la infraestructura bibliotecológica. In Seminário Latino-Americano sobre Preparação de Cientistas em Informação, México, D.F., 1972. Documentos. Río de Janeiro, IBBD, 1972. pp. 67-180.
15. _____. A solicitud de los países. Asistencia que la OEA brinda a Latinoamérica en el campo de la información. OEA. Cuadernos Bibliotecológicos, no. 62. 1974. 27 p.
16. ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGIA Y DOCUMENTACION, BOGOTA, 1976. Informe final. Bogotá, ICFES, 1977. 41 p.
17. ESTUDIO PROSPECTIVO sobre la formación profesional en América Latina y el Caribe. CINTERFOR. Estudios y Monografías no. 17. 1975. 2 v.
18. FERNANDEZ, A. Asociación Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas; sus objetivos, realizaciones y futuro. In Congreso Regional de Documentación, 4a, Bogotá, 1973. La tecnología en los servicios de información y documentación. México, D.F., FID/CLA, 1974. pp. 349-360.
19. HALLDORSSON, E.A. y MURFIN, M.E. The performance of professionals in the reference interview, College and Research Libraries 38(5):385-395. 1977.
20. INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIENCIAS AGRICOLAS. Síntesis de la acción del IICA en el campo de las bibliotecas, documentación y la información agrícola. San José, Costa Rica, 1977. 152 p.
21. JUARROZ, R. América Latina. Curso audiovisual de bibliotecología, 15 de junio-15 de agosto de 1969. Paris, Unesco, 1970. 57 p.
22. KRAMER, G. comp. Tareas profesionales y no profesionales. In _____. Notas bibliotecológicas. México, D.F., Pax-México, 1972. pp. 210-239.

23. LITTON, G. Formación del personal. Buenos Aires, Centro Regional de Ayuda Técnica, 1971. 181 p.
24. MALUGANI, M.D. La formación del bibliotecario agrícola. In Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas, 2a, Bogotá, 1968. Actas y trabajos presentados. Bogotá, AIBDA, 1968. Doc. II.A.1-II.A.8.
25. _____. Acceso regional a la información en las ciencias agrícolas: la experiencia de América Latina. AIBDA. Boletín Técnico no. 8. 1970. 36 p.
26. MESAS DE estudio sobre la formación de bibliotecarios y mejoramiento de bibliotecarios en servicio en la América Latina 1963-1965. Medellín, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 1969-1970. 3 v.
27. MILLER, R. The paraprofessional. Library Journal 100(6):551-554. 1975.
28. NADURILLE T., R. Status de 1 bibliotecario agrícola y legislación bibliotecaria. In Reunión Interamericana de Bibliotecarios y Documentalistas Agrícolas, 2a, Bogotá, 1968. Doc. II.C.1-II.C.16.
29. NEW, P.G. Change with humanity: the future of the non-graduate librarian. Library Association Record 77(5):110-111. 1975.
30. NORMAS PARA escuelas de bibliotecología. Medellín, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 1968. 55 p.
31. ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS. PROGRAMA DE FOMENTO DE BIBLIOTECAS. Análisis de la situación bibliotecaria en América Latina 1969. Washington, D.C., 1970. 18 p. (Cuadernos Bibliotecológicos no. 52)
32. PAZ DE ERICKSON, A.M. Avances en la adquisición y uso de la información agrícola en América Latina: técnicas modernas y cooperación internacional. AIBDA. Boletín Técnico no. 9. 1970. 37 p.
33. _____. Inventario de recursos humanos en la docencia bibliotecaria en América Latina. In Mesa Redonda del Programa Interamericano de Desarrollo de Bibliotecas Agrícolas, 3a, Rio de Janeiro, 1969. Documentos y recomendaciones. IICA. Bibliotecología y Documentación no. 18. 1970. pp. 48-59

34. PENNA, C.V. La formación de bibliotecarios por medios audiovisuales; una experiencia positiva. CINTERFOR. Documentación no. 23. pp. 1-12. 1971.
35. _____. Treinta años de acción de la Unesco en el desarrollo de los servicios de bibliotecas e información en sus estados miembros. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas 30(6);331-340. 1976.
36. PRAT, A.M. Formación de bibliotecarios, documentalistas y especialistas de información en América Latina. París, Unesco, 1976. (documento base) CC/76/WS/24
37. REUNION DE CONSULTA SOBRE LOS PROGRAMAS DE LA OEA PARA LA FORMACION DE BIBLIOTECARIOS, MEDELLIN, 1974. Documentos. Medellín, OEA, EIB. 1 v., p. irr.
38. RODRIGUEZ GALLARDO, A. Comentarios sobre los programas de las escuelas de biblioteconomía en México. In Seminário Latino-Americano sobre Preparação de Cientistas da Informação, México, D.F., 1972. Documentos. Rio de Janeiro, IBBD, 1972. pp. 63-66
39. SARACEVIC, T. La enseñanza de la ciencia de la información y el desarrollo. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas 31(3):147-155. 1977.
40. VILENTCHUK, L. Basic training programme for library technicians in Mexico. Tel-Aviv, National Center of Scientific and Technological Information, 1973. 36 p.

CURSO INTERNACIONAL EN BIBLIOTECAS Y

DOCUMENTACION AGRICOLA

PROGRAMA DE ESTUDIOS

PROPOSITO

El propósito de los Cursos de Adiestramiento en Bibliotecas y Documentación Agrícola en el Centro Interamericano de Documentación e Información Agrícola - IICA-CIDIA, es el de ofrecer entrenamiento especializado a personal que realiza trabajos de bibliotecología y documentación en instituciones agrícolas de América Latina, tales como facultades de agronomía, institutos de investigación agropecuarios, estaciones experimentales y otras instituciones nacionales interesadas en organizar o mejorar sus servicios bibliotecarios y de documentación. El Curso se desarrolla como una parte integral de los programas de desarrollo de la educación agrícola superior e investigación que conduce el Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas en América Latina y el Caribe.

PLAN DE ACTIVIDADES

I. Cursos básicos

Los Cursos de Adiestramiento en Bibliotecas y Documentación Agrícola se desarrollan en base a un plan de cuatro meses de estudios y prácticas intensivas, y en su "Curriculum" se incluyen las materias básicas de bibliotecología y documentación, con énfasis en las necesidades de las bibliotecas agrícolas de América Latina.

El programa de estudios se ha elaborado en base a las siguientes materias:

- Formación y desarrollo de las colecciones
- Análisis y organización de documentos
- Utilización de los recursos por los usuarios
- Administración de bibliotecas especializadas y centros de documentación.

II. Actividades complementarias

Se ha estimado importante complementar el programa de estudios con:

- Ciclo de conferencias en documentación e información
- Ciclo de conferencias a cargo de especialistas agrícolas
- Visitas dirigidas a bibliotecas en San José y a centros de cómputo.

DURACION, HORARIOS Y FACILIDADES

Los cursos se inician el 1º de marzo y finalizan el 30 de junio de cada año.

Una Sala de Estudio para uso específico de los estudiantes está acondicionada en las instalaciones del IICA-CIDIA.

El IICA-CIDIA cuenta con una colección básica en los campos de la bibliotecología y la documentación.

El horario de estudio y trabajos prácticos es el siguiente:

Lunes a viernes	7:00 - 11:30 a.m. 1:00 - 5:00 p.m.
Sábados	7:00 - 11:30 a.m.
Horas de la noche	7:00 - 9:00 p.m.

Los estudiantes pueden dedicar estas horas y dar cumplimiento a las lecturas asignadas y a los trabajos prácticos. (La biblioteca se abre en la noche los lunes, miércoles y viernes).

EXAMENES Y CALIFICACIONES

Al finalizar el Curso, se otorgará un certificado de asistencia, condicionado a haber obtenido calificaciones satisfactorias durante el desarrollo del programa de cursos básicos y complementarios.

El sistema de calificaciones de este Centro será: 100 calificación máxima; 70 mínimo nivel para aprobar los cursos.

La enseñanza se impartirá en base a clases teóricas, lecturas asignadas, trabajos prácticos y de laboratorio, con énfasis especial en el adiestramiento en servicio.

El aprovechamiento de los estudiantes se determinará por medio de trabajos prácticos, exámenes, y la preparación de un "Seminario Final".

Cada asignatura se ofrece en un mínimo de 16 horas teóricas las cuales se complementan con lecturas asignadas, trabajos prácticos y adiestramiento en servicio.

DESCRIPCION DE LAS MATERIAS

I. Formación y Desarrollo de las Colecciones

La formación y desarrollo de las colecciones de una biblioteca o centro de documentación, como base fundamental en el proceso de la información,

exigen del bibliotecario o documentalista un conocimiento teórico y práctico de las funciones de investigación de la literatura científica agrícola, la selección y adquisición de documentos. Estas funciones demandan la aplicación de métodos y técnicas modernas para lograr el crecimiento dinámico de las colecciones, para mantener y poner a disposición la literatura más reciente y útil que satisfaga las necesidades de los usuarios de la información.

1. La literatura científica agrícola

Magnitud.- Explosión de la información.- Situación actual.

2. Selección de materiales

Definición y fines.- Criterios de selección.- Métodos de selección.- Repertorios para la selección y evaluación.

3. Adquisición de materiales

Definición y fines.- Procedimientos de adquisición.- Adquisición cooperativa a nivel local.- Fuentes auxiliares para la adquisición.

4. Encuadernación de los materiales

Objetivos.- Procedimientos y controles.- Relación bibliotecario.- encuadernador.

5. Organización y administración

Personal.- Procedimientos rutinas.- Ficheros y archivos.- Formularios y papelería.- Manual de la sección.- Evaluación de la sección.

6. Avances en selección y adquisición

Adquisición cooperativa a nivel internacional.- Adquisición automatizada.- Numeración estandarizada de libros y revistas.

II. Análisis y Organización de Documentos

Este curso tiene el propósito de: a) proporcionar al estudiante los elementos fundamentales para la organización de las colecciones. b) Permitirle descubrir y comprender con la práctica, los problemas de carácter técnico del proceso de análisis y organización de documentos. c) Hacer que conozca el manejo de las principales herramientas utilizadas en la descripción, clasificación y asignación de encabezamientos de materia de los documentos. d) Proporcionarle los conocimientos necesarios para el planeamiento y administración de la sección.

Además de las clases teóricas, los estudiantes complementarán la instrucción por medio de lecturas, cuestionarios y trabajos en grupo dándose énfasis especial a la práctica dirigida en la Sección de Catalogación y Clasificación en la Biblioteca del IICA-CIDIA.

1. Análisis y organización de la información.

A. Los procesos técnicos dentro de la organización bibliotecaria.

B. Introducción a la catalogación.

- Catalogación: definición y fines
- El libro: partes físicas y terminología
- Principios de entradas catalográficas: Código Anglo-Americano
- Catalogación descriptiva
- Catalogación simplificada

C. Principios y prácticas en la categorización de la información.

D. Clasificación de documentos.

E. Catálogos

a. Tipos

- Catálogo público
- Catálogos auxiliares

b. Diferentes formas

- Libro
- Tarjetas
- Automatizado (Tarjetas perforadas, listados, etc.)

c. Normas de intercalación de fichas

F. Procesos físicos

- Inventarios
- Preparación del libro

G. Materiales audiovisuales

a. Mapas

b. Micropelículas, transparencias, etc.

-Publicaciones periódicas.

2. Problemas administrativos en la organización de documentos

A. Organización y administración del departamento de catalogación y clasificación.

B. Local, equipo y útiles

3. Catalogación cooperativa y centralizada

4. Avances en catalogación y clasificación

III. Utilización de los Recursos por los Usuarios

Este Curso será dictado a través de las disciplinas: Referencia y Bibliografía en una sola unidad ya que las actividades bibliográficas representan una de las funciones más importantes del servicio de referencia.

REFERENCIA

En este curso se dedica especial atención al estudio de los materiales de referencia, su selección, evaluación y uso; se hace el análisis de las fuentes más importantes que suministran información en la agricultura y materias afines.

Los estudiantes deben realizar investigaciones sobre los distintos grupos de materiales de referencia con intervención activa en discusiones y evaluación de los trabajos.

1. El servicio de referencia

- A. Definición y fines
- B. Evolución del concepto de referencia
- C. El referencista
- D. Funciones

2. Organización del servicio

- A. Administración
- B. El manual de procedimientos

3. Fuentes de referencia

- A. Definición y fines
- B. Principios generales de selección y evaluación

4. Tipos básicos de obras de referencia

- A. Enciclopedias
- B. Diccionarios
- C. Anuarios
- D. Manuales
- E. Directorios
- F. Bibliografías
- G. Indices bibliográficos periódicos
- H. Catálogos
- I. Guías a la literatura especializada

5. Otras fuentes de referencia

- A. Fuentes geográficas
- B. Fuentes estadísticas
- C. Fuentes audiovisuales
- D. Publicaciones periódicas
 - Definición y fines
 - Características y uso
 - Organización
 - Fuentes para publicaciones periódicas
- E. Préstamo interbibliotecario
- F. Servicios de reproducción de documentos

6. Avances y nuevas técnicas en referencia

IV. Bibliografía

En esta parte del curso de "Bibliografía y Referencia" se presta la mayor dedicación a la instrucción y adiestramiento en los métodos de investigación bibliográfica, mediante el estudio y análisis de los diferentes servicios y fuentes bibliográficas agrícolas y de ciencias afines.

1. Generalidades

- A. Definición y fines
- B. Repertorios bibliográficos

2. Metodología de la compilación bibliográfica

- A. Planeamiento
- B. Investigación preliminar
- C. Redacción del proyecto
- D. Investigación bibliográfica sistematizada
- E. Normas de estilo bibliográfico
- F. Organización de la bibliografía
- G. Finanzas, edición, distribución, etc.

3. La bibliografía especializada

- A. Definición y fines
- B. Clasificación de las bibliografías especializadas
- C. Centros bibliográficos especializados
- D. Fuentes en ciencias agrícolas y fines
 - Índices bibliográficos
 - Revistas de compendios "abstracts"
 - Revisiones de literatura
 - Bibliografías
 - Evaluación y uso

4. Los servicios bibliográficos en la biblioteca

A. Organización

- Personal
- Equipo y local
- Procedimientos y rutinas

B. Manual de procedimientos

C. Evaluación del servicio

V. Administración de Bibliotecas Especializadas y Centros de Documentación

Este Curso cubre los principales aspectos de la administración: relaciones públicas; planeamiento; organización; dirección y manejo de personal; coordinación; informes y estadísticas; finanzas; planta física y equipo y avances en cooperación interbibliotecaria. Incluye trabajos de análisis de las distintas tareas administrativas en bibliotecas, rutinas y servicios.

Se presta especial atención a los problemas que surgen en la organización y administración de las bibliotecas y centros de documentación, y a su solución práctica, de acuerdo a los recursos reales de que disponen las bibliotecas agrícolas de América Latina.

La introducción de nuevos métodos y técnicas en documentación serán estudiados desde el punto de vista administrativo, así como el concepto de redes de bibliotecas y sistemas de información.

1. Bibliotecas científicas y técnicas

2. Elementos y teorías de administración

3. Coordinación (supervisión)

- Medios e instrumentos

4. Personal

5. Presupuesto

6. Planta física y equipo

7. Funciones bibliotecarias y de información

- Procesos técnicos
- Servicios a los usuarios
- Divulgación de información actual

VI. Documentación e Información Agrícola; Ciclo de Conferencias

Planeado con el fin de ofrecer una introducción práctica a problemas específicos en la materia y relacionados con la práctica actual de la

documentación en América Latina. Se hace especial énfasis en la participación de los países en los sistemas locales, nacionales e internacionales de información y documentación tales como el AGRINTEP y el AGRIS. Las conferencias serán complementadas con proyectos, prácticas, lecturas asignadas y tareas a domicilio, cuyas calificaciones se reflejarán en las notas finales.

Los siguientes son los temas básicos que serán ofrecidos por personal profesional del IICA-CIDIA dentro de este ciclo:

- Banco de Bibliografías Agrícolas.
- Construcción de Tesauros.
- Categorización.
- Tendencias sobre la Preparación de Compendios y Resúmenes.
- Sistemas de Recuperación de Información.
- El AGRINTER - Sistema Interamericano de Información para las Ciencias Agrícolas.
- El AGRIS - Sistema Internacional de Información sobre Ciencias Agrícolas y la Tecnología.
- Organización y Control de Información por Computador.
- Técnicas de Impresión y Fotocomposición.
- Estudios de Usuarios, Necesidades, Perfiles de Interés.
- Metodología de la instrucción de usuarios.
- Actividades de Documentación en la Biblioteca Agrícola Nacional de los Estados Unidos.